



Organizadoras
Luana Vitoriano-Gonçalves
Maria Cleci Venturini

PERSPECTIVAS TEÓRICO-PRÁTICAS

Diversidade cultural,
histórica e memorial



Pedro & João
editores



Organizadoras
Luana Vitoriano-Gonçalves
Maria Cleci Venturini

PERSPECTIVAS TEÓRICO-PRÁTICAS

Diversidade cultural,
histórica e memorial



Pedro & João
editores

**PERSPECTIVAS TEÓRICO-
PRÁTICAS**
**Diversidade cultural, histórica e
memorial**

**Luana Vitoriano-Gonçalves
Maria Cleci Venturini
(Organizadoras)**

**PERSPECTIVAS TEÓRICO-
PRÁTICAS**
**Diversidade cultural, histórica e
memorial**

Apoio



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Luana Vitoriano-Gonçalves; Maria Cleci Venturini [Orgs.]

Perspectivas teórico-práticas: diversidade cultural, histórica e memorial.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 240p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2271-4 [Digital]

1. Diversidade cultural. 2. História. 3. Memória. 4. Linguística. 5. Literatura.
I. Título.

CDD – 410

Capa: Beatriz de Oliveira Leonel

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: Luana Vitoriano-Gonçalves

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

Verli Petri

PARTE I - DISCURSOS E SENTIDOS: DIVERSIDADE CULTURAL E HISTÓRICA

MODOS DE VER, LER E FAZER A ARQUEOGENEALOGIA: REGIMES DE PODER, LÍNGUA(S) E IDENTIDADES 18

Luana Vitoriano-Gonçalves

A TRADUÇÃO COMO PROCESSO TRANSCULTURAL E DE (CO)AUTORIA NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES MIGRATÓRIAS 44

Aline Yuri Kiminami

VOLVER A LA RAÍZ: POLÍTICA Y NACIÓN EN TRES CASOS DE LA VANGUARDIA LATINOAMERICANA 67

Yanina Vidal

Débora Massmann

SUJEITOS ENTRE-LÍNGUAS: PERTENCIMENTOS E EXCLUSÕES..... 86

Alencar Guth

Gesualda dos Santos Rasia

DISPOSITIVO DE GÊNERO E DESIGN DE PRODUÇÃO: PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO NA SUPERSÉRIE “ONDE NASCEM OS FORTES” (TV GLOBO, 2018)..... 116

Tacia Rocha

Luana Vitoriano-Gonçalves
Claudineia Valim-Schiavon

**PARTE II - DISCURSOS E SENTIDOS: DIVERSIDADE
MEMORIAL**

**MUSEUS, MEMORIAIS E LUGARES DE MEMÓRIA: O
TESTEMUNHO COMO CORPO 144**

Maria Cleci Venturini

O EU PESQUISADOR E A MEMÓRIA DA PESQUISA 166

Leliane Regina Ortega

**AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS DO TIPO TEXTUAL
INJUNTIVO EM REVISTAS DO SÉCULO XX 189**

Claudineia Valim-Schiavon

Luana Vitoriano-Gonçalves

Tacia Rocha

**PERFORMATIVIDADE VIRIL COMO ARQUIVO: UMA
DISCUSSÃO SOBRE A MEMÓRIA DO DIZER
“IMBROCHÁVEL” 213**

Rafael de Souza Bento Fernandes

Daniela Zimmermann Machado

SOBRE AS ORGANIZADORAS 231

**RECADO E AGRADECIMENTOS DAS ORGANIZADORAS
..... 235**

SOBRE OS AUTORES 236

PREFÁCIO

O convite para escrever a apresentação desta obra intitulada “Perspectivas teórico-práticas: diversidade cultural, história e memória” chega até mim como um desafio de escrever sobre as possibilidades de conjugação entre o que se pesquisa no entremeio das áreas Linguística e Literatura, considerando que são imbricadas e que, muito embora, apareçam “separadas” em suas especificidades metodológicas, funcionam juntas na produção do conhecimento na área de Letras.

As organizadoras propõe a reunião de trabalhos que abordem a abrangente temática que engendra diversidade cultural, história e memória, com ênfase nas interfaces teóricas e metodológicas da Linguística, da Análise do Discurso e da Literatura. Nessa esteira, nos brindam com resultados de pesquisas que dão conta de diferentes arquivos, o que expande nossa compreensão de questões relacionadas à diversidade cultural, à história e à memória sob múltiplos enfoques teóricos.

Importa destacar ainda que esta obra vai fomentar um diálogo interdisciplinar e promover discussões inovadoras, que enriqueçam o campo das Letras, bem como de outras áreas do conhecimento vinculadas às Ciências Humanas e Sociais no Brasil.

A obra está subdividida em duas partes, a saber: PARTE I - Discursos e sentidos: diversidade cultural e histórica; e a PARTE II - Discursos e sentidos: diversidade memorial.

O primeiro texto do livro, intitulado **Modos de ver, ler e fazer a arqueogenealogia: regimes de poder, língua(s) e identidades**, de autoria de Luana Vitoriano-Gonçalves, propõe uma reflexão sobre os modos como arqueogenealogia pode ser utilizada para a análise de regimes de poder que constituem a(s) língua(s) e (re)constroem identidades dos Povos Indígenas no Brasil. Para isso, apresenta como corpus de pesquisa três documentos-monumentos: a Constituição de 1988, o Serviço de Proteção aos Índios (1910) e o Diretório dos Índios (1755). Nesta conjuntura, tornam-se relevantes as perspectivas teóricas de Faraco (2016); Foucault (2006, 2008, 2010a, 2010b, 2012a, 2012b, 2012c); Mariani (2003); Orlandi (2008). Os resultados da investigação destacam o duplo “fazer viver” e o “fazer morrer” (Foucault, 2012a). dos povos indígenas, suas línguas e suas culturas no Brasil. Em vista disso por um lado há: declarações e organizações, sedimentadas no plano da Lei, dispostas a defender a vida e seus direitos, mas por outro lado existe: a concretização do apagamento da diversidade e dos efeitos de verdade que preveem a (co)existência nas relações entre nações e etnias.

No segundo texto, intitulado **A tradução como processo transcultural e de (co)autoria na construção de identidades migratórias**, de Aline Yuri Kiminami, toma como ponto de partida a compreensão de que a tradução transcende a mera transposição linguística, configurando-se como um campo multidisciplinar que interage com a cultura, a ética e a identidade, propusemos explorar a tradução como um processo transcultural e de (co)autoria, intrinsecamente ligado à construção de identidades migratórias. Para tanto,

tomamos como base as reflexões sobre as escolhas tradutórias de Lilian Jenkino na versão em português brasileiro do romance *The Buddha in the Attic* (2011), de Julie Otsuka, utilizando como base teórica autores como Venuti (2007), Bhabha (1997), Hall (2003) e Grosfoguel (2007).

O terceiro texto, intitulado **Sujeitos entre-línguas: pertencimentos e exclusões**, Alencar Guth e Gesualda dos Santos Rasia, traz à baila discussões que surgiram a partir de pesquisa de doutorado junto a falantes das línguas de imigração *hunsrückisch* e *talian* no Distrito de Dourado, Município de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo central é compreender como se dão os processos de identificação dos sujeitos dessa comunidade, a qual é constituída por brasileiros cujas línguas maternas são línguas de imigração. Para tanto, a pesquisa sustentada pela Análise de Discurso de base materialista, coletou depoimentos de treze descendentes de alemães e italianos, e destes, recortou-se seis sequências discursivas para este estudo específico. As análises apontaram que junto aos modos como esses sujeitos são afetados pelo *hunsrückisch* e o *talian*, irrompe, de modo significativo, nos depoimentos coletados, a referência ao *brasileiro*, designação que nomeia a língua dos não imigrantes. E foi no “batimento” contraditório das línguas de imigração entre si e na relação com o *brasileiro* que o estudo mapeou projeções de pertencimento e de exclusões entre esses sujeitos que são brasileiros, mas que designam a si e ao outro como *alemães*, *italianos* e *brasileiros* outros.

O quarto capítulo, intitulado **Volver a la raíz: política y nación en tres casos de la vanguardia latinoamericana:**

Retorno às Raízes: Política e Nação em Três Casos da Vanguarda Latino-Americana, de autoria de Yanina Vidal e Débora Massmann, se propõe a explorar a "vanguarda enraizada" latino-americana, que, diferentemente de suas contrapartes europeias, integra temas nacionais. Exemplos incluem o "Ultraísmo" de Borges na Argentina, que evoca uma Buenos Aires nostálgica, e o "Futurismo" de Ferreiro no Uruguai, que celebra a modernidade urbana, embora com menos ruptura. A revista peruana *Amauta* (Mariátegui) foi crucial, fundindo a vanguarda com o socialismo e a questão indígena. O artigo contrasta essa visão com os críticos que consideram a literatura latino-americana "atrasada" devido ao seu foco nacionalista. No entanto, argumenta que a vanguarda regional reconstrói e complexifica esses temas, destacando sua originalidade e fortes raízes políticas, o que a diferencia e lhe confere identidade própria.

Já o quinto e último capítulo da Parte I, intitulado **Dispositivo de gênero e design de produção: práticas de subjetivação na supersérie "Onde nascem os fortes"** (TV Globo, 2018), de autoria de Tacia Rocha, Luana Vitoriano-Gonçalves e Claudineia Valim-Schiavon, toma a série televisiva "Onde Nascem Os Fortes" (Globo, 2018) como uma prática discursiva que produz e que faz circular os sentidos sobre subjetividades masculinas e femininas. O objetivo é compreender de que modo o dispositivo de gênero produz curvas de visibilidade e de enunciabilidade, linhas de força e linhas de subjetivação em corpos generificados na série televisiva em questão. A perspectiva teórico-metodológica adotada opera a junção da noção de dispositivo foucaultiano

(Foucault, 2015) com o conceito de “gênero como categoria de análise histórica” de Scott (1995) e de design de produção (Baptiste, 2008). Os resultados mostram que existe uma diferença substancial da produção de saberes, de poderes e de subjetividades entre Maria e Nonato: a primeira mantém a feminilidade tradicional em alguns momentos, em outros, é produzida pelo discurso feminista, enquanto o último, se fecha na produção patriarcal da virilidade.

A segunda parte deste livro, dedicada a **Discursos e sentidos: diversidade memorial**, é inaugurada pelo texto de Maria Cleci Venturini, intitulado **Museus, memoriais e lugares de memória: o testemunho como corpo**. Nesse capítulo, a autora problematiza o funcionamento do corpo em espaços destinados à preservação do passado, como museus e memoriais, ressaltando a relação entre língua, história e memória. O corpo é tomado não apenas como presença física, mas como testemunho e inscrição simbólica, capaz de evidenciar as tensões entre memória individual e memória coletiva.

Ancorada na Análise de Discurso de orientação pecheuxtiana, Venturini nos lembra que a interpretação é sempre histórica e atravessada pela posição dos sujeitos, o que abre espaço para diferentes leituras do passado. Assim, museus e memoriais são compreendidos não como depósitos estáticos de fatos, mas como lugares de disputa de sentidos, sustentados por redes de memória em constante movimento. O texto, ao inaugurar esta seção, convoca o leitor a pensar a memória como prática discursiva viva e aberta, em que o

corpo e o testemunho ocupam lugar central na reinscrição da história.

No segundo texto desta parte, temos acesso ao capítulo intitulado **O eu pesquisador e a memória da pesquisa**, de Leliane Regina Ortega, no qual a autora propõe-se a apresentar um recorte da pesquisa de doutorado, abordando o tema da posição enunciativa do pesquisador durante o desenvolvimento da pesquisa e tem o objetivo de analisar a responsividade do pesquisador-formador em um processo de Formação Continuada Colaborativa (FCC), uma vez que o pesquisador altera o pensar, o agir e o refletir em interação com os demais participantes da pesquisa. Para tanto, recorreremos aos estudos do Círculo de Bakhtin, pois se trata de uma pesquisa em Ciências Humanas com aporte teórico-metodológico bakhtiniano. A partir do conceito de alteridade, conceito central na arquitetura bakhtiniana, consideramos que o pesquisador é um elemento fundamental na tessitura de uma pesquisa colaborativa, por isso se faz necessário averiguar sua transformação durante o processo de investigação. Os resultados desse estudo destacam os avanços, limitações e frustrações nas relações entre o eu (pesquisador-formador) e o outro (demais participantes da pesquisa), pois o pesquisador criou expectativas ao iniciar a pesquisa, entretanto, deparou-se com uma realidade distante dos planejamentos traçados e precisou reconstruir o percurso da formação continuada durante todo o seu desenvolvimento, buscando estratégias que realmente promovesse uma formação continuada dialógica. A reflexão sobre a trajetória do pesquisador no desenvolvimento da

investigação é relevante na medida em que possibilita a análise de uma interação discursiva específica e pode embasar as ações de outros pesquisadores. Nesse sentido, em uma pesquisa na área de formação continuada colaborativa, o pesquisador atua em dois campos: o da pesquisa e o da formação, portanto, é o sujeito influenciado diretamente pela investigação, o que pode ocasionar desconforto, incertezas e transformações.

O terceiro capítulo da Parte II, intitulado **As tradições discursivas do tipo textual injuntivo em revistas do Século XX**, de autoria de Claudineia Valim-Schiavon, Luana Vitoriano-Gonçalves e Tacia Rocha, tem o objetivo de analisar no tipo textual injuntivo, especialmente, na receita culinária, que circulou nas revistas “Jornal da Moças” (1915 e 1945) e “O Cruzeiro” (1955 e 1985) a presença de tradições discursivas. Para isso, fez-se necessária as ações de: descrever e comparar a estrutura e os aspectos linguísticos que o compõem; identificar o tipo de reelaboração presente no tipo textual injuntivo que sinaliza a mudança ou permanência das tradições discursivas. A investigação justifica-se pela relevância de uma abordagem histórico-social do português brasileiro para compreensão das transformações discursivas da injunção. Para tanto, embasamo-nos teoricamente nos autores Bakhtin (2011) e Travaglia (2018) que abordam o conceito de gêneros discursivos e nos autores Kabatek (2003) e Zavam (2009; 2018) que discutem as tradições discursivas. As análises evidenciaram que em um comparativo entre os exemplares de uma mesma revista, em um período de 30

anos, o tipo textual injuntivo apresentou transformações, mas que não foram suficientes para torná-lo um novo gênero.

Por fim, o texto intitulado **Performatividade viril como arquivo: uma discussão sobre a memória do dizer “imbrochável”**, escrito por Rafael de Souza Bento Fernandes e Daniela Zimmermann Machado, encerra o livro, propondo *um* estudo, tomando por base alguns princípios basilares da análise do discurso foucaultiana, tem como objetivo perscrutar o enunciado “Imbrochável!”, do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, a seus apoiadores no dia 7 de setembro de 2022 por ocasião das comemorações da Independência do Brasil. Na análise, os pesquisadores tratam sobre a memória da performatividade do corpo masculino viril “infallível”, “brutal” e “violento”. Os autores elaboram a hipótese segundo a qual esse processo de subjetivação está no âmago do discurso político-partidário do Brasil – o que caracteriza um arquivo de dizeres, de natureza memorial.

A partir desta breve retomada dos capítulos que compõe esta obra, convidamos a todos para que façam a leitura, dando continuidade à produção do conhecimento e à divulgação do saber produzido pelos pares. Boa leitura!

Por Verli Petri

Buenos Aires, agosto de 2025.



Parte I



DISCURSOS E SENTIDOS:
DIVERSIDADE CULTURAL
E HISTÓRICA



MODOS DE VER, LER E FAZER A ARQUEOGENEALOGIA: REGIMES DE PODER, LÍNGUA(S) E IDENTIDADES

Luana Vitoriano-Gonçalves¹

INTRODUÇÃO

A perspectiva discursiva foucaultiana não designa nenhum critério científico, especificamente, de caráter metodológico que poderá ser sempre aplicado da mesma forma por diversos estudantes dessa linha de pesquisa. Nesse sentido, cada objeto de investigação deve ser analisado de forma singular e caberá ao pesquisador ponderar quais os meios que o levarão a compreender os fenômenos observados Foucault (2012b). Contudo, essa perspectiva apresenta inúmeros aspectos e conceitos que auxiliam no processo investigativo e analítico dos objetos discursivos.

Os objetos discursivos são formados “no conjunto de práticas que arquitetam seu aparecimento, sua manutenção e sua coexistência” (Tasso; Silva, 2014, p. 17), e precisam ser contemplados mediante suas regras de formação “que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” (Foucault, 2012b, p. 57). Assim, as singularidades e especificidades da análise discursiva foucaultiana revelam

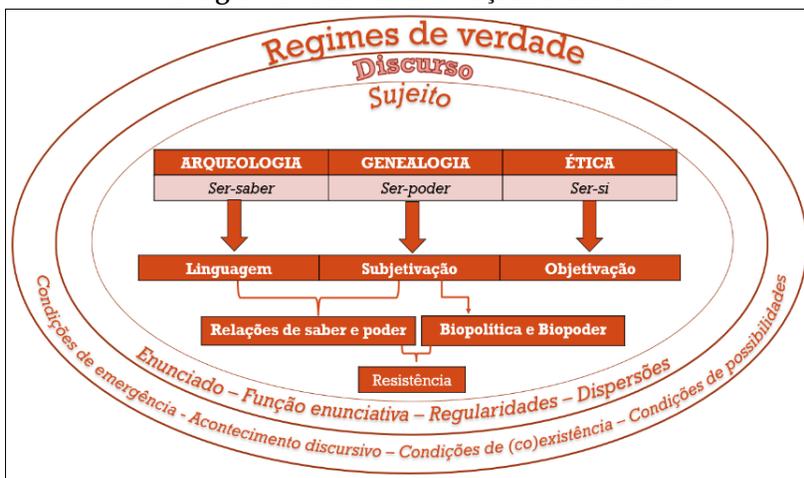
¹ Doutora pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), pós-doutorado em andamento. Universidade Federal do Paraná/Universidade de Coimbra, bolsista PDJ - CNPq. Labell (UNICENTRO/UFPR). Contato: ls.vitoriano@gmail.com.

uma série de meios, para que o analista possa compreender, o mais profundamente possível, os regimes de funcionamento de determinadas práticas e discursos. Este trabalho tem por objetivo elucidar possibilidades para reflexão e compreensão sobre os modos como arqueogenealogia pode ser utilizada para a análise de regimes de poder que constituem a língua e (re)constroem identidades.

Tendo em vista a formação filosófica do pensador Michel Foucault, a maior de suas aspirações é problematizar os regimes de verdades e as ordens discursivas pré-estabelecidas nas sociedades, e não sistematizar e entregar um “método fechado” sobre os modos como a investigação de sujeitos, objetos e práticas poderiam ser realizadas por futuros pesquisadores.

O Fluxograma 1, apresentado a seguir tem por objetivo apresentar, sinteticamente, os principais conceitos dimensionados nos três núcleos: arqueologia, genealogia e ética e os modos como esses conceitos se correlacionam dentro de uma panorâmica geral da perspectiva discursiva. Os quadros conceituais apresentados, neste artigo, são nossos movimentos de leitura e de interpretação sobre a teoria abordada, não se constituem como diretrizes para próximas pesquisas e sim possibilidades de reflexão e de compreensão.

Fluxograma 1: Conceitualizações discursivas



Fonte: Movimento de leitura das autoras.

Na complexidade da perspectiva foucaultiana de olhar para as situações político-culturais da sociedade, encontram-se os regimes de verdade. Para o filósofo, esses regimes são compostos por

um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A 'verdade' está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (Foucault, 2012c, p.54).

E são correlatas à história e à memória imersos em relações de saber e poder. Delineia-se, pois, nessa teorização, três núcleos do pensamento de Foucault (2008; 2010a; 2010b; 2012a; 2012b; 2012c): a arqueologia, a genealogia e a ética.

Observamos, no Fluxograma 1, alguns eixos indispensáveis para a área de pesquisa Linguística, na linha

de Estudos do texto e do discurso (foucaultianos). Os núcleos do pensamento discursivo (Foucault, 2012a) se constituem em estudos sobre o saber, o poder, o si, interligados aos períodos de pesquisa arqueológicas, genealógicas e ética, respectivamente.

Os saberes são todos os sistemas discursivos, que compõem os mais diversos campos da sociedade, a saber: político, social, cultural, educacional, científico, histórico, econômico, popular, etc. O(s) poder(es) não é/são “posse(s)” de determinado sujeito ou determinada prática, o poder é um exercício, “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (Machado, 2012, p. 12). O si corresponde à “fase em que Foucault reflete sobre a relação entre discurso e subjetividade a partir da noção grega de “cuidado de si”” (SILVA, 2016, p.180).

A fase arqueológica é dedicada ao ser-saber, os saberes são normalizados e/ou legitimados por regimes de governamentalidade que se constituem como mecanismos de poder, portanto, saber e poder estão intimamente interligados nas práticas discursivas, tendo em vista que “a governamentalidade é estabelecida pelas formas de governar pessoas, populações e instituições, se constitui de um conjunto de mecanismos, dispositivos, estratégias e técnicas disciplinares” (Gonçalves, 2018, p.50). As relações de saber e poder estão refletidas na linguagem dos sujeitos, no que é

visível e enunciável (Deleuze, 2005) e nos modos como as tecnologias de governamentalidade regem a população,

O Estado vai intervir, direta ou indiretamente, mediante, acho eu, quatro procedimentos. Primeiro, a eliminação, a desqualificação daquilo que se poderia chamar de pequenos saberes inúteis e irreduzíveis, economicamente dispendiosos; eliminação e desqualificação, portanto. Segundo, **normalização desses saberes** entre si, que vai permitir ajustá-los uns aos outros, fazê-los comunicar-se entre si, derrubar as barreiras do segredo e das delimitações geográficas e técnicas, em resumo, tornar intercambiáveis não só os saberes, mas também aqueles que os detêm; normalização, pois, desses saberes que permite, de certo modo, encaixá-los uns nos outros, desde os mais específicos e mais materiais, que serão **ao mesmo tempo os saberes subordinados, até as formas mais gerais, até os saberes mais formais, que serão a um só tempo as formas envolventes e diretrizes do saber**. Portanto, classificação hierárquica. E, enfim, a partir daí, possibilidade da quarta operação, de uma centralização piramidal, que permite o controle desses saberes, que assegura as seleções e permite transmitir a um só tempo de baixo para cima os conteúdos desses saberes, e de cima para baixo as direções de conjunto e as organizações gerais que se quer fazer prevalecer (Foucault, 2010, p.152).

Assim, normalização e legitimação dos saberes são reguladas por tecnologias de governamentalidade, são elas: a biopolítica e o biopoder, a primeira agindo na regulação das populações, e o segundo agindo na regulação do corpo humano (Foucault, 2012c). O sujeito se adequa, encaixa-se ou resiste aos saberes e poderes normalizados, tornando-se subjetivado, objetivado ou resistente às práticas discursivas e

regimes de governamentalidade. Estabelecem-se, assim, práticas de subjetivação, práticas de objetivação e de resistências.

Os processos de subjetivação e de objetivação representam a relação do sujeito consigo mesmo, sob a qual “o próprio “eu”, a própria “vida” torna-se o que está em jogo no poder, e o saber reflete a moral e a verdade às quais esse “eu/vida” tem que se adequar” (Vitoriano, 2016, p. 75), enquanto a resistência é o modo como o sujeito encontra de contrapor-se às ordens discursivas e aos regimes de verdade de uma época. As resistências podem ser visibilizadas, de forma mais perceptível, em atos sociais de manifestações e/ou paralisações políticas, educacionais, culturais, econômicas, trabalhistas; como também, podem estar invisibilizadas em gestos, discursos, enunciados, posicionamentos, regularidades e dispersões discursivas, contradições.

Para compreender o que está (in)visibilizado nos objetos discursivos é importante que se investigue enunciados que compõem as redes discursivas, para isso, leva-se em conta “as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2012a, p. 144), que consiste na formação de referenciais, posições sujeito, campo associado e materialidade, cujas funções podem ser compreendidas da seguinte forma:

Fluxograma 3: Função enunciativa



Fonte: Movimento de leitura das autoras com base em Foucault (2012a).

Para compor um quadro de leitura de todos os conceitos apresentados, precisamos considerar as condições de produção, sob as quais as práticas discursivas, as materialidades, os campos associados, o referencial, as posições sujeito, isto é, os discursos enunciáveis e (in)visíveis foram erigidos.

Nessa perspectiva, é preciso escavar os regimes de verdade que regem o funcionamento da sociedade (verdadeiros da época), para isso é indispensável; resgatar as condições de emergência do discurso, ou seja, as situações, práticas, técnicas, mecanismos e tecnologias que propiciaram a irrupção de determinado discurso; compreender o acontecimento discursivo, aquilo que é/foi capaz de modificar condutas, práticas e regimes de verdade; investigar as condições de (co)existência, os espaços que promovem a

difusão do discurso e os modos como eles são (in)visibilizados de acordo com as ordens discursivas; abranger as condições de possibilidades discursivas que estão correlacionadas às regras de formação de saberes que se contrapõem àqueles estabelecidos pelos regimes de verdade da época. Nessa condição, estão em estado de devir, pois criam-se espaços de visibilidades e dizibilidades para novos regimes discursivos.

Os dispositivos operacionais “O quê?”, “Como?”, “Por quê?”, levam-nos a compreensão de marcas significativas do acontecimento discursivo e das (des)estabilizações discursivas, visibilizado pelas relações de saber e de poder. É válido ressaltar que acontecimento discursivo é aquilo capaz de alterar condutas de uma determinada comunidade/sociedade nas mais diversas práticas e discursos, em níveis políticos, econômicos, educacionais, culturais, entre outros.

Como exemplo de acontecimento discursivo, no contexto de diversidade cultural dos movimentos para inclusão de sujeitos indígenas, podemos citar a Lei nº 13.134, que institui o concurso Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná. Em 2001 esta Lei, que decreta a realização de um vestibular específico para as populações indígenas e vagas suplementares para oportunizar o ingresso destes povos no Ensino Superior, promove mudanças que alteram os regimes de verdade da Educação no Ensino Superior das Universidades públicas do Paraná, uma vez que para a efetivação desta Lei há modificações na ordem política, econômica, sociocultural e educacional.

Contudo, apesar de ser considerada uma “política afirmativa”, em seus processos de regulamentação, aceitação e execução, esta Lei acaba por alavancar, também, uma série de estereótipos e apagamentos dos sujeitos indígenas. Isto porque, em sua formulação nenhum indígena foi convocado para debater sobre o assunto e/ou elaborar um plano de ação, e em sua redação termos degradantes são utilizados para se referir aos sujeitos indígenas, tais como: “a **incapacidade relativa** dos indígenas pode ser suprida com o acesso a cursos universitários e exercício das profissões escolhidas” (Lei nº 13.134/2001 – grifos nossos).

Assim, por mais que se difundam em diversos níveis políticos e sociais, os acontecimentos discursivos, também, possuem fissuras e sedimentos que culminam em movimentos de (des)estabilização. É como se os acontecimentos discursivos fossem geleiras que comprimem “uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e de práticas” (Revel, 2011), porém ao ir além da análise histórica e factual, é possível perceber fissuras nessa grande geleira, que são as diferenças entre o que se coloca no papel e aquilo que está de fato alavancando esses registros.

Por vezes blocos de gelo se descolam dessa geleira e formam pequenas ilhas ao seu redor, essas ilhas de gelo provenientes da geleira são as execuções (desestabilizações) daquilo que foi legitimado no nível da Lei (estabilização). Assim, percebemos que os acontecimentos discursivos são passíveis de fragmentações em sua formação, e contradições entre discurso e prática, que geram as: (des)estabilizações discursivas.

Nessa conjuntura, a partir dos dispositivos operacionais “O quê?” e “Como?”, apresentamos uma breve investigação sobre normalização e legitimação das Leis construídas a partir dos campos de dizibilidades e de visibilidades sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil, na atualidade.

A (des)estabilização de enunciados e de poderes: o papel da(s) língua(s) na construção de identidades

A história e a memória linguístico-cultural do Brasil são resguardadas por meio de diversos documentos-monumentos, dentre eles: A Constituição de 1988, o Serviço de Proteção aos Índios (1910) e o Diretório dos Índios (1755). Tais documentos enaltecem a visibilidade da atuação da língua (oficial) como tecnologia biopolítica.

Nas formulações biopolíticas (Foucault, 2010a), os processos de subjetivação constituem-se como procedimentos basilares, visto que eles vão atuar e se revelar, de formas singulares, amparados pelos regimes e verdades de uma época. Essas “verdades” podem ser entendidas como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, 2012b, p.54).

Ao considerar as tecnologias de governamentalidade como uma forma de poder que (re)produz verdades, admitimos a possibilidade de compreender a(s) língua(s), enquanto uma formulação biopolítica, dadas suas condições (e força tanto para subjetivar sujeitos, como para funcionar

como instrumento de resistência) sociais, políticas e culturais. A(s) língua(s) possui(em), portanto, a capacidade de adquirir e fornecer visibilidades, enunciabilidades e legibilidades às diversas culturas e aos povos.

É importante distinguir que línguas oficiais (nacionais) e línguas étnicas assumem funções divergentes na sociedade: as primeiras cumprem papel de normalização e padronização das modalidades orais e escritas no país, em âmbitos econômicos, políticos e sociais. E às últimas compete o papel de preservação e valorização linguístico-cultural.

O poder, para Foucault (2012b, p.18), é “luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa” e é (in)visibilizado nos conflitos, linguísticos e culturais, emergentes entre povos indígenas e não indígenas no Brasil desde o período de colonização. Nesse sentido, os sujeitos podem *atuar* a partir de micropoderes ou ser o ‘*objeto*’ no qual eles atuam. A atuação e a recepção dos poderes resultam em movimentos de *subjetivação* e *resistência*.

Foucault (2006) expõe que a *subjetivação* é “uma técnica e uma ética do silêncio, uma técnica e uma ética da escuta, também uma técnica e uma ética da leitura e da escrita, que são igualmente exercícios de subjetivação do discurso verdadeiro” (Foucault, 2006, p. 450).

Quando uma força se dá em sentido contrário às relações que corroboram com o verdadeiro da época, ela se caracteriza como um ‘*contrapoder*’, isto é, uma *resistência*, geralmente, ilegítima (não apoiadas pelos sistemas

governamentais). Subjetivação e resistência constituem-se, portanto, como procedimentos integrantes das relações de saber-poder propostas por Foucault (2012a).

Esses dois movimentos podem ser visibilizados no Brasil, nas relações entre povos indígenas e não indígenas, desde o processo de colonização. As línguas indígenas sofrem um apagamento, enquanto a língua portuguesa ganha poder. A (co)existência das línguas étnicas exerciam formas de contrapoderes às condutas que deveriam ser assumidas na época. Tais contrapoderes eram movimentos de resistência à ordem estabelecida. Contudo, a partir de 1755, a utilização das línguas indígenas e da língua geral é vetada pelo Diretório dos Índios (Brasil, 1755), uma vez que as línguas étnicas e as línguas de contato eram consideradas uma ameaça aos regimes de verdade que os portugueses pretendiam (im)por. Institui-se, então, “uma política linguística de regulação e controle sobre os Povos Indígenas” (Vitoriano, 2016, p. 83), minimizando-se, com isso, as possibilidades de resistência.

Além das línguas indígenas, o Diretório também previa o veto da língua geral, língua esta utilizada pelos jesuítas para manter comunicação com os indígenas para o processo de catequização. Nesse sentido,

afrontar o uso corrente da língua geral e das demais línguas próprias era uma das formas de desmontar o domínio dos missionários [...] o efeito concreto dessa nova proibição foi, porém, como vimos, pouco ou nenhum: a língua geral amazônica continuou a ser amplamente usada, o português só muito lentamente foi ganhando espaço (e por razões não

relacionadas à imposição legal) e as línguas indígenas continuaram a ser faladas por todo o mundo amazônico (Faraco, 2016, p. 112).

Os colonizadores tomaram para si todos os direitos da terra local limitando o campo de vetores das forças indígenas. Ainda que as ações indígenas tentassem manter sua força, havia uma definição de “estratégias possíveis de resistência em vista de processos autônomos de subjetivação” (Duarte, 2008, p.48). O regime de verdade (im)posto às terras brasileiras já não pertencia mais às vozes indígenas, uma vez que a violência era o meio para dar poder e visibilidade ao povo português e ao mesmo tempo imprimir um artifício de apagamento cultural dos povos indígenas.

Estabelece-se uma ordem do discurso que se sustenta em um princípio de rarefação capaz de determinar as condições de funcionamento dos discursos legítimos da época, os quais vão regular as práticas exploratórias e codificá-las, de modo que nenhum indígena “entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2012a, p.35).

Ressaltamos que os diversos conflitos linguístico-culturais entre os povos indígenas e não indígenas se constituem a partir de processos de subjetivação e de resistência. Estes processos podem ser visibilizados a partir da análise de documentos (e procedimentos) legítimos, que resgatam a história das línguas e das culturas do Brasil. Para isso, os três documentos (mencionados no início do tópico)

permitem vislumbrar o caráter regulador dos regimes governamentais do país. Os documentos legitimados pela regra jurídica do Governo Federal do Brasil versam sobre três aspectos, de modo prioritário, a língua, a terra e a cultura referentes aos sujeitos de etnia indígena.

O Diretório dos Índios, promulgado em 1755, foi a primeira política linguística instaurada no país, desenvolvida ainda no regime governamental do Brasil Colônia (1.500 – 1822), arquitetada como uma forma de anular as forças dos povos étnicos indígenas, e, conseqüentemente, sua resistência. Os objetivos dispostos por Marquês de Pombal, autor da política em questão, permeavam tanto o controle e interdição dos modos de dizer e de agir dos sujeitos indígenas, como também, do clero, que atuava no Brasil com a missão de catequizar os índios fazendo, para isso, uso de famílias linguísticas indígenas para a comunicação entre povos indígenas e jesuítas (Amaral, 2010).

O Diretório dos Índios, como política linguística precursora – ancorada no esteio da regra jurídica soberana – iniciou no país a tentativa de imposição da homogeneização linguística e cultural. Este procedimento visava a consolidação da “nação brasileira”, uma vez que “a imposição de uma língua camufla a heterogeneidade linguística e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil” (Mariani, 2003, p.77).

Ao instituir a proibição dos *campos de utilização* de línguas indígenas, de forma legitimada pela corte portuguesa – e prever punições (em níveis psicológicos/morais e,

principalmente, físicos) aos sujeitos que desobedecessem tal lei – desenvolve-se no Brasil uma “política unitária de imposição da língua [que] representava a possibilidade de domesticação e absorção das diferenças de povos e culturas indígenas que se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época” (Mariani, 2003, p.76).

Em seu documento, Marquês de Pombal despotencializa as forças dos povos indígenas nos três aspectos, anteriormente mencionados, “língua, terra e cultura”. Assim,

As línguas indígenas e a língua geral vão ficando cada vez mais ausentes na construção discursiva oficial da história da colonização e na história do próprio português. São submetidas à memória e à escrita portuguesas. Ficam enquadradas e categorizadas nas gramáticas como brasileirismos, como listas de topônimos ou como palavras que designam elementos específicos da flora e da fauna. Num único gesto interpretativo, enquadram-se as línguas, silenciam-se os conflitos e excluem-se as diferenças (Mariani, 2004, p. 153).

Os campos de utilização das regras jurídicas visibilizam séries enunciativas (doravante SE) que exemplificam linguisticamente os modos como se deu tal prática:

Da terra: (SE₁) introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos.

Da cultura: (SE₂) *desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes*"; (SE₃) *se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe.*

Da língua: (SE₄) *da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam.*

No regime governamental do Brasil República (1889 – atual), o sujeito indígena começou a ser observado de outra forma pelas políticas públicas. Com esse novo regime de olhar instaurado foram criados projetos de valorização e proteção às comunidades étnicas como o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) – que visava disciplinarizar tais sujeitos por outros meios, para torná-los rentáveis, úteis e, sobretudo, docilizados à sociedade, sob o aparato de uma “realidade humanística”. Assim, promovia-se a naturalização disciplinar da/na sociedade, e, “um serviço de controle do índio e de proteção ao branco, ou melhor, de alguns brancos” (Orlandi, 2008, p.71), como uma forma de silenciar as forças e resistências indígenas ancorado no aspecto “humanizado”, fato que também ganha visibilidade na Constituição de 1988.

Nessa perspectiva “revisitada” sobre o sujeito indígena, o SPI foi concebido a partir do decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. As condições de (co)existência da SPI foram

Marcada[s] por contradições identificadas como "paradoxos indígenas" (Oliveira, 1988), pois tinha por objetivo respeitar as terras e a cultura indígena, mas agia transferindo índios e liberando territórios indígenas para colonização, impondo uma pedagogia que alterava todo o sistema produtivo indígena (FUNAI, *online*, 2024).

A SPI visa(va) trabalhar com questões relacionadas aos povos indígenas, de modo especial os tópicos referentes às terras. A assistência proposta por esse serviço “introduzia inovações culturais, prevendo possíveis mudanças nos locais de habitação dos índios” (Funai, *online*, 2024), alterações que não favoreciam a urgência local e cultural dos sujeitos indígenas, mas os interesses socioeconômicos do governo. Nas SE a seguir destacamos os parágrafos do Art. 2º para dar visibilidade às relações forjadas do assistencialismo às etnias indígenas:

(SE₅) 1º [...] *velar pelos direitos que as leis vigentes conferem aos índios;*

(SE₆) 2º [...] *garantir a efectividade da posse dos territorios occupados por indios e, conjunctamente, do que nelles se contiver, entrando em accôrdo com os governos locaes, sempre que fôr necessario;*

(SE₇) 6º [...] *fiscalizar o modo como são tratados nos aldeamentos, nas colonias e nos estabelecimentos particulares;*

(SE₈) 9º [...] *concorrer para que os inspectores se constituam procuradores dos indios, requerendo ou designando procuradores para represental-os perante as justiças do paiz e as autoridades locaes;*

(SE₉) 10^o[...] *ministrar-lhes os elementos ou noções que lhes sejam applicaveis, em relação as suas occupações ordinárias;*

(SE₁₀) 12^o[...] *promover, sempre que for possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos, que lhes tenham sido usurpados.*

As ações trazem à tona jogos de poder. Em um primeiro momento, a leitura do Decreto parece propor a manutenção das forças indígenas, em âmbitos socioculturais, no entanto, as escolhas linguísticas nos enunciados revelam as contradições dos propósitos da SPI.

Nos campos de utilização das SE dispostas acima, podemos perceber que o SPI visa tomar para si o poder sobre as terras indígenas, de modo silencioso e legítimo, visto que irá: velar pelos direitos; garantir a efetividade da posse dos territórios; fiscalizar os aldeamentos; designar procuradores não indígenas que respondam por eles perante a justiça; promover (sempre que for possível) a restituição de terras aos indígenas, dito de outro modo, esse serviço tratará de: incluir sujeitos não indígenas para tratar de assuntos diretamente relacionados aos interesses das comunidades indígenas – em níveis governamentais de divisão e posse de terras – e excluir os sujeitos indígenas das decisões que sejam, efetivamente, satisfatórias e relevantes para seus povos. Desse modo,

os regulamentos e regimentos do SPI estiveram voltados para o controle dos processos econômicos envolvendo os índios, estabelecendo uma tipologia para disciplinar as atividades a serem desenvolvidas nas áreas. Era uma classificação que definia o modo de proceder e as

intervenções a serem adotadas, disciplinando a expansão da cidadania [...] a pedagogia nacionalista empregada por esses agentes controlava as demandas indígenas, mas podia resultar em situações de fome, doenças e de população, contrárias aos objetivos do Serviço (FUNAI, *online*, 2024).

Embora as lideranças indígenas tenham conquistado a inclusão do Cap. VIII na Constituição Brasileira de 1988, também, nele também há apresentação das questões referentes às populações indígenas com um regime de olhar diverso ao que foi postulado pelos pactos e declarações em favor dos direitos humanos, tendo em vista que não confere ao sujeito indígena o saber e o poder sobre suas próprias comunidades étnicas, como podemos observar nas introduções do Art. 231 e do Art. 232 (Cap. VIII – Dos índios) demonstradas na SE₁₁ e SE₁₂ que asseveram

(SE₁₁) Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

(SE₁₂) Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

A “União” mencionada no artigo, responsável pelas ações referentes às singularidades dos povos indígenas, é composta pelos territórios federais, o que significa dizer, que

após quase quatro séculos após o período de colonização, a voz indígena, ainda sufocada pela disciplina e pelas relações de saber e de poder, não havia conquistado representatividade no/do país para conseguir falar por si mesma.

Tendo em vista essas questões, são visibilizados os campos de estabilização dos enunciados, que permitem “apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade” (Foucault, 2012a, p.126) – isto é, todos esses documentos-monumentos (políticas afirmativas e linguísticas: 1755; 1910; 1988) estão estabilizados sob regimes de olhar que inferiorizam o sujeito indígena, bem como, pretendem diminuir/anular suas potenciais forças de resistência aos regimes governamentais.

De modo contraditório, tais documentos-monumentos nacionais e legítimos não vislumbram a inclusão das etnias indígenas com todas as suas especificidades linguístico-culturais, mas o apagamento de suas diferenças, a utilização da sua força de trabalho, e o controle das resistências.

Ainda em 2024, vemos a força das palavras e a violência sendo utilizada para silenciamento e apagamento da população indígena. Os últimos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, apontam que a população indígena aumentou de 896.917 indígenas no país (conforme o penúltimo Censo realizado em 2010) para 1.693.535. No entanto, esse crescimento não representa legitimação ou valorização desses sujeitos, pois o verdadeiro da época continua estabilizado pelo regime de olhar que busca o apagamento da população indígena, suas

vozes são silenciadas de diversas formas, inclusive pelo uso da violência.

Recentemente, o Conselho Indigenista Missionário publicou um artigo em seu site, relatando situações de violência contra os Povos Indígenas no Sul da Bahia, a aprovação da Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, sobre o reconhecimento e a demarcação de Terras Indígenas, causou revolta entre os fazendeiros, empresários e políticos opositores à causa indígena e demarcação de terras, o que resultou em um “show de horrores” contra a população indígena.

Segundo o CIMI (2024), diversas foram as ações para silenciar os indígenas com o uso da força e da agressividade. Como exemplos dessas ações o CIMI (2024) destaca: homens armados que atacaram famílias Pataxó (Itaciopera, Trancoso, BA); assassinato do cacique da comunidade Pataxó HÃ-HÃ-HÃE, em uma emboscada; famílias foram ameaçadas por empresários, Aldeia Tibá; na Aldeia Jitá, houve tentativa de invasão; policiais militares da Força-Tarefa entraram nas Terras da Aldeia Quero sem consentimento das lideranças indígenas; um indígena foi encontrado morto próximo à Aldeia Trevo do Parque; outro indígena Pataxó foi encontrado morto na Aldeia Barra Velha; fazendeiros armados atacaram indígenas Pataxó HÃ-HÃ-HÃE, o que resultou no assassinato da Pajé da comunidade e em vários feridos, tais como o ancião e o cacique da comunidade.

CONCLUSÃO

No presente capítulo, a partir de discussões teóricas e analíticas demonstramos os modos como a arqueogenealogia, os estudos do texto e do discurso, criam condições de possibilidades para a compreensão dos regimes de saber e de poder que (re)constituem a sociedade. Na Análise do discurso, não existem métodos fixos e específicos de investigação, mas são variadas as teorizações e conceitualizações que podem funcionar como uma lente por onde enxergar, ampliar e entender as infinitas camadas e relações (co)existentes entre regimes de verdade, poder e sujeitos.

Ao passar das décadas, vemos que ao mesmo tempo em que existem movimentos que pregam a inclusão do sujeito indígena, sua valorização e demarcação de seus territórios, ainda persiste o curso contrário que visa à deslegitimação, à invisibilidade e ao apagamento dos povos indígenas, suas culturas, suas línguas, suas terras e até mesmo suas vidas.

Nesse percurso teórico-analítico, observamos que existem de um lado: declarações e organizações, sedimentadas no plano da Lei, dispostas a defender a vida e o direito à etnicidade e às diferenças, e de outro lado: a concretização do “fazer morrer” (Foucault, 2012a) da diversidade e dos efeitos de verdade que preveem a (co)existência nas relações entre nações e etnias.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2018. 594f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.pgge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: DOS ÍNDIOS**. Brasília, Seção 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.072 (1910). **Serviço de Proteção aos Índios**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

BRASIL. **Diretório dos Índios (1755)**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/167-diretor-diretorio-dos-indios>>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

CIMI. **Conselho Indigenista Missionário**. Disponível em: <www.cimi.org.br> Acesso em: 09 de jan. de 2025.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DUARTE, André. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. In: SOUZA, Ricardo Timm de & OLIVEIRA, Nythamar Fernandes. **Fenomenologia hoje III: bioética, biotecnologia, biopolítica**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Histórica sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª Edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª Edição, São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 25ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 2012c.

FUNAI. **Fundação Nacional do Índio**. Ministério da Justiça. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/>>. 09 de jan. de 2025.

GONÇALVES, Raquel Fregadolli Cerqueira Reis. **O governo do diverso**: o letramento escolar em contexto multilíngue no vestibular para os povos indígenas no Paraná. 2018. 213f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/rfcrgoncalves_do.pdf>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 25ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 2012c.

MARIANI, Bethania. **Políticas de Colonização Linguística**. Universidade Federal Fluminense: Letras 27, p. 73-82, 2003.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista, discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

REVEL, Judith Revel. **Dicionário de Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SILVA, Érica Danielle. **A espetacularização do sujeito com deficiência em discurso no domínio cinematográfico: dispositivo, normalização e biopolítica**. 2016. 201f. tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3983>>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

TASSO, Ismara; GONÇALVES, Raquel Fregadolli. A constituição da identidade no vestibular indígena: diferença, desigualdade e diversidade. **Muitas Vozes**, v. 3, n. 1, p. 69-86, 2014. Disponível em <<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/7257>>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

VITORIANO, Luana de Souza. **A língua portuguesa no Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná: conflitos e contradições entre políticas linguísticas e sociais de inclusão**. 2016. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4026>>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

A TRADUÇÃO COMO PROCESSO TRANSCULTURAL E DE (CO)AUTORIA NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES MIGRATÓRIAS

Aline Yuri Kiminami²

O "ENTRE-LUGAR" DA IDENTIDADE MIGRATÓRIA E DA TRADUÇÃO

A experiência migratória pode ser entendida como um processo de constante tradução, no qual o sujeito precisa adaptar comportamentos, costumes e éticas à nova realidade cultural em que se insere. Migrar não significa apenas deslocar-se fisicamente, mas também atravessar fronteiras linguísticas, simbólicas e identitárias, colocando em jogo modos de ser e de viver que passam por reelaborações contínuas. É nesse sentido que o entre-lugar, conforme discutido por Genzler (2009), oferece uma chave de leitura fundamental: tanto a tradução, pois perpassa diversas áreas de estudo, sem pertencer necessariamente a apenas uma disciplina, quanto a experiência migratória, uma vez que ambos se realizam em uma zona de fronteira, marcada pela negociação e pela hibridização cultural.

² Doutora em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá, Professora Adjunta na Universidade Estadual de Maringá, Coordenadora do Grupo de Estudos "Línguas estrangeiras, tradução e o ensino e aprendizagem para fins específicos na contemporaneidade: tecnologia, linguística de corpus e seus estudos interdisciplinares e outros contextos" (UEM), integrante do Grupo GETAI (UEM). Contato: aykiminami@uem.br

As identidades, na perspectiva dos estudos culturais, não são fixas ou estáveis, mas processos transitórios em constante movimento. Stuart Hall (2003) enfatiza que a identidade deve ser pensada como um ponto de articulação, e não como uma essência. Isso significa que é possível habitar múltiplos pertencimentos, como no caso do imigrante japonês nos Estados Unidos que, ao mesmo tempo, se reconhece na herança cultural do Japão e na vivência norte-americana. A noção derridiana de *différance* também ilumina esse processo, pois mostra que a identidade se constitui em deslocamentos e ressignificações, e não em oposições binárias rígidas.

O romance *The Buddha in the Attic*, de Julie Otsuka, ilustra essa condição ao narrar, em inglês, a experiência das *picture brides*, mulheres japonesas que migraram para os Estados Unidos no início do século XX em casamentos arranjados por fotografia. Ao embarcarem, essas mulheres levavam consigo pequenas lembranças materiais, como roupas e retratos, mas carregavam, sobretudo, valores, tradições e modos de compreender o mundo que seriam colocados à prova em solo americano. Muitas se depararam, já na noite de núpcias, com maridos muito diferentes das imagens idealizadas, vivendo relações permeadas por violência e humilhação. Em um dos momentos narrativos, Otsuka descreve a primeira noite dessas mulheres:

They took us with the assistance of the innkeeper and his wife, who held us down on the floor to keep us from running away. (p. 21)

Nos possuíram com a ajuda do dono da hospedaria e de sua esposa, que nos seguravam contra o chão para impedir que fugíssemos. (p. 27)

Tal trecho, e todo o capítulo *First Night*, evidenciam tanto a violência física quanto o peso de uma experiência que já havia marcado muitas outras antes delas. Essa cena traduz a condição de vulnerabilidade das mulheres imigrantes, que, ao atravessarem fronteiras, eram também atravessadas pela violência de gênero.

Além da violência sexual, havia também a exploração no trabalho agrícola e doméstico, onde as imigrantes eram submetidas a tarefas árduas e frequentemente desumanizantes. Em um dos trechos, as narradoras lembram que precisavam limpar o chão “com mãos e joelhos colados ao piso” (OTSUKA, 2011, p. 48), um detalhe que revela a dimensão humilhante do trabalho imposto pelas patroas brancas. Essas cenas de opressão deixam claro que a migração é, ao mesmo tempo, deslocamento físico e desterritorialização subjetiva, na medida em que obriga as mulheres a reelaborarem suas identidades em contextos de subalternização.

Além dessas violências, as narradoras imigrantes relatam, em *O Buda no Sótão*, o racismo e a xenofobia a que eram submetidas pelos “brancos” estadunidenses:

THEY DID NOT want us as neighbors in their valleys. They did not want us as friends. (p. 30)

Eles não nos queriam como vizinhos em seus vales. Eles não nos queriam como amigas. (p. 41)

Nota-se, no trecho, que a população local era resistente à chegada de imigrantes asiáticos como os japoneses, sendo clara a delimitação até mesmo geográfica dos espaços permitidos a essa população, como é possível notar na imagem abaixo, datada de cerca de 1920, em que se vê uma mulher branca em frente a uma casa e letreiros em que se lê: “Japas, não entrem, vocês não são bem-vindos” e “Japas, continuem andando - este é um bairro de brancos”

Figura 1: *Japs keep moving*



Fonte: © Bettmann / Corbis®; NPS / Ross Hopkins.

Outro aspecto fundamental é a questão linguística. Muitas dessas mulheres não compreendiam plenamente o inglês falado ao seu redor, já que ele pouco se assemelhava ao

que haviam aprendido em livros antes de migrar. Em uma passagem, a dificuldade de comunicação gera mal-entendidos: “Respondíamos ‘sim’ quando perguntavam se nos importariamos em dobrar a roupa limpa e ‘não’ quando nos pediam para limpar o chão” (OTSUKA, 2011, p. 49-50). Aqui, a língua estrangeira não é apenas um instrumento de comunicação, mas um marcador de alteridade que reforça exclusões e hierarquias sociais. Ao mesmo tempo, revela como a identidade das migrantes se constrói na fronteira entre idiomas, culturas e modos de vida.

Ao narrar essas trajetórias em língua inglesa, Otsuka realiza um primeiro movimento de tradução cultural: reinscreve uma experiência japonesa em uma linguagem ocidental e a oferece a um público majoritariamente norte-americano. Essa escolha não é neutra, pois implica mediar sentidos entre culturas distintas. Otsuka, como filha de nipo-americanos, escreve a partir de um entre-lugar identitário que a torna capaz de atuar como ponte entre dois mundos, nem inteiramente japonesa, nem totalmente estadunidense. Sua narrativa, assim, é já uma prática de tradução, pois constrói significados no espaço ambíguo da diáspora.

A tradução de *The Buddha in the Attic* para o português por Lilian Jenkino inaugura um segundo movimento tradutório, desta vez em direção ao público brasileiro. Ao chegar ao Brasil, o texto encontra um contexto igualmente atravessado pela presença da imigração japonesa, uma vez que o país abriga a maior comunidade nikkei fora do Japão. Essa inserção, contudo, não replica o contexto norte-americano, mas dialoga com outras memórias de

deslocamento, com as tensões ligadas à mestiçagem e com os apagamentos históricos que marcaram a trajetória dos imigrantes no Brasil.

Nesse processo, o conceito de entre-lugar revela-se essencial para compreender como identidades migratórias são construídas. É nesse espaço ambíguo que se articula a tradução, entendida não como simples transferência de significados, mas como prática cultural e política que pode tanto reforçar estereótipos quanto desestabilizá-los. Venuti (2019) lembra que todo gesto tradutório é uma forma de intervenção, capaz de invisibilizar ou dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados, já que a tradução exerce um poder enorme na construção de representações de culturas estrangeiras, e “[...] ao criar estereótipos, a tradução pode vincular respeito ou estigma a grupos étnicos, raciais e nacionais específicos, gerando respeito pela diferença cultural ou aversão baseada no etnocentrismo, racismo ou patriotismo”. No caso de *O Buda no Sótão*, a tradução literária atua como uma forma de resistência cultural, na medida em que reinscreve no espaço brasileiro narrativas de mulheres nipo-americanas silenciadas pela história oficial.

Compreender a tradução como prática situada, implicada e afetiva permite concebê-la como dispositivo de resistência e de reconstrução identitária. Ao deslocar mundos inteiros de um idioma a outro, compostos de memórias, afetos, violências e sobrevivências, a tradução se torna também um modo de garantir que essas experiências não sejam apagadas. Assim, tanto Otsuka, em sua escrita, quanto Jenkino, em sua tradução, constroem pontes entre culturas,

dando forma literária a vozes que, por muito tempo, permaneceram à margem.

A tradução como processo transcultural

Entender a tradução como processo transcultural significa ultrapassar uma visão meramente instrumental ou linguística e concebê-la como prática cultural situada, marcada por negociações simbólicas, políticas e identitárias. A tradução não é apenas uma operação técnica de equivalência entre idiomas, mas um espaço em que se articulam múltiplos códigos, imaginários e relações de poder. Como lembra Bassnett (2002), a tradução sempre ocorre em um contexto histórico e cultural específico e, portanto, carrega em si as tensões de sua própria condição de mediação.

Na literatura migratória, esse aspecto se torna ainda mais evidente, pois o texto traduzido já é, em si, produto de uma experiência de fronteira. No caso de *The Buddha in the Attic*, de Julie Otsuka, a narrativa já nasce atravessada por um processo transcultural: uma autora descendente de imigrantes japoneses que escreve em inglês sobre a experiência das picture brides. A obra não apenas recupera um episódio histórico pouco visibilizado, mas também o reinscreve em uma linguagem literária ocidental, destinada a um público norte-americano. Esse movimento inicial de mediação é, em si, um ato tradutório, pois busca transpor para outro universo linguístico e cultural as experiências de mulheres que viveram o deslocamento, a opressão e a exclusão em um contexto de diáspora.

Quando o texto chega ao português pela tradução de Lilian Jenkino, um novo entre-lugar se abre. A obra passa a dialogar com um público brasileiro, cuja história também está marcada pela presença japonesa e por memórias de exclusão. Essa circulação amplia os sentidos possíveis da obra, reinscrevendo a experiência das mulheres nipo-americanas em um país que abriga a maior comunidade japonesa fora do Japão. Nesse gesto, a tradução deixa de ser apenas ponte entre idiomas e se torna espaço de ressonância e de reconstrução cultural.

O conceito de transculturação, proposto por Fernando Ortiz (1940), ajuda a compreender esse processo. Para Ortiz, a transculturação não se resume à substituição de uma cultura pela outra, mas ao surgimento de uma nova configuração cultural resultante do contato, marcada pela perda, pela incorporação e pela criação. A tradução, nesse sentido, opera de maneira semelhante: ao atravessar fronteiras linguísticas, ela não apenas transfere significados, mas também cria novas formas de dizer e de interpretar, fazendo emergir sentidos que não existiam nem no texto de partida nem no de chegada.

É nesse ponto que a tradução se aproxima da noção de entre-lugar, entendida como um espaço produtivo da diferença, onde não há fixidez identitária, mas sim hibridismo e negociação. A tradução como prática transcultural atua justamente nesse espaço ambíguo, em que o tradutor precisa mediar vozes múltiplas, manter tensões, escolher silenciamentos ou visibilizações. Cada decisão tradutória se converte, assim, em um ato ético e político.

Lawrence Venuti (2019) chama atenção para o caráter interventivo da tradução, que nunca é neutra, uma vez que o tradutor é um sujeito inserido num contexto histórico-social e carrega consigo saberes, crenças e práticas determinadas. O tradutor é produtor e produto dessa formação discursiva, na medida em que produz textos que vão dizer sobre a sociedade e cultura:

[...] a linguagem não pode ser concebida como transparente, mas constitutiva do sujeito (sujeito da linguagem, segundo Lacan, 1966), opaca, lugar do equívoco e, portanto, lugar da cultura e da ideologia, o que anularia a possibilidade de vislumbrar a tradução como veículo, transporte de uma língua para outra... Assim, questiona-se a fidelidade do tradutor ao texto de partida e/ou ao autor e imprime-se ao tradutor a tarefa de autor, porque, ao traduzir, modifica, sempre e inevitavelmente, o texto que interpreta, produzindo novos significados (VENUTI, 2019, p. 8).

O tradutor, como autor, pode optar por estratégias de domesticação ou de estrangeirização, podendo apagar ou destacar a diferença cultural. No caso de Jenkino, nota-se um esforço em preservar a densidade histórica e identitária do texto, ao mesmo tempo em que recria expressões para produzir efeitos equivalentes no português. Assim, a tradução se torna não só transmissora de memória, mas também espaço de coautoria de uma experiência coletiva.

A tradução transcultural, portanto, é prática de resistência. Ela desafia hierarquias linguísticas ao reinscrever vozes marginalizadas e possibilita que histórias

invisibilizadas alcancem novos espaços de recepção. No caso da diáspora japonesa, traduzir é também um gesto de reconhecimento: de que identidades não são fixas, mas se constroem nas margens, nos deslocamentos, nos silêncios e nas recriações que a linguagem possibilita.

A (Co)autoria do Tradutor na Construção de Sentidos

Pensar a tradução como processo transcultural implica também reconhecer a dimensão autoral do trabalho do tradutor. Embora tradicionalmente concebida como atividade secundária ou derivada, a tradução literária revela-se como espaço de criação, no qual o tradutor imprime marcas de sua leitura, escolhas estilísticas e interpretações do texto-fonte. Como observa Oliveira (2009), o gesto tradutório pode ser comparado à própria escrita literária, já que tanto o escritor quanto o tradutor se colocam, de maneira empática, no lugar de um outro, buscando compreender identidades, subjetividades e contextos distintos. Traduzir é, nesse sentido, uma forma radical de conhecer a alteridade, pois envolve não apenas o contato com personagens e vozes narrativas, mas também a travessia por culturas e realidades divergentes.

No caso da tradução de *The Buddha in the Attic*, de Julie Otsuka, Lilian Jenkino realiza escolhas que exemplificam essa dimensão coautoral. Um dos exemplos mais significativos ocorre no capítulo *First Night*:

They took us coldly but knowledgeably—in twenty seconds you will lose all control— and we knew there had been many thers before us. (p. 19)

Nos possuíram com frieza, mas com conhecimento- em vinte segundos você vai perder o controle-, e então soubemos o que muitas outras havia passado antes de nós. (p. 27)

Enquanto no texto de partida a ênfase recai sobre a experiência prévia dos homens com outras mulheres, a tradução desloca o foco para a vivência feminina de sofrimento e violência, intensificando a percepção de continuidade histórica da opressão. Trata-se de uma mudança interpretativa que reconfigura o sentido do trecho, impactando a leitura e inserindo no português uma leitura mais solidária à condição das mulheres narradoras.

Outro exemplo revelador aparece no uso do verbo “spray” em uma passagem que descreve ataques de brancos contra as casas dos imigrantes japoneses:

Sometimes they drove by our farm shacks and sprayed our windows with buckshot or set our chicken coops on fire. (p. 31)

Às vezes eles dirigiam até as cabanas de nossas fazendas para decorar nossas janelas com chumbo grosso, ou para atear fogo nos nossos galinheiros. (p. 42)

A escolha de “decorar” acrescenta uma camada de ironia e violência simbólica à cena, reforçando a discrepância entre o ato brutal e a aparência de embelezamento. Essa

solução criativa desloca a tradução para um campo de leitura mais ácido e crítico, intensificando a denúncia presente no texto de Otsuka.

Também se observa essa dimensão autoral na tradução de “get down on our hands and knees” como “ficar com mãos e joelhos colados ao chão”:

One of them made us get down on our hands and knees every time we scrubbed her floor instead of using a mop. (p. 35)

Uma delas nos fazia ficar com mãos e joelhos colados ao chão toda vez que limpávamos o piso, em vez de usar um esfregão. (p. 48)

O acréscimo de “colados” não apenas descreve a posição corporal, mas enfatiza a humilhação imposta às mulheres, evocando a submissão extrema exigida por suas patroas. De forma semelhante, a escolha por inserir “sempre” na frase “era sempre outra pessoa” intensifica a sensação de repetição e apagamento da identidade das narradoras, criando um efeito de maior distanciamento de si mesmas:

But it was not we who were cooking and cleaning and chopping, it was somebody else. And often our husbands did not even notice we'd disappeared. (p. 32)

Mas não éramos nós que cozinávamos e limpávamos e cortávamos lenha, era sempre outra pessoa. Na maioria das

vezes nossos maridos nem percebiam que tínhamos desaparecido. (p. 43)

Em outras passagens, Jenkino opta por acréscimos sutis que ampliam o impacto emocional da narrativa. Como no trecho a seguir:

And when he led us upstairs to the bedroom and laid us across the bed—the very same bed we had made up that morning—we wept because it had been so long since we’d been held. (p. 37)

E quando ele nos levava para cima para o quarto, e nos deitava na cama- a mesma cama que tínhamos arrumado naquela manhã -, chorávamos porque fazia muito tempo que ninguém nos segurava daquele jeito. (p. 52)

A tradução acrescenta “daquele jeito”, sugerindo não apenas a ausência de afeto, mas a perda de uma forma específica de cuidado e desejo, marcando de maneira mais clara a diferença entre as relações conjugais e aquelas com os patrões.

Em certos momentos, a coautoria se revela não apenas em acréscimos, mas também na recriação cultural de efeitos de linguagem. É o caso da tradução do deboche “So solly!” como “Peldão!” no trecho abaixo:

Their men slapped our husbands on the back and shouted out, “So solly!” as they knocked off our husbands’ hats. (p. 41)

Os homens davam tapas nas costas de nossos maridos e gritavam "Peldão!" ao derrubar o chapéu deles. (p. 58)

A solução busca recriar em português o efeito de zombaria fonética da fala dos imigrantes japoneses, explorando a troca entre /r/ e /l/, recurso que também aparece na expressão "Qué mai cebora?", correspondente à representação de sotaque em "Every sing oh righ?":

MOSTLY, they were ashamed of us. Our floppy straw hats and threadbare clothes. Our heavy accents. Every sing oh righ? (p. 57)

De modo geral, elas tinham vergonha de nós. De nossos chapéus de palha desleixados e de nossas roupas puídas. De nosso sotaque carregado. Qué mai cebora? (p. 81)

Aqui, a tradutora não apenas preserva o efeito de estigmatização da fala estrangeira, mas o reinscreve no contexto brasileiro, em que tal marca fonológica é comumente associada ao imigrante japonês. Trata-se de um exemplo de tradução transcultural que localiza o estigma em outra realidade sociolinguística, ao mesmo tempo em que denuncia práticas de racismo linguístico recorrentes no Brasil.

Em uma outra passagem, é possível apontar como a polissemia de algumas palavras faz com que tradutores tenham que optar por um dos sentidos possíveis. Tal escolha não é meramente aleatória e pode desvelar uma visão pessoal (e, portanto, autoral) de quem traduz. É o caso do excerto a seguir:

"It's a shame," says the school crossing guard. "They were good kids. I'll miss them". (p. 85)

"É uma vergonha", diz o guarda de trânsito da escola.
"Eram crianças ótimas. Vou sentir falta delas". (p. 126-127)

A escolha de Jenkino por traduzir "*It's a shame*" como "É uma vergonha" e não como "É uma pena", que seria outro sentido possível, parece derivar de uma opinião pessoal sobre o fato de que até mesmo crianças nipo-americanas foram retiradas de suas escolas para serem mandadas para o encarceramento forçado.

Essas escolhas evidenciam a dimensão criativa e interventiva do trabalho tradutório. Como lembra Berman (2007), processos de intensificação, acréscimo e recriação são inerentes à tradução literária e revelam a impossibilidade de neutralidade. Para o autor (2007), ainda que toda obra esteja ligada a outras anteriores, ela é sempre nova, uma vez que "o objetivo ético, poético e filosófico da tradução consiste em manifestar na sua língua esta pura novidade ao preservar sua carga de novidade. E até, como dizia Goethe, em lhe dar uma nova novidade quando seu efeito de novidade se esgotou em sua própria língua" (BERMAN, 2007, p. 69). Nesse sentido, o tradutor se aproxima do autor, compartilhando com ele a responsabilidade pela construção de sentidos. Em textos que tematizam migração, violência e exclusão, essa coautoria ganha ainda mais relevância, pois cada decisão lexical ou estilística pode colaborar para reforçar ou atenuar a denúncia de opressões históricas.

Assim, ao traduzir *O Buda no Sótão*, Lilian Jenkino não apenas transpôs sentidos de um texto, mas inscreveu nele sua própria leitura, reinterpretando vozes e experiências das mulheres nipo-americanas para o público brasileiro. Sua tradução atua como reescrita autoral, que além de preservar a dimensão lírica e coletiva da narrativa de partida, também reinscreve identidades em outro espaço simbólico, reafirmando o papel da tradução como processo de (co)autoria na construção de memórias migratórias.

Visibilidade, Invisibilidade e o Pensamento Pós-Abissal

A história dos imigrantes japoneses, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, tem sido frequentemente invisibilizada, reduzida a notas marginais na narrativa histórica dominante ou a estereótipos cristalizados. Julie Otsuka, em *O Buda no Sótão*, recupera essas memórias apagadas e dá voz às experiências silenciadas, especialmente das mulheres japonesas que atravessaram o Pacífico como *picture brides* no início do século XX. Sua narrativa coletiva, construída em primeira pessoa do plural, evoca não apenas a trajetória dessas mulheres, mas também os efeitos do racismo, da violência e da marginalização a que foram submetidas.

Um dos momentos mais impactantes da obra é o que retrata o encarceramento compulsório dos nipo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, episódio que foi sistematicamente omitido ou minimizado na historiografia oficial norte-americana. As personagens relatam que “um dia estávamos em nossas casas e, no seguinte, já não estávamos

mais lá” (OTSUKA, 2011, p. 125), enfatizando a brutalidade e a súbita exclusão de toda uma comunidade, transformada em inimiga interna por meio de políticas racistas do Estado. Esse apagamento pode ser incluído no que Boaventura de Sousa Santos (2007) conceitua como a produção de linhas abissais, em que a realidade social é dividida em dois universos incomunicáveis: de um lado, o visível, legitimado, dotado de existência; de outro, o invisível, irrelevante, inexistente para o olhar hegemônico. Os nipo-americanos, arrancados de suas casas e encarcerados em campos, passaram a habitar esse “outro lado da linha”, onde sua presença era negada e sua humanidade desconsiderada.

Essa exclusão também pode ser compreendida a partir do conceito de racismo epistêmico, formulado por Grosfoguel (2007), que denuncia como o pensamento ocidental branco é constantemente privilegiado como única forma legítima de conhecimento, relegando produções culturais não ocidentais a uma condição de marginalidade. Esse racismo: [...]privilegia as políticas identitárias (identity politics) dos brancos ocidentais ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima e como a única com capacidade de acesso à “universidade” e à “verdade” (GROSGOUEL, 2007, p. 32). A literatura nipo-americana e asiática nos Estados Unidos, por exemplo, foi historicamente tratada como interesse periférico, circunscrito a nichos étnicos e não incorporado ao cânone literário nacional. Trata-se de um processo de guetificação cultural

que reforça as linhas abissais e impede o acesso dessas vozes ao espaço de legitimidade do mainstream.

Nesse contexto, a tradução adquire um papel político e decolonial fundamental. Traduzir obras como *The Buddha in the Attic* significa reinscrever as narrativas de sujeitos historicamente silenciados em novos circuitos culturais, ampliando sua circulação e questionando hierarquias de poder no campo literário. A tradução pode ser compreendida como ato de hospitalidade linguística, conforme conceituado por Paul Ricoeur (2006), isto é, como o gesto de habitar a palavra do Outro e, ao mesmo tempo, acolhê-la em sua própria língua e cultura. Essa hospitalidade não é uma assimilação, mas um encontro que transforma tanto o texto traduzido quanto a cultura de chegada, promovendo aquilo que Santos (2007) chama de cosmopolitização subalterna: a abertura de espaços de diálogo entre saberes e experiências situadas em diferentes margens do sistema-mundo.

Em uma passagem significativa, ao descrever o momento em que os japoneses desaparecem das cidades americanas, Otsuka escreve: “E então, numa noite qualquer, eles simplesmente sumiram. Sem deixar rastro. Como se nunca tivessem existido” (OTSUKA, 2011, p. 127). Esse apagamento literal e simbólico dialoga com o conceito de inexistência produzido pelas linhas abissais: sujeitos concretos, com histórias, afetos e contribuições sociais, são tratados como presenças descartáveis, cuja ausência não merece registro. Quando esse texto é traduzido e passa a circular em outros espaços culturais, o gesto tradutório

funciona como uma contra-história, dando visibilidade ao que a narrativa oficial tentou enterrar no esquecimento.

Assim, traduzir *O Buda no Sótão* para o português é mais do que um ato estético: é uma intervenção ética e política. No caso brasileiro, essa tradução reverbera em um país que também possui uma longa e complexa história de imigração japonesa, marcada por processos de integração e exclusão.

A tradução, nesse sentido, torna-se um dispositivo de decolonialidade. Ao dar voz às memórias silenciadas das mulheres nipo-americanas e reinscrevê-las em novos contextos culturais, o tradutor rompe as linhas abissais, desafia o racismo epistêmico e contribui para a emergência de um espaço transnacional de resistência e reconhecimento. Mais do que transmitir um texto, traduzir é aqui um ato de insurgência contra o esquecimento e contra a lógica que insiste em relegar determinados grupos à condição de inexistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de *O Buda no Sótão*, de Julie Otsuka, e de sua tradução para o português realizada por Lilian Jenkino, permitiu compreender como a experiência migratória das mulheres japonesas nos Estados Unidos se constitui como um espaço de fronteira, marcado por negociações identitárias, silenciamentos e reconfigurações culturais. A literatura, nesse caso, funciona como arquivo de memórias subalternizadas, trazendo à superfície histórias que foram sistematicamente

apagadas ou reduzidas a notas marginais pela historiografia dominante.

A reflexão sobre as identidades migratórias, fundamentada em autores como Bhabha (1998), Gentzler (2009) e Grosfoguel (2007), demonstrou que elas não podem ser compreendidas como essências fixas, mas como construções fluidas, situadas em entre-lugares, onde se negociam pertencimentos múltiplos e onde o passado herdado se encontra em constante tensão com o presente vivido. No caso das narradoras de Otsuka, esse entre-lugar é construído pela língua e pelo corpo, atravessados pela violência de gênero, pela racialização e pela expectativa de assimilação.

A tradução literária, por sua vez, revelou-se mais do que um exercício linguístico: mostrou-se um espaço de produção de sentido, um gesto político e ético que intervém nas formas de narrar e de perceber as experiências migratórias. O trabalho de Jenkino evidencia o caráter (co)autoral da tradução, visto que suas escolhas lexicais e estilísticas não apenas recriaram o texto para o público brasileiro, mas também reinscreveram nele marcas de uma memória transcultural própria, que dialoga com a imigração japonesa no Brasil. Essa dimensão de coautoria, longe de comprometer a fidelidade, enfatiza a potência criativa da tradução como prática de mediação cultural.

Ao mesmo tempo, compreender a tradução a partir da perspectiva decolonial, possibilitou situá-la como uma ferramenta de resistência contra o racismo epistêmico e contra as linhas abissais que insistem em tornar invisíveis

determinados sujeitos e experiências. Traduzir, nesse sentido, significa também resgatar e visibilizar histórias que poderiam permanecer no esquecimento, promovendo uma ética da diferença que acolhe a alteridade em vez de neutralizá-la.

Conclui-se, portanto, que a tradução, ao lidar com narrativas migratórias, ultrapassa sua função técnica e se transforma em prática transcultural de construção de identidades. Ela não apenas transporta sentidos de uma língua para outra, mas participa ativamente da configuração de memórias, subjetividades e formas de resistência. No caso da tradução de *O Buda no Sótão*, a literatura e a tradução se encontram para denunciar violências históricas, dar voz às mulheres silenciadas e abrir caminhos para uma leitura crítica das identidades em deslocamento.

Dessa forma, o gesto tradutório pode ser compreendido como uma forma de hospitalidade e de insurgência, capaz de reconfigurar fronteiras culturais e de contribuir para uma cosmopolitização crítica, que reconheça e valorize as experiências humanas em toda a sua pluralidade. A tradução, enquanto processo transcultural e coautorial, revela-se assim um instrumento de memória, de justiça histórica e de resistência frente às forças que insistem em apagar ou domesticar a diferença.

REFERÊNCIAS

BERMAN, A. **A tradução e a letra ou o albergue do longínquo**. Tradução: Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.

BHABHA, H. **The location of culture**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GENTZLER, E. **Teorias contemporâneas da tradução**. Tradução: Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009.

GROSGOUEL, R. **Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais**. Tradução: Flávia Gouveia. *Cienc. Cult.* vol.59 no.2 São Paulo Apr./June 2007.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. (Vol. 93). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ORTIZ, F. **Cuban Counterpoint Tobacco and Sugar**. Durham: Duke University Press, 1995.

OTSUKA, J. **O Buda no Sótão**. São Paulo: Grua, 2014.

OTSUKA, J. **The Buddha in the Attic**. New York: Alfred A. Knopf, 2011.

RICOEUR, P. **On translation**. New York: Routledge, 2006.

SANTOS, B de S. **Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. *Novos estudos, CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, novembro 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução: por uma ética da diferença**. Tradução: Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino

Villela, Marileide Dias Esquecia, Valéria Biondo. São Paulo:
Editora Unesp, 2019.

VOLVER A LA RAÍZ: POLÍTICA Y NACIÓN EN TRES CASOS DE LA VANGUARDIA LATINOAMERICANA

Yanina Vidal³

Débora Massmann⁴

INTRODUCCIÓN

A través del concepto de “vanguardia enraizada” Jorge Schwartz propone que las vanguardias latinoamericanas, a diferencia de las vanguardias europeas, reelaboran temas vinculados a la nación y al nacionalismo. En este sentido, se puede afirmar que hay un paso hacia adelante dejando atrás viejas formas provenientes de la poesía modernista, y por otro lado hay una vuelta a observar elementos que determinan a la identidad de una nación.

En el caso de las vanguardias en Argentina, tenemos en el caso del altruismo con Jorge Luis Borges. En 1921 publicó *Fervor de Buenos Aires*, un poemario que recorre con nostalgia el pasado de una ciudad que poco a poco se iba convirtiendo en una metrópoli. En Uruguay con la figura de Alfredo Mario Ferreiro y su poemario *El hombre que se comió un autobús* de 1927, tenemos nuevamente un recorrido por la ciudad, pero en este caso el recorrido es en la ciudad de

³ Magíster en Teoría e Historia del Teatro (Udelar). Doctoranda en Literatura (UBA). Docente de Literatura en el Instituto de Profesores Artigas. Contato: yaninavidalm@gmail.com

⁴ Doutora em Letras (USP). Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do GT Semântica e Estudos Enunciativos (ANPOLL). Contato: massmanndebora@gmail.com

Montevideo y resaltando las innovaciones tecnológicas, la urbanidad y el nuevo escenario de la ciudad.

Por otro lado, en Perú surgió en 1926 la revista *Amauta*, un caso singular en América Latina, debido a que no solo se trató de una revista literaria, sino también que su contenido estaba orientado al socialismo y a la realidad indígena del territorio. Si algo ha de destacarse de este gesto vanguardista es poner en foco un tema que había sido ignorado tanto por los intelectuales como por el sistema literario de la época.

De este modo, pensar la vanguardia enraizada, es una forma de encontrar la especificidad de la vanguardia latinoamericana, y brindarle identidad, manteniendo la repercusión de las vanguardias europeas. Por otro lado, nos hace pensar en las dinámicas propias de cada nación y también del continente, a partir de su coyuntura política y artística. Brindarles su especificidad y características propias es una manera de revitalizar los procedimientos poscoloniales en los estudios literarios.

La especificidad latinoamericana

Las vanguardias latinoamericanas han cobrado singularidad por entablar una relación mucho más cercana con un elemento que varias perspectivas críticas han sabido determinar como factor diferencial de las vanguardias europeas, y este es lo político. Cabe preguntarnos si este factor es un elemento diferencial o simplemente integra un devenir de la literatura en la modernidad. En este trabajo nos preguntaremos si ese factor político diferencial es parte de

una novedad que denota la identidad latinoamericana, o si puede ser leído como una continuidad que impide desarrollar un sentido de la literatura por fuera de la lógica nacional y colonialista.

Desde la perspectiva de Jameson (1986), la literatura latinoamericana aún persigue las alegorías de la nación. Esto es lo que la separa de las literaturas europeas que han alcanzado una estética posmodernista. El análisis hace foco en la narrativa latinoamericana. Sin embargo, cabe preguntarnos si este enfoque puede tener alguna conexión con las vanguardias latinoamericanas y sus replanteamientos a partir de la posmodernidad. En esta misma línea, Jameson considera que, en el caso de la narrativa latinoamericana, hay una estrecha relación con lo político, porque sus temas no solo vuelven a la nación, sino también a referirse a la comunidad, al pueblo y a la constante necesidad de construir un relato sobre la independencia. Por estas características, la literatura latinoamericana para él es estéril, atrasada y precaria.

Podríamos pensar que la vanguardia es el último gesto de la modernidad, considerando que el posmodernismo supera estos estadios nacionalistas que sí logra Europa, pero no así nuestro continente. La vanguardia latinoamericana en ciertos casos los resalta y los complejiza. No se trata de una simple importación, sino de experimentar dentro de los mismos temas que ya estaban presentes en la literatura.

La vanguardia es la vía para elaborar cuestiones que se están planteando socialmente, como por ejemplo la identidad nacional. La lectura de Jameson generó en algunos críticos una postura en que la literatura latinoamericana debía ser

tomada desde una perspectiva comparatista con respecto a las producciones literarias de la metrópolis. María José Sabo (2014) adhiere a la perspectiva de otros críticos como Donald Shaw, que analiza la literatura latinoamericana partiendo del poscolonialismo. En este sentido, no habría que estudiar a la literatura latinoamericana en torno al binomio modernidad/posmodernidad, sino a partir del binomio colonialismo/poscolonialismo. Aunque sean procesos que se superponen, ya que al poscolonialismo se le sobreimprime la posmodernidad.

En este sentido, podemos entender que la dicotomía modernidad/posmodernidad, resulta efectiva a la hora de problematizar las vanguardias por la forma en que se concebía la obra de arte: “o modernismo ao se por a tradicao nao o fazia desvalorizando as obras de arte do passado, mas sim negando o sistema das artes e suas institucoes (...)” (Menegazza, 2004, p.22) Por tal motivo, tener presente esta dicotomía hace que se entienda la ruptura canónica y la experimentación artística como parte del signo de época.

Esta vertiente crítica nos hace interrogarnos si el fenómeno de la importación tiene algo que ver con los tópicos de las vanguardias europeas y si se traspasan a Latinoamérica. En este caso, podríamos nombrar a Alfredo Mario Ferreiro como impulsor del futurismo en Uruguay (donde la importación de las vanguardias también venía acompañada de un aire local), ya que sus primeros poemas estaban atravesados por la grandiosidad metropolitana de Montevideo, pero también por su admiración a Marinetti.

Nelson Osorio (1980) considera que las vanguardias

buscaron transgredir los límites propuestos por el modernismo, cuya poesía utilizaba un lenguaje más rebuscado y mantenía una línea estética con respecto a Europa. Si bien el modernismo abreva del simbolismo y el parnasianismo, la elaboración del lenguaje poético es propia. Es más, se trata del primer movimiento literario originado en América Latina.

Ante el crecimiento de las metrópolis en distintos territorios latinoamericanos, las innovaciones estéticas y tecnológicas hayan entrado en relación con lo literario. Sin embargo, este crítico sostiene que el crecimiento sirvió de estímulo para la producción nacional en materia artística. Volviendo al caso uruguayo (que incluía el desarrollo de Montevideo como ciudad y las políticas batllistas de inclusión social y de subvención del Estado a los artistas), observamos que la capital no solo se convirtió en influencia para varios escritores que deseaban experimentar con lo nuevo, sino que fue tema y motivo de algunas corrientes vanguardistas. Lo nacional no queda atrás: se resemantiza a partir de la creación de otro tipo de identidad que entra en diálogo con una sensibilidad europeizada pero también enraizada (Schwartz, 2002).

En la misma línea crítica, se entiende que la urbanidad fue el motivo de las vanguardias. Sin embargo, en el caso de este mapa, observamos ciertas desavenencias: el negrismo de Ildefonso Pereda Valdez que se promueve desde la poesía, la cultura negra y el candombe; el nativismo de Fernán Silva Valdez, que retomó los temas de la poesía gauchesca, así como una visión nostálgica del campo a la que puede

atribuírsele la relación opuesta con la ciudad; y por último el futurismo de Esteban Fagetti, que no residía en los motivos montevideanos, sino en las pequeñas invasiones tecnológicas en el departamento de Paysandú. Lo nacional se encuentra dentro de la tradición, pero también en el supuesto gesto de ruptura.

Lo que traje consigo la crítica desde la posmodernidad es percibir a la literatura latinoamericana como una reafirmación del estancamiento, cuya innovación no se separa de lo nacional, sino que lo interroga y lo reconstruye. A diferencia de una ruptura total, se establece una continuidad con los tópicos de la modernidad que tenían su acento en lo nacional. Osorio plantea que el proceso de vanguardia también es un proceso de cuestionamiento propio; de allí que podamos sostener que el caso de las vanguardias latinoamericanas tenga un anclaje político mayor al de las europeas, justamente porque estamos en una viva confrontación con supuestos estéticos y nacionalistas que estaban ya caducos pero que aún seguían allí. Entre ellos podemos tener referencias a las literaturas fundacionales, tanto de la vanguardia argentina, como es el caso de las revistas *Prisma* y *Proa*, así como de *Amauta*. Lo fundacional se encuentra como una manera de regenerar otros relatos mediante la ruptura que las vanguardias propusieron.

Las vanguardias no erradican de ninguna manera el pasado de forma tajante, sino que conviven con otros movimientos que se emparentan más con el modernismo o que están fuera de todo ánimo de renovación. La ruptura con el pasado de las vanguardias se hace más radical, justamente,

con aquel que justifica los movimientos que están en boga en el momento y al que se oponen, en este caso, el modernismo. Es cierto, no erradica todo el pasado, porque hacen su propia selección de precursores, muy distinta de la tradición que avala al movimiento del que procuran diferenciarse.

Las vanguardias generan un espíritu de innovación que estaba sostenido por los cambios sociales de América Latina, donde la presencia de nuevos sectores sociales cuestionaba con firmeza el cambio ideológico. No es que los cambios sociales sostiene la innovación vanguardista, sino que las expectativas de cambio generan un clima propicio para su desarrollo.

Ante este cambio, lo político es parte de la vanguardia latinoamericana, entendiéndose que esta impronta estética también necesita de una afrenta hacia las instituciones académicas y políticas. De acuerdo con Bürger, las vanguardias (no solo las latinoamericanas) se definen justamente por eso, por su carga de anti-institucionalidad, entre otros rasgos (Menegazzo, 2004).

El caso uruguayo: una vanguardia apenas rupturista

La vanguardia en Uruguay, a diferencia de otros países de América Latina, fue incipiente. No por falta de interés en una nueva estética, sino porque la vanguardia como tal es contrainstitucional, y los artistas a comienzos del siglo XX ya recibían subvenciones por parte del estado. Por lo tanto, si no hay institución con la que se pueda mostrar desacuerdo, no habrá enfrentamiento estético.

Alfredo Mario Ferreiro, uno de los pocos poetas vanguardistas en Uruguay, fue fuertemente influenciado por Marinetti y su visita a Montevideo. Luego de este suceso publicó en 1927 el poemario “El hombre que se comió un autobús”, claramente futurista. El vínculo de este poemario con lo nacional está en el recorrido por la ciudad de Montevideo, resaltando los edificios, monumentos y costumbres desde una perspectiva futurista. Sin embargo, este gesto rupturista fue el único en el poeta, así como en otros casos particulares y de poca repercusión.

El caso uruguayo en tal afrenta supone realmente una extrañeza. Muchos de los escritores que estaban al frente de revistas literarias con aires de renovación o de los poetas ya mencionados tenían trabajos estatales. La discrepancia política desde la raíz era algo que no estaba latente, porque no había un enemigo claro. Tampoco entre diferentes grupos porque, a diferencia de otras manifestaciones, en la vanguardia uruguaya existían movimientos que partían desde las revistas literarias únicamente con dos editores o de un solo artista. Las subvenciones a los artistas fueron parte de las políticas batllistas, por lo que, según Achugar (1986) desde la tesis de Carlos Martínez Moreno, solaparon los cambios radicales provenientes de la literatura.

Otro detalle que se suma a este delineamiento nacionalista de las vanguardias es justamente la celebración de las independencias en varios países latinoamericanos. Esto llevó a que lo nacional estuviera en la égida de las determinaciones estéticas tanto de fines de los años veinte como de comienzos de los treinta. El Centenario en Uruguay

se celebró en 1930, por lo que la literatura quedó al firme de toda intención nacionalista, no solo por el nombramiento de Juana de Ibarbourou como la poeta de América, sino porque este gesto reafirmaba una vez más que lo renovador estaba aún impregnado de una estética modernista y nacionalista.

Lo nuevo no fue lo legitimador, como plantea Sarlo, sino que lo verdaderamente nuevo, asociado con la vanguardia, era periférico. Las identidades se intensifican entonces y reafirman los procesos de varias literaturas en consonancia con los nacional, y no fuera de ella, pero esto también incluye a las vanguardias. No hay posturas rebeldes, extremadamente críticas o ajenas a los procesos sociales y políticos, sino que entran en consonancia con las líneas estéticas hegemónicas.

La incipiente vanguardia uruguaya queda no solo opacada por las políticas sociales del momento, sino también por el trazado nacionalista que estaba presente desde las literaturas fundacionales hasta su celebración cien años después. Podemos pensar que la literatura de ese entonces era todavía una manera de concentrar los tópicos nacionalistas, pero que no generaba contraste ni una separación radical. En todo caso, podríamos asegurar que se incluyen miradas renovadoras sobre los cambios tecnológicos y de sensibilidad, pero no dejan de estar sostenidas por una ligazón con las viejas formas de la poesía modernista.

El caso argentino: Jorge Luis Borges y una mirada nostálgica del Ultraísmo

El poemario "Fervor de Buenos Aires" (1923) de Jorge Luis Borges, si bien marca sus primeros pasos en la poesía y muestra una conexión con las corrientes vanguardistas de la época, especialmente el ultraísmo, también presenta características que lo distinguen y anticipan su universo creativo posterior.

El ultraísmo, una de las vanguardias con las que Borges tuvo contacto, ponía la metáfora en el centro de la creación poética. En "Fervor de Buenos Aires", se observa un uso constante de imágenes sorprendentes y asociaciones inusuales para describir la ciudad, sus calles, sus patios. La metáfora es la esencia misma de su lírica en este período. Aunque las vanguardias celebraban la modernidad (máquinas, velocidad, tecnología), Borges le da un giro particular. En lugar de fascinarse por el centro urbano y el progreso, se enfoca en los arrabales, los patios, las calles desgastadas, lugares donde el tiempo parece detenerse y donde encuentra una esencia más auténtica de Buenos Aires.

La ciudad es el eje central del poemario. Pero no es una Buenos Aires pintoresca o romántica, sino una Buenos Aires íntima, evocada desde la memoria y la subjetividad del poeta. Son las calles que se han vuelto extrañas para él. De este modo, no tenemos una celebración al advenimiento del futuro, sino una mirada nostálgica que aún contempla la ciudad del pasado. La ruptura en este caso se encuentra en la forma y en la integración del arrabal a la estética del nuevo

siglo.

Desde la perspectiva de Sarlo (1988), las vanguardias dieron cuenta del espíritu de lo nuevo, cuando los jóvenes cuestionaron las ideas estéticas y fundamentos de sus antecesores. Ante una visión como la que propone Sabo (cita a Jameson, que considera que la literatura latinoamericana se halla en un estadio previo, es decir en la modernidad y no en la posmodernidad, porque aún no superó el estadio precapitalista desde el marco de Donald Shaw), podemos establecer que lo nuevo es aplicar los cambios urbanos; pero si están acompañados de las rémoras nacionalistas, no hablamos de una literatura que superó los viejos estándares, sino que estableció una continuidad.

Esto quiere decir que se encuentra en un estadio precapitalista, lo que impide comparaciones con las literaturas europeas, ya posmodernas dentro del estadio capitalista. Desde la perspectiva de Menegazzo (2004), el arte contemporáneo al mismo tiempo que se aproxima al objeto de consumo, impone cuestiones y formas de valorizar que se ubican en el consumidor. Lo que esto sugiere es una descentralización de valores e instituciones.

La crítica argentina sostiene que dicha renovación está acompañada de una crítica de privilegios de los propios protagonistas. Sin embargo, adentrándonos en el caso uruguayo, confirmamos que esto no fue posible, no solo en esta región, sino también en el continente. La vanguardia latinoamericana no se desvinculó de la óptica nacional. Crear grupos, manifiestos y revistas fue entablar una separación de lo transgresor para entablar una polémica acerca de otras

formas posibles del arte que acompañaran los procesos históricos desde una posición más inquietante.

El caso peruano: Amauta y la celebración política a través de las letras

La revista peruana Amauta, fundada y dirigida por José Carlos Mariátegui entre 1926 y 1930, fue de una importancia trascendental para la literatura y la cultura peruana. Amauta se convirtió en la voz de una nueva generación de intelectuales y artistas peruanos y latinoamericanos. Fue un espacio fundamental para la difusión de las ideas de vanguardia en el arte, la literatura, la política y la filosofía, rompiendo con las tradiciones más conservadoras y eurocéntricas. Mariátegui la concibió como una revista de "doctrina, arte, literatura y polémica", lo que ya indicaba su carácter innovador y desafiante.

Amauta jugó un papel crucial en la revalorización de lo andino y la problemática indígena. Mariátegui y otros colaboradores de la revista buscaron integrar la realidad indígena peruana en el discurso cultural y político, no desde una perspectiva pintoresca, sino como un elemento central de la identidad nacional y una fuerza transformadora. Esto se reflejó en artículos, ensayos y obras literarias que abordaban la educación del indígena, la reforma agraria y la incorporación de los pueblos originarios a la cultura nacional.

La revista trascendió las fronteras peruanas, estableciendo un diálogo con intelectuales y movimientos de vanguardia de toda América Latina y Europa. Publicó textos

de figuras como Borges, Unamuno, Marinetti y Breton, lo que la convirtió en un nexo vital para la circulación de ideas y la dinamización de la producción cultural. Su alcance fue nacional e internacional, llegando a más de sesenta ciudades en Perú y ochenta a nivel internacional.

Amauta no se limitó a la literatura o el arte. Abordó de manera integral los problemas fundamentales del Perú desde una perspectiva crítica y de vanguardia, incluyendo temas como la universidad, la educación pública, el movimiento obrero y campesino, y la política. Mariátegui buscaba identificar, esclarecer y conocer la problemática peruana siempre dentro de un panorama mundial. La revista fue un instrumento para la construcción de un nuevo Perú, promoviendo una conciencia crítica y un proyecto cultural y político con base en los estatutos del socialismo. Mariátegui no concebía una cultura y un arte "agnósticos", sino como una fuerza "beligerante y polémica" que buscaba la justicia y la equidad. Amauta fue mucho más que una revista literaria; fue un proyecto cultural y político que redefinió el panorama intelectual peruano, impulsando el pensamiento crítico, la vanguardia artística y la revalorización de la identidad nacional desde una perspectiva inclusiva y transformadora.

La utopía que implica la vanguardia solo queda en el gesto irreverente de unos pocos artistas en el caso uruguayo, pero que de algún modo generaron gesticulaciones que permitieron adentrarse también en el proceso estético que atravesaba al continente. La crítica y las posibilidades de un arte nuevo quedan detenidas en los manifiestos. En el caso del poeta Ferreiro sus dos manifiestos, *El arte en pijamas* (1927) y

Entrecasa en el arte (1927), muestran la intención de una renovación poética que está dormida y que espera a ser despertada. Los factores que hacen dormir a esta poesía no son otros que aquellos que culpa Jameson del estadio tardío de la literatura latinoamericana. Sin embargo, a partir de estos ejemplos, los gestos vanguardistas pretenden la renovación y el cambio, pero a través de las nuevas consideraciones acerca del arte, que pretendió ser popular, o por lo menos ligar el arte a la *praxis* vital.

En torno a este último punto, Antonio Cornejo Polar considera que la vanguardia se mantuvo en el sistema culto porque, a partir de las consideraciones de Osorio, se pudo observar que los cambios socioeconómicos de los diferentes países también estimularon a la creciente burguesía. Este factor es el que más se demuestra en el caso uruguayo porque el enemigo era también el que subvencionaba las obras de arte, quien condecoraba y quien consumía. Las manifestaciones vanguardistas no dejaban de ser endogámicas y, por lo tanto, la crítica hacia el sistema no podía ser profunda. La lectura posmoderna de la vanguardia nos hace entender no solo su fracaso, sino también el fracaso de la modernidad y las contradicciones internas.

Ante estas operaciones críticas de la posmodernidad podemos entender que la vanguardia latinoamericana sí mantuvo un soporte político, por lo menos en los manifiestos como género discursivo. Por otra parte, se considera que la nueva poesía nace de la fractura con lo anterior: el modernismo (Jitrik, 1995). Por otro lado, la renovación, más allá de las influencias extranjeras, podría ser leída como una

forma de rebeldía y no de copia e importación a secas. Por su parte, Jitrik sostiene que el gran problema de las literaturas posmodernistas es que sus referentes cuando necesitan diferenciarse de otros o establecer el acto de ruptura no hacen más que copiar a los vanguardistas. Entonces, la vanguardia latinoamericana posee todavía ese aire de cambio y renovación que aún no ha sido resuelto por parte de la literatura latinoamericana.

CONCLUSIÓN

La perspectiva posmoderna de la crítica literaria nos lleva a pensar la vanguardia desde un sentido crítico, pensando en sus conflictividades que abarcan lo social, lo político, pero también la relación con el mercado. Más que entender los cambios como un proceso de legitimación que lograría lo nuevo, nos hace adentrarnos en la tensión existente entre los tópicos nacionales y lo político. Por lo tanto, no podemos pensar a la vanguardia como una simple afrenta o combate con su pasado, sino que habría que preguntarnos cuáles eran las formas legítimas de la literatura, y allí veremos que lo legítimo y lo combativo comparten caracteres sedimentados en lo nacional.

La división entre centro y periferia podría servir para pensar una vanguardia específica, pero como vimos en los ejemplos de las diferentes líneas vanguardistas de Uruguay, esos elementos son simplemente divisiones que separan lo nuevo de lo viejo, el anclaje ciudadano a diferencias de los espacios exóticos de la poesía modernista. A pesar de esto, las

diferentes estéticas se las ingenian para no separarse de lo local, ya sea para usarlo como impulso renovador o para edificar una poética de la nostalgia. Sí podemos entrever a partir de la mirada posmodernista que la vanguardia, en el intento de construir una *praxis* vital, logró fragmentar, romper y jugar con el lenguaje. Tal vez podríamos pensar que la distorsión poética a partir del lenguaje fracturado pudo contribuir a la unicidad de las diferentes corrientes o por lo menos contribuir a la creación de una poesía más contestataria que popular.

Por otro lado, problematizar la esencia de las vanguardias latinoamericanas, nos hace entender las particularidades del sistema literario al que pertenecen. La importancia de "lo nacional" en las vanguardias latinoamericanas es un rasgo distintivo y crucial que las diferencia, en muchos aspectos, de sus pares europeas y define gran parte de su originalidad y resonancia. Mientras que las vanguardias europeas buscaban una ruptura radical con el pasado y lo tradicional, a menudo en pos de una universalidad abstracta o una estética puramente formal, las latinoamericanas incorporaron un fuerte componente de reafirmación de la identidad local y nacional.

América Latina, recién salida de los procesos de independencia, seguía arrastrando un fuerte peso de la influencia cultural europea. Las vanguardias buscaron romper con esa dependencia y construir una estética y un discurso que fueran auténticamente latinoamericanos. Esto implicaba explorar las raíces culturales propias, desde lo indígena y lo afrodescendiente hasta las particularidades de

la vida urbana y rural de cada país.

A diferencia de la mirada exótica o folclórica del Romanticismo y el Modernismo previo, las vanguardias latinoamericanas (como el Modernismo brasileño, el Estridentismo mexicano, el Indigenismo peruano, el Ultraísmo argentino, etc.) se propusieron integrar lo autóctono, lo popular y lo local como elementos centrales de una estética moderna. No se trataba de imitar a Europa, sino de "antropofagar" (como proponía Oswald de Andrade en Brasil) lo foráneo para digerirlo y transformarlo en algo propio, con un sabor local.

Muchas vanguardias latinoamericanas no fueron puramente estéticas; estuvieron profundamente imbuidas de un compromiso con la realidad social y política de sus países. En un continente marcado por desigualdades, conflictos y la búsqueda de consolidación nacional, los artistas y escritores se sintieron llamados a participar activamente en la construcción de una nueva identidad.

BIBLIOGRAFÍA

ACHUGAR, Hugo (1986). Letras, la década del veinte: vanguardia y Batllismo, el intelectual y el Estado en AA.VV, **Vida y cultura en el Río de la Plata**. Montevideo: Universidad de la República.

BÜRGER, Peter (1974). **Teoría de la vanguardia**. Barcelona: Ediciones Península.

OSORIO, Nelson (1980). **Para una caracterización histórica**

del vanguardismo literario hispanoamericano. Centro de estudios literarios Rómulo Gallegos.

JAMESON, Fredric (1991). **Posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado.** Barcelona: Paidós.

JAMESON, Fredric. "Prefacio a la edición estadounidense". En: Roberto Fernández Retamar. **Todo Calibán.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 11-17.

JITRIK, Noé (1994). Las dos tentaciones de la vanguardia en Pizarro, Ana, **América Latina: palabra, literatura y cultura.** Campinas: UNICAMP.

MENEGAZZA, María Adelia (2004). **A poética do recorte.** Campo Grande: UFMS.

RAVIOLO, Heber; ROCCA, Pablo (1997). **Historia de la Literatura Uruguaya (II): una literatura en movimiento.** Montevideo: Banda Oriental.

SABO, María José (2014). **Entre la modernidad y la posmodernidad. Las relecturas críticas de la literatura latinoamericana desde la academia anglosajona y su impacto en la agenda crítica de la región.** Ciudad de Mexico: Revista Destiempos
<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/34915>

SARLO, Beatriz (2003). **Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920-1930.** Buenos Aires: Nueva Visión.

SCHWARTZ, Jorge (2002). **Las vanguardias latinoamericanas.** Ciudad de Mexico: Fondo de cultura

económica.

SUJEITOS ENTRE-LÍNGUAS: PERTENCIMENTOS E EXCLUSÕES

Alencar Guth⁵

Gesualda dos Santos Rasia⁶

SITUANDO A DISCUSSÃO

Este estudo, derivado de pesquisas de doutorado e pós-doutorado, objetiva compreender como se constituem os processos de identificação de falantes das línguas de imigração *hunsrückisch* e *talian* no Distrito de Dourado, Município de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul, uma comunidade formada por brasileiros descendentes de imigrantes alemães e italianos (Guth, 2024). A vila foi fundada por volta do ano 1916, a partir das ondas migratórias que partiam das Colônias Velhas (da região da Serra Gaúcha) para territórios ainda não explorados pela colonização europeia que começara ainda no século XIX. Nesse processo,

⁵ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente no Instituto Federal do Paraná, Campus Colombo (IFPR). Membro do Grupo de Pesquisas em Estudos do Texto e do Discurso: Entrelaçamentos Teóricos e Analíticos (GPTD – Unicentro/UFPR) e coordenador do projeto de pesquisa “Educação Linguística no Instituto Federal do Paraná” (IFPR). Contato: alencarguth@gmail.com.

⁶ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice-Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Estudos do Texto e do Discurso: Entrelaçamentos Teóricos e Analíticos (GPTD – Unicentro/UFPR) e coordenadora do Projeto de Pesquisa Nos: falas pretas e indígenas em escuta discursiva (CNPQ 423060/2021-0). Bolsista Produtividade CNPQ. Contato: gesa.rasia@gmail.com.

o lugar foi ocupado por descendentes de alemães e italianos que já eram nascidos no Brasil, os quais, nesse local, construíram as principais instituições do povoado, como a escola, a igreja católica e uma sociedade esportiva, dando início também a uma festa de inspiração germânica, o *Kerbfest*, que acontece até os dias de hoje.

O entendimento dos processos de identificação se deu a partir de narrativas orais de moradores de Dourado, cujas análises fundamentaram-se no dispositivo teórico da Análise do Discurso materialista, com realização de entrevistas semi-estruturadas para a composição do *corpus* de análise. A partir de questões-guia foi possível desenrolar “prosa” com treze moradores da referida comunidade, todos falantes das línguas de imigração, os quais narraram histórias, experiências e vivências entendidas na pesquisa como práticas histórico-sociais. Para a recomposição dos processos de identificação dos sujeitos atentamos, em Guth (2024), para as remissões feitas, nas conversas, às línguas por eles faladas, à relação com o outro falante de línguas diferentes daquela do(s) entrevistado(s), bem como ao atravessamento de aspectos culturais nos depoimentos. Atentamos também para a presença alteritária constitutiva do outro histórico que não é o descendente de imigrantes, mas o *brasileiro*, assim designado por estes últimos, conforme Rasia (2025)⁷. A questão central que nos inquietou e moveu na busca por respostas teóricas foi o fato de os sujeitos se identificaram

⁷ Pesquisa de pós-doutoramento acerca de quem é o sujeito brasileiro como o outro não branco, em curso, na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a supervisão da Profa. Dra. Vanise Medeiros.

enquanto *alemães* e *italianos*⁸, mesmo sendo todos brasileiros. Perguntamo-nos sobre a relação de ancestralidade desses sujeitos com as línguas de imigração, *hunsrückisch* e *talian*, e os embates com a língua nacional, bem como com os sujeitos falantes desta. A heterogeneidade linguística dessa comunidade configura-se, ainda hoje, como ressonância de aspectos da constituição linguística do Sul brasileiro, com todas as suas contradições.

Como resultados da pesquisa de doutorado, de modo geral, interpretamos os processos de identificação dos sujeitos a partir das línguas de imigração e dos costumes de herança alemã e italiana em embate com a língua nacional e com a história do (des)povoamento do território do Brasil e suas relações étnico-raciais, bem como com os enlaces dos corpos dos sujeitos no espaço em que vivem (Guth, 2024). No entanto, ainda nos chamam a atenção as designações que alguns sujeitos brasileiros, descendentes de imigrantes alemães e italianos, dão à língua nacional, o português, referindo-se a ela como “brasileiro”, e como identificam e designam a si e a outros sujeitos como *alemães*, *italianos* ou *brasileiros*, mesmo sendo todos brasileiros e falantes de português.

A partir desse liame heterogêneo, buscamos analisar, neste texto, os processos de identificação dos sujeitos em sua relação contraditória com as línguas de imigração e a

⁸ O itálico justifica-se por conta de que esse é o modo de autoidentificação dos descendentes brasileiros de imigrantes de alemães e italianos, bem como da identificação do outro, o brasileiro que não é descendente de imigrantes e também não falar as línguas de imigração da comunidade.

nacional, bem como o atravessamento do imaginário sobre o (não) ser brasileiro, a partir das condições históricas de produção de discursos nessa seara linguística e cultural.

Condições históricas do estabelecimento da língua nacional e os embates com as demais línguas do/no Brasil

O estabelecimento da língua portuguesa como língua nacional e oficial do Brasil não se deu sem dissensos e disputas. Os estudos brasileiros na área da História das Ideias Linguísticas (HIL) contribuem na busca pela compreensão de como ocorre, desde o século XIX até hoje, a busca por uma unidade de Brasil pautada em uma única língua nacional, institucionalizada, com materialização de práticas que constituem os sujeitos brasileiros e que significam a cidadania nacional. Esses estudos visam

compreender o processo de construções e os sentidos dessas instituições e dos sujeitos sócio-históricos que as habitam/praticam. Passageiros de espaços ambíguos e de múltiplas temporalidades, esses sujeitos vivem muitas vezes indistintamente experiências de sentidos que se produzem na colonização, na imigração, no seu território próprio ou atravessado por toda sorte de diferenças, que ora se complementam, ora se rivalizam, ora se indiferem (Orlandi, 2001, p. 09).

Orlandi e Guimarães (2001), no interior da HIL, também analisam de que modo a língua portuguesa se constituiu no Brasil como língua nacional, desde a colonização do território até o fim do século XIX, por meio de

processos de gramatização. Em Guth (2024), registramos que os pesquisadores percorreram diferentes fases das práticas da língua no país, formulando a compreensão de que, quando o Brasil se tornou independente, a necessidade de uma língua considerada própria fez com que fossem desenvolvidos mecanismos que regulassem as práticas linguísticas dos seus povos e que instrumentalizassem o português, por meio de gramáticas, dicionários e instituições educacionais (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 15).

Desse modo, o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil se deu de modo singular. Não houve uma instalação automática, como se ela tivesse sido embarcada em uma caravela em Portugal e depositada intacta em terras brasileiras. De início, o contato dos portugueses com os povos originários ocorreu de modo inquieto. Alguns sujeitos portugueses foram deliberadamente deixados no Brasil em contato com aqueles que aqui viviam, para que aprendessem as línguas daqui e servissem de tradutores em expedições futuras (Payer; Dias, 1998). Segundo Orlandi e Guimarães (2001, p. 34-35, grifo dos autores), por conta desses e de outros processos,

o português-brasileiro não se limita à “contextualização” (efeito pragmático) do português de Portugal (tendo este uma literalidade original), no Brasil. O português brasileiro é uma *historicização* singular, efeito da instauração de um espaço-tempo próprio, diferente do de Portugal. A desterritorialização do português de Portugal desloca com efeito seu campo de validade inicial e o destitui de sua posição dominante com vocação universalizante. Por sua historicização em um outro território, o Brasil, o processo de

constituição da língua portuguesa se refere não a um modelo estático exterior a seu campo de validade, mas a seu uso real em um novo espaço-tempo de práticas de linguagem.

Os autores sustentam que a gramatização em um país colonizado como o Brasil possui um duplo eixo: o da universalidade e o dos deslocamentos. Nesse sentido, ter instrumentos linguísticos, especialmente uma gramática, é ter direito à universalidade, à unidade (imaginária) da língua. Porém, falar nos deslocamentos, nos usos variados, é defender a heterogeneidade da língua e a possibilidade de outras línguas. Conquistado o direito à unidade, começa-se a reconhecer as variedades, as outras línguas (línguas indígenas, africanas, de imigração etc.). Esse movimento de reconhecimento (ou de embate) entre universalidade e deslocamentos, para Orlandi e Guimarães (2001), é próprio da constituição do efeito de unidade do português brasileiro como língua nacional, é próprio do processo colonizador no Brasil (Mariani, 2004). Em outro texto, mas continuando nessa perspectiva, Orlandi (2005, p. 30) sustenta que

a unidade do português do Brasil, referido a seu funcionamento historicamente determinado, é marca de sua singularidade. Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua própria referência no Brasil. A variação não tem como referência Portugal, mas a diversidade concreta produzida no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas, de imigração etc).

[...] Se, empiricamente, podemos dizer que as diferenças são algumas, de sotaque, de contornos sintáticos, de uma lista

lexical, no entanto, do ponto de vista discursivo, no modo como a língua se historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades.

Na leitura de Guth (2024), muito desse processo, se não todo ele, está imerso em política de línguas. A relação de tensão da língua portuguesa com as outras línguas faladas no país voltou a se intensificar no período entre guerras no Brasil. Payer e Dias (1998) apontam para a criação de uma noção de nacionalismo nessa época, momento em que se buscava consolidar a república recém-fundada, e quando os países independentes tentavam fortalecer a ideia de nação pautada em um ideal de unidade territorial e simbólica. Porém, o Brasil era uma nação multilíngue, onde não somente as línguas indígenas ainda eram faladas, apesar do grande apagamento que a língua geral sofreu em nome da ascensão do português, mas havia também as línguas africanas, oriundas dos processos de escravização, e as línguas de imigração provenientes de massivos processos de imigração da Europa e da Ásia para o país. Portanto, a ideologia nacionalista em torno da língua não se esgota no estabelecimento do português por meio do processo de gramatização no século XIX, mas também precisa lidar com os deslocamentos, como apontaram Orlandi e Guimarães (2001), que ainda resistiam no século XX.

Ainda consoante Guth (2024), é no entremeio dessas condições políticas e ideológicas que os processos de identificação dos sujeitos imigrantes e seus descendentes se configuram, eles se dão nesse “batimento” entre as línguas,

como afirma Payer (2007, p. 117). Nas palavras da autora, a língua materna (no caso dos imigrantes e descendentes, a língua de imigração) e a língua nacional “se encontram em uma forte tensão entre si, tanto na história, como línguas distintas concorrentes, como também na atualidade, pelos efeitos de memória ligados a essa história, que afetam o sujeito em seus processos de identificação” (Payer, 2007, p. 117). Assim, ao se levar em conta a relação da língua materna com a língua nacional, como sustenta Coracini (2007, p. 117),

não se trata de uma reflexão sobre multilinguismo e plurilinguismo, nem sobre o bilinguismo, pois esses termos implicam a busca da totalidade do que se denomina língua e sujeito falante ou a simples adição de duas ou mais línguas, adição que significa domínio idealmente concebido – e que se deseja perfeito – de cada uma das línguas implicadas. Trata-se de capturar traços de identificação que permitem compreender como se constitui pela linguagem – sempre híbrida – a identidade móvel, dinâmica, do indivíduo.

Dentro dessa relação entre-línguas, em um contexto sócio-histórico de imigrações, podemos nos perguntar qual seria a relação entre as línguas maternas e a língua nacional, uma relação que supera aspectos linguísticos e entra no jogo dos processos de identificação e, com isso, da própria constituição do sujeito. No caso da comunidade de Dourado, o cenário se torna ainda mais dinâmico, visto que os sujeitos não são imigrantes alemães e italianos e nem filhos de imigrantes, e sim, são brasileiros descendentes de brasileiros que, por sua vez, são descendentes de imigrantes, embora

tenham línguas de imigração como línguas maternas e se identifiquem como *alemães* e *italianos*, conforme apontamos anteriormente. O local de origem de seus antepassados não é mais ligado ao país “oficial” da sua língua materna, mas já é o Brasil, sua ascendência se relaciona à própria vila de Dourado ou, no máximo, às Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, tendo em vista que já são a terceira, quarta ou quinta geração após a chegada de seus antepassados imigrantes. Por isso, os deslocamentos espaciais e históricos ultrapassam a relação direta entre nacionalidade e língua, e entram em jogo as práticas e políticas de língua caseiras e a memória familiar e ancestral nesses processos de subjetivação e identificação. E essa teia de relações situa-se no espaço contraditório que se constituiu em relação à língua falada pelos brasileiros não descendentes de imigrantes.

Nesse sentido, a seguir, analisaremos como esse “batimento” entre as línguas que afeta os processos de identificação dos sujeitos pela linguagem também vai afetar as projeções imaginárias sobre o sujeito *alemão*, *italiano* ou *brasileiro*, ainda que todos sejam brasileiros nessa relação de pertencimentos e exclusões entre-línguas.

Entre os brasileiros, o sujeito-outro

Compreendemos, a partir dos estudos realizados em Guth (2024) e Rasia (2025), que as projeções e identificações se constituem a partir das tensões produzidas por práticas sociais nas quais reverberam barreiras e conflitos entre as línguas de imigração e a língua nacional presentes no espaço

em estudo. Por conta disso, recortamos da pesquisa a análise de como se constituiu, pelas semelhanças e diferenças, na alteridade e nas ranhuras da incompletude dos sujeitos, um imaginário de sujeito estabelecido pela língua, pela história e pelo espaço simbólico. Também em relação com um outro *brasileiro*, que, contraditoriamente, não pertenceria àquele espaço, porque “só fala o *brasileiro*”, desconhecendo as línguas de imigração.

A fim de discutirmos as projeções dos sujeitos descendentes de imigrantes sobre um sujeito “brasileiro” e sobre um falar “brasileiro”, ainda que também sejam brasileiros e falem o português, precisamos remontar, brevemente, às condições históricas da formação do(s) povo(s) no território do Brasil. Para isso, recorreremos à coletânea de textos *Brasil: 500 anos de povoamento*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, que apresenta um apanhado de pesquisas sobre as histórias de alguns dos povos que habita(ra)m o território nacional, como os povos originários, africanos, portugueses, espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes e japoneses.

Em um dos textos da obra, o historiador Ronaldo Vainfas, ao tratar da história indígena no Brasil, analisa e implanta o prefixo “des-” no movimento de (des)povoamento do território nacional. Vainfas (2007) aponta para a diminuição expressiva da população indígena no Brasil desde 1500, analisando como a sua história se constrói em grande parte pela manipulação dos colonizadores e dos catequizadores cristãos, seja na colaboração dos portugueses para o desenvolvimento das guerras entre as diferentes etnias

indígenas e na manutenção dos indígenas em cativeiro como escravizados, seja na ilusória boa vontade jesuítica em “civilizar”, em tornar cristãos os pagãos, colocando-os em verdadeiros laboratórios de doenças e morte. Além disso, Vainfas (2007) apresenta algumas formas de resistência desses povos às investidas dos brancos, como com inúmeros ataques aos núcleos de povoamento portugueses, destruição de engenhos e, sobretudo a partir dos anos 1980, com a redemocratização do país, a formação e movimentos de defesa dos seus interesses. O autor, então, resume a história dos povos indígenas no Brasil em “despovoamento, incompreensão, cumplicidades, massacres; resistências, lutas, recriação de identidades culturais” (Vainfas, 2007, p. 57).

Embora ainda continuasse ocorrendo, a escravidão indígena eventualmente se tornou inconveniente para os senhores de engenho, o que abriu o caminho para a difusão da escravização africana entre os séculos XVI e XVII, especialmente nos processos produtivos da economia açucareira (Vainfas, 2007). Sobre isso, João José Reis (2007) apresenta o histórico da escravização e do transporte forçado de milhões de homens, mulheres e crianças de origem africana para o trabalho escravo no Brasil, fazendo do país o maior importador de escravizados africanos no continente americano. O autor detalha as formas de exploração desses sujeitos, desde o início do seu transporte para trabalho na economia de açúcar, café, algodão, minérios e outros produtos de exportação, até o trabalho urbano como transportadores de objetos, dejetos, pessoas e alimentos (Reis, 2007). Além disso, o autor apresenta alguns dos processos de

identificação e designação entre as diferentes etnias africanas, os quais ocorriam até mesmo no próprio circuito do tráfico, sendo adotadas e reconstruídas no Brasil pelos próprios escravizados. Reis (2007) destaca, ainda, assim como no caso dos povos indígenas, que não só de dominações e limitações identitárias se constrói a história negra no Brasil. Segundo o autor, os escravos se revoltavam com frequência, especialmente aqueles nascidos na África, planejando desde práticas de abolição geral até a punição de um senhor ou feitor mais tirando; fugindo dos cativeiros, tanto para se juntar à massa negro-mestiça livre quanto para formação de quilombos; resistindo cotidianamente com o fingimento de doenças, com trabalhos mal feitos e com negociações para extrair vantagens, sendo essas últimas modalidades mais comuns entre os nascidos no Brasil, que já estavam mais envolvidos pelo estilo paternalista de dominação escravocrata (Reis, 2007, p. 84).

No entanto, as razões principais para a abolição da escravatura não teriam sido motivadas por essas resistências dos povos escravizados. As primeiras movimentações para findar esse regime cruel teriam surgido, inclusive, fora do domínio português. O império português, ao promulgar as leis Feijó (1831) e Eusébio de Queirós (1850), que liberariam os escravizados e proibiriam o tráfico desses trabalhadores, estava obedecendo à “pressão inglesa no sentido de proibir a importação de mão de obra escravizada para o território nacional, prevendo a punição dos envolvidos no chamado tráfico negreiro e a concessão de prêmio às pessoas que denunciassem tal prática” (Batalha, 2021, n.p.). A lei Feijó,

inclusive, ficou conhecida como “lei para inglês ver”, por não ter sido efetivamente cumprida, visto que o tráfico chegou a aumentar depois desses atos jurídicos, o que aponta para a contradição na ordem do real da história desses processos. Os povos africanos, mesmo após a abolição da escravatura, continuaram na mira do Estado, o qual buscava uma alternativa não só para a diminuição de mão de obra barata, como também tinha o projeto de constituição de um povo brasileiro branco. Assim, essa contradição entre a lei e a prática, esse paradoxal encorajamento resultante da proibição, constitui uma das materialidades da falha que mostra o real da história do povo negro no Brasil.

Assim, com a oficial, embora falha, impossibilidade de escravizar mais pessoas, em 1850 o Estado também publicou a Lei de Terras (1850), a qual, ao tratar das terras devolutas, autorizava a colonização estrangeira para o uso de mão de obra para a agricultura e o povoamento de áreas pouco habitadas (Camargo, 2019 *apud* Rosa, 2021). Outro motivo para o incentivo à imigração estrangeira teria sido “civilizatório”, inscrito no projeto maior de branqueamento da população brasileira (Croci, 2011). Para isso, então, os imigrantes ideais seriam apenas os europeus (Cf. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890) com características bastante específicas: deveriam ter até 60 anos, não estar com doenças contagiosas, não exercer profissões ilícitas e não ser “criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou inválidos” (Brasil, 1907, n.p.).

A busca por um Estado brasileiro branco, depois de ser forjado pelas forças negras e indígenas, encontra subsídio,

além do movimento eugenista que se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX, no fato de, no século XIX, os territórios germânicos e italianos passarem por expressiva crise econômica e social. Nos estados alemães, por exemplo, entre os motivos de crise, estavam a herança feudal, que dava privilégio à nobreza em detrimento dos pequenos agricultores; as guerras, as grandes distâncias até o mar e a falta de emprego urbano, que fizeram com que pequenos agricultores e comerciantes buscassem novas alternativas à sua situação precária. Por outro lado, outros países como Brasil, Estados Unidos e Canadá prometiam melhores condições de vida para essa população, e esses países passaram a ser conhecidos como o “Novo Mundo” (Pupp Spinassé, 2008).

Ainda na obra do IBGE (2007), Valdir Gregory assina o capítulo “Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira”. Em seu texto, o autor explica que, a partir de 1834, as imigrações europeias tinham diversas finalidades: no Sudeste, prover mão de obra nas lavouras de café; no Sul, “povoar áreas de florestas próximas a vales de rios, destacando-se os do Jacuí e Itajaí, fazendo do povoamento e da colonização mecanismos de conquista e de manutenção de domínio territorial” (Gregory, 2007, p. 146). Segundo o autor,

a intensificação da imigração só aconteceu após 1850, quando a colonização passou a ser responsabilidade dos governos provinciais, sendo que a vinda de alemães, quase exclusiva no início, mas embora crescente, passou a rivalizar, quantitativamente, com outras etnias, destacando-se portugueses, italianos e espanhóis. Como

ocorre com a maioria das estatísticas de imigração do século XIX, também as de imigrantes alemães são bastante precárias, não só porque a emigração começou num período de grandes mudanças na Alemanha – das quais a principal foi a unificação do país em 1870 –, como porque aqui chegaram grupos que, embora falassem dialetos do alemão, não eram originários da Alemanha recém unificada. [...] A emigração de alemães, como de resto toda a emigração européia, se explica pelas grandes transformações política, econômica, social e cultural observadas na Europa do Século XIX. No caso específico da Alemanha, a consolidação do Estado nacional teve primordial importância, bem como a Guerra Franco-Prussiana, o crescimento do capitalismo industrial e a conseqüente decomposição dos liames feudais, sem esquecer o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor. Do lado brasileiro, cabe repetir que a abolição do tráfico negreiro, em 1850, e a crescente necessidade de mão-de-obra para a lavoura nacional foram decisivos para a ampliação das políticas imigrantistas e colonizatórias. Neste contexto, despontaram os interesses de empresas navegadoras, de agentes de migrantes, bem como cresceu a atuação de igrejas. Da combinação de todos esses fatores emergiram condições altamente favoráveis à imigração de alemães (Gregory, 2007, p. 144-145).

Da Alemanha, segundo Gregory (2007), a região do *Hunsrück* foi a que forneceu o maior contingente de imigrantes camponeses para as colônias da Região Sul. Esses imigrantes eram, majoritariamente, católicos e falavam o *hunsrückisch*, considerado, à época, um dialeto alemão. Juntavam-se em colônias relativamente homogêneas, o que também preocupava o interesse do poder público, que visava à formação de colônias mistas por razões de natureza

econômica, por um lado, e, por outro lado, razões de cunho ideológico em torno do ideal de branqueamento da “raça brasileira”, o qual ocorreria pela mestiçagem dos alemães com outros grupos. Também era preocupação do Estado a formação de “quistos étnicos” (Gregory, 2007, p. 147), o que ameaçaria o desenvolvimento da almejada unidade nacional. O crescimento populacional nas colônias alemãs “foi responsável pelo aumento do número de colônias, bem como pelos deslocamentos de curta e média distâncias para diversas localidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e para outras regiões brasileiras” (Gregory, 2007, p. 148). E foi nesse movimento que a comunidade de Dourado se fundou.

Quanto às imigrações italianas, de modo similar às alemãs, realizaram-se principalmente no Sul do Brasil. No capítulo “Imigrantes italianos: entre a *italianità* e a brasilidade”, a autora Angela de Castro Gomes (2007, p. 161) aponta para um imaginário de que o italiano seria “o” imigrante por excelência do Brasil. Esse posicionamento se sustenta pela natureza quantitativa das imigrações italianas,

já que entre 1870 e 1920, momento áureo do largo período denominado como da “grande imigração”, os italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes entrados no Brasil, ou seja, em 3,3 milhões de pessoas, os italianos eram cerca de 1,4 milhão. Em segundo lugar, em função das orientações que dirigiram as políticas de atração de imigrantes, “o italiano” acabou por corresponder a uma espécie de “tipo ideal”, reunindo de forma razoavelmente equilibrada as duas condições mais valorizadas tanto por autoridades públicas e por intelectuais, quanto pelos

empresários privados diretamente envolvidos na arregimentação de imigrantes.

Assim como apontou Gregory (2007) sobre as imigrações alemãs, Gomes (2007, p. 161-162) mostra que

a política imigratória brasileira teve início nas primeiras décadas do Século XIX com alguns poucos experimentos de colonização voltados para o assentamento de alemães nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Após sofrer uma breve interrupção, foi retomada com novo ímpeto, a partir de 1850, em função da abolição do tráfico de escravos e da Lei de Terras. Desde então e até a década de 1930, tal política orientou-se por uma diretriz de franca atração de imigrantes, voltada para dois objetivos fundamentais: a ocupação de áreas “vazias” do território, geralmente situadas em regiões de fronteira ao sul do País, e o fornecimento de mão-de-obra abundante e barata para a substituição do braço escravo nas lavouras de café, especialmente no Estado de São Paulo e circunvizinhanças.

Ainda de forma semelhante ao que ocorreu com os imigrantes alemães, os italianos deixaram seu país basicamente por motivos econômicos e socioculturais. Segundo Gomes (2007, p. 163-164),

é preciso assinalar que a Itália acabava de se constituir como um Estado nacional, saindo das lutas por um processo de unificação política inevitavelmente doloroso para sua população, particularmente a rural e mais pobre. Esta se via incapaz de sobreviver nas pequenas propriedades que possuía ou onde simplesmente trabalhava, sendo obrigada a se deslocar para as cidades, também impossibilitadas de

absorver tão amplo número de pessoas, uma vez que o desenvolvimento industrial apenas começava.

Apesar de terem se pautado em crises econômicas e socioculturais na Europa, as histórias dos imigrantes alemães e italianos possuem um caráter diverso do tráfico de escravizados africanos e do trato hostil com os povos indígenas no Brasil. Os imigrantes europeus foram, de início, os “tipos ideais”, se adequavam à política de embranquecimento da população brasileira.

Nesse sentido, Federico Croci (2011) retoma Roberto da Matta (1981) para tratar da “fábula das três raças”. O negro, o indígena e o branco, isto é, o triângulo das três raças, segundo da Matta (1981), foi mantido como um dado fundamental na compreensão do Brasil pelos brasileiros. Essa fábula se tornou, segundo o autor, uma ideologia dominante, perene no imaginário tanto dos intelectuais quanto do povo em geral. Para Croci (2011), no entanto, dentro desse triângulo, como branco deve ser entendido somente o colonizador português, visto que os outros imigrantes europeus passaram por outros processos históricos e discursivos na chegada ao Brasil, além de não portarem as formas de poder que o branco português possuía.

Segundo Croci (2011, p. 83-84),

se é verdade que a “fábula das três raças” manteve os imigrantes às margens do discurso dominante sobre a formação da identidade nacional brasileira, é também evidente que desde as primeiras experiências de colonização, como vimos, o papel dos imigrantes europeus

foi considerado estratégico para a operação do “branqueamento” da sociedade que estava em formação. O estado de exclusão em que sempre foi deixado o proletariado nacional aparentemente implicava a inclusão automática dos brancos europeus: na realidade, na receita para a formação da nação o ingrediente branco era tolerado exatamente enquanto componente indispensável para “melhorar a raça”, mas sempre em condição subalterna. Os imigrantes, brancos europeus, portanto de raça superior, podiam ser integrados no projeto identitário da elite nacional somente se funcionais e subalternos a ele. Quando o imigrante, ao invés de se deixar assimilar por esse modelo de sociedade, rompia os vínculos de subordinação e começava a agir como sujeito autônomo e independente, colocando em discussão o modelo, ou mesmo tentando imaginar outro modelo alternativo, rompia-se o encantamento. **O imigrante, que antes fazia parte de um grupo social apreciado e integrado, passava a ser imediatamente indesejável (Carneiro, 2003) enquanto estrangeiro, diverso, perigoso, não raramente subversivo, uma ameaça a ser isolada e mantida sob o controle através do uso daquelas instituições disciplinares típicas do estado nacional moderno, que naquele momento estava alcançando a sua forma plena.**

Assim, nesse pêndulo entre ser ideal e ser uma ameaça, na falta de poder em relação ao domínio da lei quando comparados com os brancos portugueses, os imigrantes e seus descendentes não escapam de se constituir pelas contradições da história, sempre na relação com os povos negros e indígenas – e é preciso destacar que, ainda que considerados como uma ameaça, conforme trecho final da citação acima, os imigrantes europeus e seus descendentes

não sofreram violências tão graves quanto as que foram praticadas contra negros e indígenas.

Neste estudo, buscamos interpretar, então, um ponto específico que emerge dessas condições de produção. Os sujeitos da comunidade de Dourado, todos brasileiros, designam a si e aos outros como *alemães*, *italianos* ou *brasileiros*. Nesse sentido, questionamos: como se constitui o imaginário de sujeito e de língua que esses descendentes de imigrantes (brasileiros) designam como *brasileiros* e *brasileiro* (língua)?

Gestos de análise: entre as línguas de imigração, o “brasileiro”

Nas sequências discursivas (SDs) que recortamos para análise, apresentamos alguns movimentos que dizem respeito à passagem do gentílico *brasileiro* para a nomeação da língua nacional de um povo que, como o caso do brasileiro, é usuário de uma língua-outra, que lhe foi imposta, e que se apresenta como ausência nos relatos dos depoentes.

Nesse sentido, compreendemos que o imaginário do imigrante europeu os coloca como os outros brancos, fossem tidos como ideais ou como ameaças, como os não brasileiros, em contraposição ao povo brasileiro que se formava pela fábula das três raças, isto é, pelos negros, pelos indígenas e pelos brancos portugueses, em uma narrativa pacificadora. Ainda assim, dentro da comunidade de Dourado, os sujeitos, enquanto se identificam como douradenses, distinguem-se entre as suas ascendências. A seguir, mobilizamos algumas

SDs em que os sujeitos da vila de Dourado fazem essa distinção entre o falar alemão (*hunsrückisch*), o falar italiano (*talian*) e o falar *brasileiro*, e entre constituírem-se em *alemães* e *italianos* em diferença com o outro *brasileiro*.

SD01: Que nem lá na comunidade onde que nós moramos é puro gringo, e daí não tinha alemão, assim, pra tu falar em brasileiro. Era tudo italiano.

Nessa SD, a entrevistada descendente de italianos expõe as razões pelas quais somente se falava em *talian* na sua comunidade natal: lá só há os descendentes de italianos, designados de “gringos” e identificados como *italianos*, embora sejam brasileiros⁹. A língua portuguesa, designada de *brasileiro*, apresenta-se com estatuto de língua comum, haja vista que seria a língua empregada caso houvesse *alemães* na comunidade. Destacamos, na SD, o deslizamento sintático junto ao deslizamento do significante: *brasileiro* deixa de ser o adjetivo gentílico e passa a ser a língua, conforme já referimos. Decorrência disso, é possível a adaptação sintática, fala-se “em *brasileiro*”, assim como se fala em *português*, em *alemão*, em *italiano*, em *japonês*... A coincidência entre nacionalidade e língua é análoga às supostas coincidências existentes entre língua e nacionalidade no caso dos descendentes de imigrantes. As fronteiras que existem são produzidas a partir da língua que (não) se fala. O sujeito que diz esquece (no

⁹ Nas regiões de colonização alemã e italiana, no interior do Rio Grande do Sul, é bastante recorrente o emprego da designação “gringo” exclusivamente para os descendentes de italianos.

sentido discursivo do termo), que a língua nacional do Brasil é o português; que ele não é nem italiano nem o outro é alemão e, ainda, que não há correspondência entre a língua que ele fala e a língua nacional dos italianos.

No caso da SD que segue, a entrevistada, que se identifica como *alemã*, também atribui ao *brasileiro*, isto é, à língua portuguesa, a possibilidade de interação com descendentes de italianos, os gringos:

SD02: É que tu fala com um gringo, tem que falar em brasileiro.

Apesar de, assim como seus amigos e vizinhos, ser brasileira, a entrevistada tem a língua nacional como uma possibilidade de contato com o outro diferente. Para além desse caráter utilitário, o falar em *brasileiro* apresenta-se, neste caso, com caráter injuntivo. O sujeito se vê convocado a adentrar o espaço da língua nacional, como condição para interação com outras comunidades linguísticas. O segmento *tem que* marca a interpelação, sinalizando o deslocamento que é exigido do sujeito em uma situação de incompreensão e, por conseguinte, marca o *brasileiro* como língua outra, não cotidiana, talvez até mesmo estranha à sua língua materna.

O mesmo processo ocorre com a SD que segue. Falar *brasileiro*, no caso da comunidade pesquisada, não é uma condição para se identificar como brasileiro:

SD03: Mas que nem aqui em Dourado tem bastante alemão, só que não falam em alemão, falam tudo em brasileiro.

A entrevistada, descendente de italianos, afirma que há muitos descendentes de alemães na comunidade, os quais, no entanto, só falam *em brasileiro*. Porém, ela se esquece, no sentido do inconsciente atravessado pela ideologia, de que, sendo *italiana*, os descendentes de alemães não falariam com ela *em hunsrückisch*, e sim na língua nacional. A entrevistada não se dá por conta do estatuto de língua de contato do *brasileiro* e nem da amplitude da heterogeneidade linguística do local. Embora os descendentes de alemães, assim como os descendentes de italianos, mantenham a divisão entre as línguas faladas em casa e fora de casa, o relato da entrevistada produz efeito de totalidade, como se apenas o *brasileiro* fosse a língua daqueles sujeitos.

Na próxima SD, o português ou *brasileiro* apresenta outra função, para além de possibilitar o entendimento entre os diferentes sujeitos, identificados como *alemães* ou *italianos*. O *brasileiro*, nesse caso, é a língua que possibilita o acesso aos trâmites burocráticos do país, é a língua que possibilita ao sujeito acessar as práticas jurídicas do Estado brasileiro. Ao acessar os serviços públicos, ela precisa deixar de lado a língua materna, a língua das suas práticas caseiras e familiares, a língua que a identifica como *alemã*:

SD04: E pra ela se aposentar, era eu, nós fizemos... acho umas dez vez fomos a Erechim. Então ela tinha que falar o brasileiro e tal.

As possibilidades que a língua *brasileira* dá aos sujeitos, no caso da comunidade de Dourado, especialmente seu

caráter utilitário, faz com que ela seja tipificada, ao menos nesses contextos, como língua *melhor, mais útil*. No caso da SD a seguir, a fala da entrevistada expõe como a língua portuguesa se sobrepõe às línguas de imigração no seu imaginário, que se identifica enquanto *italiana*. Como analisamos na pesquisa de doutorado, as línguas de imigração reproduzem a memória da interdição desde que políticas de línguas foram impostas sobre os imigrantes e seus descendentes nos anos 1930: o português era imposto aos descendentes de imigrantes, e suas línguas maternas eram proibidas (Guth, 2024). No caso da SD04, a interdição se dá em outras condições históricas de produção, haja vista que não se trata mais de proibição. Trata-se, antes disso, da construção imaginária da unidade linguística no Brasil, que ignora a heterogeneidade aqui presente, conforme já referimos anteriormente.

SD05: Mas a melhor língua eu acho que é o brasileiro, né?

A dita unidade linguística apresenta-se também com efeito de superioridade, a partir de leitura possível de ser feita dos efeitos de sentidos produzidos na SD05. Não há certezas na afirmação da entrevistada (“eu acho”), contudo, ela consulta/convoca a anuência do entrevistador (“né?”), como se sua asserção precisasse ser referendada. Ou não. Se considerarmos que há um espaço possível de ser preenchido em *melhor língua*, podemos nos perguntar, por exemplo: melhor para quem? Melhor para quê? Melhor em que circunstâncias?

Por fim, essa separação que a língua provoca, isto é, separa os *alemães* dos *italianos* e dos *alemães* e *italianos* o ser sujeito *brasileiro*; também se reflete na projeção construída acerca daqueles que não falam as línguas de imigração e não têm ascendência alemã ou italiana. Nessa última SD, a entrevistada, descendente de italianos, explica as dinâmicas matrimoniais de antigamente, em que não se misturavam as ascendências alemã, italiana e brasileira – negra, indígena, portuguesa. Nesse ponto, ela, mesmo sendo brasileira e casada com um brasileiro (descendente de alemães, apesar das proibições de antigamente), projeta o *brasileiro* como um outro, que não é nem descendente de italianos, nem de alemães e, portanto, com o qual não poderia se casar.

SD06: Era tudo italiano com italiano, porque antigamente não era que nem agora, casa com os brasileiros, casa com os alemães, assim.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Se a brasilidade se constitui por um heterogêneo emaranhado, é na língua que a contradição se marca de modo bastante acentuado: o sujeito brasileiro é falante de uma língua que, embora considerada nacional, é a língua que pertence ao colonizador. A essa língua somaram-se outras que, embora ainda convivam com o português e tenham lhe conferido distintos e múltiplos matizes, não alçaram o

estatuto de línguas oficiais do país¹⁰. Esse mesmo sujeito brasileiro foi idealizado como branco, em uma tentativa de apagamento das presenças negra e indígena em sua constituição étnica. Se esse projeto fracassou, pode-se dizer também sobre uma espécie de fracasso na tentativa de abasileiramento dos imigrantes e seus descendentes. Mesmo proibidos de falarem seus idiomas, conservaram-no, ainda que com alterações contingenciais. O *ser brasileiro* é, ainda hoje, conforme podemos depreender dos depoimentos, algo estranho a esses agrupamentos, os quais, ao referirem ao *brasileiro* como língua outra, que não a de casa, língua que os interpela em determinadas circunstâncias, legitimam suas esferas de pertencimento: eles falam o *hunsrückisch* e o *talian*, logo, se autodesignam como *alemães* e *italianos*,

¹⁰ Nos últimos anos vêm ocorrendo políticas de cooficialização de algumas línguas de imigração em esferas municipais, assim como de línguas indígenas, para que figurem também nos espaços públicos e de direito dos respectivos municípios. Entre essas línguas estão as línguas *tukano*, *neengatu* e *baniwa* em São Gabriel da Cachoeira/AM, cooficialização pioneira no Brasil (realizada em 2002); o *talian* em Coronel Pilar/RS, Nova Pádua/RS, Ivorá/RS, Nova Roma do Sul/RS, Guabiju/RS, União da Serra/RS, Nova Erechim/SC, Camargo/RS, Ipumirim/SC, Doutor Ricardo/RS, Fagundes Varela/RS, Nova Prata/RS, Putinga/RS, Barão/RS, Vila Flores/RS, Serafina Corrêa/RS, Cotiporã/RS, Antônio Prado/RS, Casca/RS, Parai/RS, Flores da Cunha/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Nova Bassano/RS, Capinzal/SC, Horizontina/RS, Farroupilha/RS, Pinto Bandeira/RS, Encantado/RS, Garibaldi/RS, Bento Gonçalves/RS, Marau/RS, Ijuí/RS, Caxias do Sul/RS; e o *hunsrückisch* em Antônio Carlos/RS, Santa Maria do Herval/RS, Ipumirim/SC, Barão/RS e Horizontina/RS. Para conhecer as legislações linguísticas de cooficialização no Brasil, acessar o Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas (RBLL). Disponível em: <https://direitolinguistico.com.br/repositorio/s/rbll/page/por-lingua>. Acesso em: 28 set. 2024.

respectivamente. O ser *brasileiro* fica, assim, circunscrito àqueles que são estranhos a essas duas línguas, e cola-se ao falar o *brasileiro*.

As línguas *hunsrückisch* e *talian*, por sua vez, encontram-se em constante “batimento”, como afirma Payer (2007), tanto entre si quanto com a língua nacional, o *brasileiro*. Elas são constituintes dos processos de identificação dos sujeitos, marcam a feição móvel e dinâmica desses processos (Coracini, 2007), constituem os sujeitos, fazem-nos pertencer à comunidade, mas também os diferenciam do outro, produzindo a exclusão desse outro. Descendentes de imigrantes e brasileiros têm, assim, suas fronteiras simbólicas estabelecidas a partir da língua pela que, simultaneamente, os identifica e nomeia. Paradoxalmente, esses sujeitos, por serem todos brasileiros, inserem-se em processos de identificação que se entrecruzam nas contradições da história, que os fazem encontrar pertencimentos nas ranhuras que somente a linguagem permite perante as implacabilidades das exclusões, dos efeitos de não pertencimento.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Elton Duarte. Brasil, o país da “lei para inglês ver”. **Mackenzie**, novembro de 2021. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/brasil-o-pais-da-lei-para-ingles-ver-1>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.455**. Approva as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Rio de Janeiro, 1907. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CROCI, Federico. A imigração no Brasil. *In*: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOMES, Angela de Castro. Imigrantes italianos: entre a *italianità* e a brasilidade. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

GUTH, Alencar. **Corpo, (u)topia (im)placável**: o lugar dos/nos processos de identificação de falantes das línguas hunsrückisch e talian. Orientadora: Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia. 2024. 162 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**. Campinas/SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. A língua brasileira. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 02. Apr./Jun. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a16v57n2.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

ORLANDI, Eni P. Apresentação. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **História das idéias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes. Cáceres: Unemat, 2001.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **História das idéias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes. Cáceres: Unemat, 2001.

PAYER, Maria Onice; DIAS, Luiz Francisco. Langue et nationalité au Brésil. Années 1930 et 1940. **Langages**. v. 32. n. 130, pp. 112-124, 1998. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1998_num_32_130_2161. Acesso em: 14 jun. 2025.

PAYER, Maria Onice. Processos de identificação Sujeito/Língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Paterna. *In*: ORLANDI, Eni P. **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PUPP SPINASSÉ, Karen. O hunsrückisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. **Espaço Plural**, v. IX, n. 19, julho-diciembre, 2008, pp. 117-126. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944361013.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RASIA, Gesualda dos Santos. “Os *brasileiros* do Sul do Brasil: o estatuto da negritude”. (no prelo).

REIS, João José. Presença negra: conflitos e encontros. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

ROSA, Maria Carlota. As línguas brasileiras de imigração. **Blog Línguística - M. Carlota Rosa**, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2021. Disponível em: <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2021/08/16/brasil-as-linguas-de-imigracao/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

VAINFAS, Ronaldo. História indígena - 500 anos de despovoamento. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

DISPOSITIVO DE GÊNERO E DESIGN DE PRODUÇÃO: PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO NA SUPERSÉRIE “ONDE NASCEM OS FORTES” (TV GLOBO, 2018)

Tacia Rocha¹¹

Luana Vitoriano-Gonçalves¹²

Claudineia Valim-Schiavon¹³

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE DISPOSITIVO E GÊNERO

O dispositivo é uma ferramenta analítica que permite destrinchar a rede que se estabelece entre práticas discursivas e não-discursivas tais como discursos, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos. A natureza da relação que pode existir entre esses elementos pode ser diferente com “mudanças de posição, modificações de funções” (Foucault, 2015, p. 364). Também, o dispositivo tem uma “função estratégica dominante” (Foucault, 2015, p. 364), de responder a uma urgência em um determinado período histórico, e vai se modificando num

¹¹ Doutora e Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (PLE/UEM). Doutoranda em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp). Contato: tacia.rocha.f@gmail.com.

¹² Doutora pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), pós-doutorado em andamento. Universidade Federal do Paraná/Universidade de Coimbra, bolsista PDJ - CNPq. Labell (UNICENTRO/UFPR). Contato: ls.vitoriano@gmail.com.

¹³ Mestre pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Unicesumar. Contato: claudineiaavalim@gmail.com.

“processo de perpétuo preenchimento estratégico” (Foucault, 2015, p. 365). O dispositivo é, então, definido por Foucault (2015, p. 367) como “estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentada por eles”.

O gênero, por sua vez, tornou-se uma categoria histórica para analisar os sistemas de relações sociais ou sexuais no fim do século XX. Ao “lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas” (Scott, 1995, p. 85), o termo foi uma tentativa, das feministas contemporâneas, de reivindicar uma definição que demonstrava a incapacidade das teorias até então explicar as desigualdades entre as mulheres e os homens. A definição de gênero proposta por Scott (1995, 86) está na conexão entre duas proposições: 1) o gênero é considerado um elemento constitutivo de relações sociais; 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

A proposta deste artigo é articular os dois conceitos sobrescritos, de modo que a fusão resulte no conceito “dispositivo de gênero”, a exemplo da proposta teórica de Foucault (2015) em *A história da sexualidade* com o dispositivo da sexualidade. Para operacionalizar o dispositivo de gênero será feita a análise de uma materialidade audiovisual. Para tanto, elege-se como ferramenta descritiva a análise fílmica de forma a “desmontar” o que foi pacientemente montado (Vanoye; Goliot-Lété, 1994, p. 12). A descrição das cenas e dos elementos que a compõem, como o figurino, a paleta de cores, a iluminação, os objetos de cena, o tipo de locação, a concepção visual dos cenários e alguns elementos da

linguagem cinematográfica correspondem ao design de produção (Baptiste, 2008).

A análise foi empreendida em um recorte da supersérie “Onde Nascem Os Fortes”¹⁴, produzida e veiculada pela TV Globo (2018). Essa produção ficcional foi exibida em 53 capítulos, de 23 de abril a 16 de julho de 2018. Foi considerada uma supersérie porque sua duração não foi tão longa quanto uma novela, nem tão curta quanto uma série. Possui um núcleo reduzido de personagens, o que possibilitou o tratamento aprofundado dos sujeitos representados na trama. Foi escrita por George Moura e Sergio Goldenberg, com direção artística de José Luiz Villamarim e direção geral de Luisa Lima.

Para atingir ao objetivo geral de compreender de que modo o dispositivo de gênero produz curvas de visibilidade e de enunciabilidade, linhas de força e linhas de subjetivação em corpos generificados na série televisiva “Onde Nascem Os Fortes” (TV Globo, 2018), organiza-se este artigo em cinco partes: i) na primeira seção, o objetivo é apresentar como a noção foucaultiana “dispositivo” e suas dimensões; ii) na sequência, fazemos uma aproximação entre a noção de gênero de Scott (1995) com a de dispositivo, a partir da leitura de Deleuze (1990) para analisar a produção de gênero em corpos femininos; iii) na terceira seção, depreendemos como o *Production Design* pode contribuir no movimento descritivo-

¹⁴ Prestes a estrear, a Globo veiculou uma apresentação especial da supersérie “Onde nascem os fortes” no canal YouTube da Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OoM1QziHpy4>. Acesso em: 7 ago. 2025.

analítico de materialidades audiovisuais; iv) após, na quarta seção, analisamos como o dispositivo de gênero estabelece estratégias de força, suporta tipos de saber e produz a subjetividade de Maria, na supersérie “Onde Nascem Os Fortes” (TV Globo, 2018); v) na quinta seção, nas considerações finais retoma-se o objetivo face à análise compreendida e os principais resultados.

O que é um Dispositivo: estratégias de Forças sustentadas por Saberes e pela produção de Sujeitos

Para compreender a função metodológica dos dispositivos, Foucault (2015, p. 364-365) aponta três sentidos à noção. Primeiro, assevera que o termo demarca um conjunto heterogêneo que abrange “discursos, instituições, planejamentos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas”. Segundo, estabelece a natureza das relações entre esses elementos heterogêneos. E finalmente, assevera que o dispositivo tem uma função estratégica uma vez que visa responder a uma urgência histórica.

Na perspectiva genealógica, o dispositivo é um caso de *episteme* muito mais geral, pois a *episteme* é um dispositivo especificamente discursivo ao passo que dispositivo é caracterizado por uma forte heterogeneidade dos seus elementos constitutivos (Foucault, 2015, p. 367). Comporta o dito e o não dito, o todo social discursivo e não discursivo (Foucault, 2015, p. 368). O dispositivo é “a rede que se pode

estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 2015, p. 364) e como é produtor de forças, também pode ser definido como “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Foucault, 2015, p. 367).

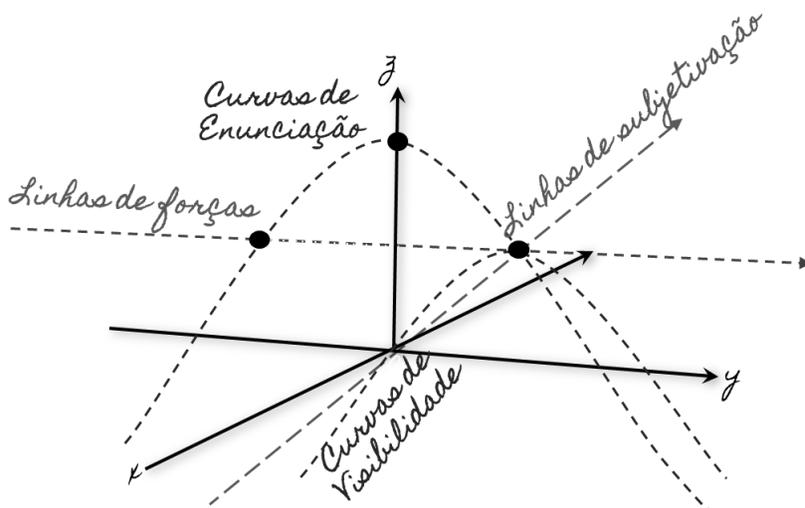
Dito de outro modo, o dispositivo está inscrito em um jogo de poder e ligado a uma ou a várias configurações de poder. É no interior desse conjunto de elementos heterogêneos que os discursos regulam, normalizam, instauram saberes e produzem “verdades” como exemplifica Foucault (1988) sobre a “sexualidade”: o dispositivo da sexualidade é uma rede composta por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos e de formação de conhecimentos.

Deleuze (1990), em *O que é um dispositivo*¹⁵, explicita o conceito de dispositivo de um modo exaustivo. Atribuindo a Foucault a função de “cartógrafo” (Deleuze, 2005, p. 33), pelo fato de pensar por linhas, Deleuze define o dispositivo como “uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente” (Deleuze, 1990, p. 155). Essas “linhas não se delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua conta própria” elas são compostas por “objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores” (Deleuze, 1990, p. 155).

¹⁵ Importante ensaio de Gilles Deleuze, apresentado no *Colloque international* dedicado à filosofia de Michel Foucault, organizado, após a sua morte.

Independentemente de os dispositivos serem concretos, a questão são os vetores, as derivações, as mudanças de direção. Trata-se de um conjunto de linhas alicerçado em três grandes eixos que Foucault distingue sucessivamente ao longo de sua obra: saber, poder e subjetividade - os quais, por sua vez, se decompõem em quatro dimensões articuladas: 1) as curvas de visibilidade e 2) as curvas de enunciação; 3) as linhas de força; e 4) as linhas de subjetivação. O que Foucault faz, enquanto cartógrafo, é desemaranhar as linhas de um dispositivo, ou seja, “traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”, o “trabalho em terreno” (Deleuze, 1990, p. 155). Para elucidar esse conceito de dispositivo em Deleuze (1990), fizemos um gesto de leitura (Figura 1):

Figura 1: Gesto de leitura do dispositivo como uma metáfora da álgebra multilinear



Fonte: Rocha (2017).

Desse modo, compreende-se que as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação correspondem aos visíveis e aos enunciáveis de cada época (Deleuze, 2005, p. 58). Trata-se da forma como funcionam os “regimes de luz” e os “regimes de enunciados” (Deleuze, 2005, p. 124) em um determinado dispositivo, a maneira como se estabelecem os jogos entre o visível e o invisível, o dito e o silenciado, com suas derivações, suas transformações, suas mutações.

Por conseguinte, se as coisas e as palavras se relacionam entre si de acordo com os saberes, é nos saberes que as linhas de forças se expressam na direção da relação que as une: “o enunciado é a curva que une pontos singulares, isto é, que efetua ou atualiza relações de força” (Deleuze, 2005, p. 86). Essas relações ou linhas de forças passam por todos os lugares de um dispositivo dada a “onipresença” do poder, ou melhor, a capilaridade dos micropoderes. Vão de um ponto ao outro, cobrem trajetos de uma linha a outra, estabelecem um vai e vem entre o ver e o dizer. Constituem um mapa do poder exercido “ ‘a partir de inúmeros pontos’, ele ‘vem de baixo’ ” (Deleuze, 2005, p. 89). São como flechas que entrecruzam as coisas e as palavras e estão sempre em relação com outras forças. “Invisível e indizível, esta linha está estreitamente enredada nas outras e é, totalmente desenredável” (Deleuze, 1990).

A linha de subjetivação aparece na transversal (Figura 1), pois é uma linha de fuga que escapa às forças e aos saberes constituídos. É ainda, uma linha de fratura que esboça a passagem de um dispositivo para outro (Deleuze, 1990, p. 157). Para Foucault, a subjetividade não é nem uma

consciência nem uma interioridade. O sujeito é uma função do enunciado e um efeito do poder, é um “projeto ou uma flexão da inventividade e da liberdade” (Chignola, 2014, p. 9). Nesse sentido, uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade derivada das outras dimensões do dispositivo. Sendo um efeito que deriva das relações entre as outras dimensões, a linha de subjetivação está para se fazer na medida em que o dispositivo a deixe ou a torne possível.

Gênero: Categoria Útil de Análise ou Dispositivo?

A inserção da história das mulheres implicou na redefinição e alargamento das noções tradicionais do que era considerado historicamente importante, de modo a contemplar tanto as experiências pessoal e subjetiva, culturalmente concebidas, como do campo das experiências das mulheres, quanto às atividades públicas e políticas, como do campo da experiência dos homens (Scott, 1995). Consequentemente, criou-se uma nova metodologia, a história de novas mulheres e uma nova história, com a necessidade de usar o gênero como uma categoria de análise (Scott, 1995). A ideia era inserir uma visão política mais global considerando três categorias: classe, raça e gênero.

Além disso, a categoria gênero requisitou formulações teóricas utilizáveis, não meramente descritivas, por duas razões: 1) as noções de continuidade e de descontinuidade ajudariam a dar conta de persistentes desigualdades e das experiências sociais radicalmente diferentes na história das mulheres; 2) a discrepância entre a qualidade dos trabalhos

de história das mulheres e o estatuto epistemológico devido aos conceitos disciplinares dominantes. Os trabalhos não problematizavam esses conceitos disciplinares dominantes, de modo a não abalar as estruturas de poder vigentes. Tanto que a história das mulheres ficava relegada às feministas - *história das mulheres - sexo e família separada da história política e econômica* - como se a história das mulheres fosse separada da história dos homens (Scott, 1995).

Deste modo, para teorizar o gênero, era necessário que os/as historiadores/as se libertassem dos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, com explicações causais universais, com caráter limitado e com generalizações redutivas na contramão da complexidade da história e dos compromissos feministas de análises transformadoras (Scott, 1995). Também era necessário que se abandonasse a utilização simples de gênero como sinônimo de “mulheres”, na tentativa de legitimar e de conferir erudição ao trabalho de estudos feministas dos anos 1980. O termo foi uma tentativa das feministas contemporâneas em reivindicar uma definição que demonstrava a incapacidade das teorias até então, de explicar as desigualdades entre mulheres e homens. Serviu para estudar os sistemas de relações sociais ou sexuais no fim do século XX.

E qual é a definição de gênero? Como este pode ser operacionalizado como uma categoria analítica? Primeiramente, Scott (1995) depreendeu da categoria gênero duas partes e diversos subconjuntos interrelacionados, mas que devem ser analiticamente diferenciados. A definição está na conexão entre duas proposições: “(1) o gênero é um

elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Na última proposição, pode-se entender que o gênero legitima de diversas maneiras a distribuição das relações de poder.

No tocante à primeira proposição - gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos - implicam-se quatro elementos interrelacionados, nos quais nenhum deles pode operar sem os outros, ao mesmo tempo que não operam simultaneamente, como um simples reflexo do outro: 1) símbolos culturalmente disponíveis para representar a mulher, frequentemente contraditórias, como é o exemplo de Eva e Maria - símbolos da tradição cristã ocidental; 2) conceitos normativos que limitam os significados dos símbolos em uma grade de especificação e por meio de campos discursivos como religiosos, educativos, científicos, políticos ou jurídicos e que tomam forma de oposição binária fixa e única possível, como significado de homem e de mulher; 3) gênero como uma concepção de política, fazendo referência às instituições e à organização social como: o mercado de trabalho (sexualmente segregado), a educação (instituições de educação masculinas, não mistas ou de coeducação), o sistema político (sufrágio universal masculino), etc.; 4) o gênero constitui identidades subjetivas e prescritivas, substantivamente construídas e relacionadas a uma série de atividades, de organizações e de representações sociais historicamente específicas.

Como a proposta desta seção é aproximar a noção de gênero como “categoria analítica” de Scott (1995), à noção de dispositivo, a partir da leitura de Deleuze (1990), elaboramos um quadro conceitual (Quadro 1). Nele, desemaranhamos as linhas do dispositivo das três grandes instâncias Saber, Poder e Subjetividade e o chamamos de *dispositivo de gênero*. A proposta do Quadro 1 é organizada da seguinte maneira: as curvas de visibilidade correspondem ao regime de luz, isto é, a como luz constitui uma arquitetura do visível e do invisível por meio dos símbolos que representam mulheres e como são distribuídos por meio de instituições; as curvas de enunciação são as enunciações produzidas em campos do discurso para significar os símbolos de representação de gênero de forma normativa; as linhas de forças se produzem na relação de um ponto a outro, estreitamente mescladas com outras e legitimadas pelas relações de gênero; por fim, a linha de subjetivação é um processo que está em permanente construção, uma produção de subjetividade generificadas que diz respeito a grupos ou pessoas e que escapa tanto às forças estabelecidas quanto aos saberes constituídos:

Quadro 1: Adaptação dos elementos do gênero ao conceito de dispositivo

SABER	CURVAS DE ENUNCIÇÃO	<p>Conceitos normativos que limitam os significados dos símbolos de representação de gênero;</p> <p>Símbolos culturalmente disponíveis para representar a mulher.</p>
	CURVAS DE VISIBILIDADE	<p>Concepção de política em que gênero faz referência às instituições e à organização social, que assim como as relações familiares, contribuem na construção do gênero.</p>
PODER	LINHAS DE FORÇA	<p>Gênero como legitimador de diversas maneiras a distribuição das relações de poder.</p>
SUBJETIVIDADE	LINHAS DE SUBJETIVAÇÃO	<p>Gênero como constituinte de identidades relacionadas a uma série de atividades, de organizações e de representações históricas.</p>

Fonte: Autoria nossa. Quadro elaborado com base em Deleuze (1990) e Scott (1995).

Vale ressaltar que o esboço do processo de construção das relações de gênero é defendido por Scott (1995) como passível de ser utilizado para estudar outros processos sociais, como o de classe, de raça, de etnicidade ou qualquer outro marcador de produção de desigualdades. Nossa proposta de gênero como dispositivo se assemelha à categoria

ao instaurar uma racionalidade que vai além do parentesco, pois constitui práticas econômicas, políticas, sociais e culturais. Não possui contornos definitivos, e sim cadeias de variáveis relacionadas entre si. É por via de uma crise que se descobre uma nova dimensão. Há linhas de sedimentação, linhas de “fissura”, de “fratura” (Deleuze, 1990).

Para finalizar, acreditamos que o casamento teórico delineado nesta pesquisa entre as noções de Scott (1995) e de Foucault (2015) é bem-sucedido. A pesquisa histórica de Scott (1995) faz explodir a noção de fixidez, descobrir a natureza que mantém a aparência de permanência na representação binária do gênero. Tais preceitos são compatíveis com a pesquisa histórica de Foucault que repudia os universais, visto que todas as linhas são linhas de variação, sem coordenadas constantes no dispositivo. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto e o sujeito não são universais, mas processos singulares e imanentes a um dado dispositivo e a multiplicidade de processos operam em devir (Deleuze, 1990).

Ferramenta de descrição: Design de Produção e Análise Fílmica na apreensão de materialidades Audiovisuais

A indústria cinematográfica é um importante setor de produção cultural e artística e, pelo fato de ser uma obra coletiva, compreende profissionais como roteiristas, diretores, fotógrafos, produtores, profissionais do design, etc. “Desde a sequência de abertura de um filme, adentramos o mundo construído por seus criadores” (Barnwell, 2013, p. 9).

O profissional de design, por exemplo, é um dos profissionais criadores da imagem fílmica. A criação passa pelos elementos gráficos esquemáticos, como as fontes em legendas, letreiros ou elementos visuais que compõem a cenografia, pela tipografia em cenas de abertura, assim como o uso de objetos na narrativa fílmica, sob perspectiva do design de produção.

O designer de produção, ao lado do produtor e do diretor, cria um estilo de design ou conceito que comunique visualmente a história, o roteiro ou o ambiente por meio de elementos de design. Para tanto, utiliza-se do “espaço, volume, luz, cor e textura, ele tem o objetivo de criar um design que apoie e fortaleça a história e as personagens” (Barnwell, 2013, p. 101). Ou seja, o designer de produção escolhe desde o figurino, a paleta de cores, a iluminação, os objetos da cena, o tipo de locação, a concepção visual dos cenários e alguns elementos da linguagem cinematográfica, como a montagem e o enquadramento de forma a comporem a *mise-en-scène*.

O designer de produção compreende os fundamentos da gramática visual, tais como tom, forma, cor e de que maneira essas partes podem influenciar a significação e como podem contribuir para a narrativa cinematográfica. A combinação entre a teoria do design com as ferramentas de análise (Baptiste, 2008) é o que mobiliza este artigo. Portanto, os elementos de design são entendidos aqui como modos de funcionamento do Dispositivo de Gênero, para que possamos compreender o discurso e a produção de corpos generificados nas cenas, perpassados por relações de poder.

Para traçar a atividade analítica da materialidade audiovisual, lançam-se mão de duas etapas (Vanoye; Goliot-Lété, 1994, p. 15): 1) desconstruir a materialidade audiovisual, a fim de obter um conjunto de elementos distintos e próprios, de modo a “despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente a ‘olho nu’, pois é tomado pela totalidade”; 2) estabelecer o elo entre os elementos decompostos e isolados, de modo a “compreender como eles se associam e se tornam cúmplices para fazer surgir um todo significativo: reconstruir o filme ou fragmento”. Além disso, utilizaremos algumas categorias de Jullier e Marie (2012).

Resumindo: a primeira etapa consiste na descrição dos enunciados verbais e não verbais, com os elementos de responsabilidade do designer de produção, para que se possa analisar os aspectos da *mise-en-scène*; a segunda etapa é a reconstrução de forma interpretativa, pois os elementos descritos são analisados à luz da noção do dispositivo de gênero, de modo a montar o quadro dos elementos engendrados.

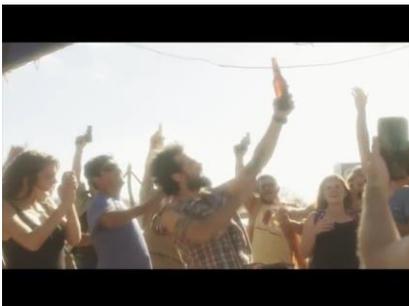
Maria, corajosa; Nonato, valente: produção de subjetividades em “Onde Nascem os Fortes”

Nesta seção, faremos a captura das cenas a serem analisadas, a transcrição dos enunciados verbais e a descrição dos elementos de design que compõem as cenas. Alternamos a descrição de cada par de cena com a reconstrução analítica do funcionamento do dispositivo de gênero. A série “Onde

Nascem Os Fortes” (TV Globo, 2018) é marcada pela desconfiança de um crime, pela extrema violência, abuso do poder patriarcal, pela clemência da fé dos oprimidos, pela busca incessante de uma mãe e pela revolta de uma irmã, além de personagens mulheres coadjuvantes que se destacam pela transformação nos modos de subjetivação.

Para este artigo, o recorte escolhido é referente aos primeiros momentos do capítulo um, em que os dois irmãos, Maria e Nonato, são apresentados na trama. Os dois moram em Recife e chegam à cidade de Sertão em busca de aventuras. Maria quebra a bicicleta fazendo trilha, é socorrida na estrada por Hermano e os dois se apaixonam. Quando Maria reencontra o irmão no bar do Chico, bar de Sertão onde está Nonato, assiste a um ritual de virilidade “regado” à cerveja, à arma de fogo e à aposta de quem é mais valente. Neste mesmo capítulo, as práticas de violência se repetirão até o espancamento de Nonato para posterior desaparecimento e construção do conflito da trama.

Quadro 2: Nonato participa de ritual de valentia com o povo de Sertão, no bar do Chico

	
<p>1. <i>Secundagem:</i> 11:12 a 11:20 _ Galego, aqui é <u>sangue no zóio</u>. _ Se o povo daqui não é <u>valente!</u></p>	<p>2. <i>Secundagem:</i> 11:20 a 11:26 <u>Toma</u> aqui. _ Deixa eu ver se tá gelada isso aí! _ Aí tá <u>certo</u> papai!</p>
<p>- Ponto de vista: tomada lateral; - Câmera fixa, em plano de conjunto, - Profundidade de campo: profundo; - Luzes e Cores: a paleta de cores é de tons de baixa saturação, o destaque fica para a poeira de Sertão, luz clara ressalta que contempla o espaço em sua amplitude. - Figurino: roupas rústicas, camisetas de malha, para demonstrar a simplicidade do lugar; - Cenário: o Sertão é um personagem¹⁶, por isso o plano aberto evidencia a verticalidade dos personagens; - Combinação audiovisual: ruídos de tiro disparados por várias armas, se escutam nitidamente o diálogo dos dois homens: um homem de Sertão e Nonato, o forasteiro.</p>	

Fonte: Globoplay. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/6871422/programa/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

¹⁶ Em entrevista *O Processo Criativo*, o roteirista George Moura e o diretor artístico, José Luiz Villamarim, contam detalhes conceituais da narrativa e técnicos da produção. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2FcG3PWJsEQ&t=313s>. Acesso em 10 dez. 2024.

No Quadro 2, o dispositivo de gênero funciona na conjunção da *mise en scène* da virilidade: presença de dois símbolos que culturalmente se estabeleceram como masculinos - arma e bebida alcoólica - lembrando que a interpretação aqui é normativa e binária. A brincadeira de tiro ao alvo e o espaço onde ocorre, em um bar, historicamente constituíram-se como um lugar de experiências iniciáticas masculinas como “beber para afogar as mágoas”, celebrar a cumplicidade entre os homens e, em locais de prostituição, exercer a sua livre sexualidade. Na cena de Nonato, esses símbolos recebem os conceitos normativos do que é ser homem: “sangue no zóio”, “valente”, aquele que “toma” a bebida, não tem medo e exhibe a sua virilidade com orgulho. A necessidade de afirmação da “macheza” os aprovara. Podemos asseverar que essas práticas são advindas de um saber patriarcal do que é ser um homem “homem”, um homem “valente”, perpassadas pelo poder disciplinar. A roupa de Nonato, inclusive, a sua aparência e a dos demais homens mostra uma tradição do que seria o “masculino” forte. O ritual de valentia continua no Quadro 3, com o anfitrião oferecendo a Nonato uma arma ainda mais potente para que se integre ao time de “machos” de Sertão.

Quadro 3: Anfitrião fornece arma mais perigosa a Nonato, Maria chega e surpreende irmão

	
<p>3. <i>Secundagem: 11:26 a 11:35</i> Agora, pera ai, perai... agora o galego vai fazer também. É mais elegante... agora ela vai usar <u>essa daqui que é mais chique</u>.</p>	<p>4. <i>Secundagem: 11:36 a 11:58</i> _ Não obrigada. Que isso aí? _ Presepada. (Barulho de tiro) _ Nonato? Que isso aí? Você vem tirar onda aqui <u>menino</u>?</p>
<p>- Os elementos de cena 3 permanecem os mesmo e aqueles que se repetem na cena 2 foram suprimidos neste quadro:</p> <ul style="list-style-type: none">- Ponto de vista: tomada lateral e traseira;- Câmera em movimento quando Maria chega no local; câmera fixa, em plano de conjunto - é possível visualizar a confusão do ponto de vista de Hermano,- Profundidade de campo: profundo;- Combinação audiovisual: ruídos de tiro disparados por várias armas, comemoração dos jovens, Maria questiona com Hermano o que está havendo, a voz de Maria é brava com Nonato. Ao fundo está tocando a música <i>50 reais</i>, de Naiara Azevedo.	

Fonte: Globoplay. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/6871422/programa/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Nonato é interrompido pela irmã, que corre em sua direção no intuito de protegê-lo (Quadro 3). Ao enunciar

“Você vem tirar onda aqui menino?” a expressão é uma gíria que retoma o universo infantil reforçado pelo objeto “menino”. Essa prática de suavizar as atitudes de um homem adulto remonta às atitudes maternas de proteção, pois para a mãe “o filho nunca cresce”. Em uma cultura sexista, mulheres são cobradas a amadurecer cedo e homens são infantilizados. Maria age como uma irmã protetora que salva o seu irmão do outro. O cuidado é uma conduta historicamente constituída como feminina, assim como a proteção de uma irmã “leoa” que enfrenta qualquer um. Novamente, o dispositivo de gênero atua de forma binária, disciplinar e patriarcal na conservação de condutas do que se espera de uma mulher neste caso. O ponto disruptivo à feminilidade é a aparência de Maria: vestida como uma atleta, cabelos curtos, estilo despojado, com um jeito mais rude. Nesse ponto, há uma descontinuidade em Maria do processo de subjetivação tradicional do que é ser mulher.

Quadro 4: Maria impede que Nonato continue na aposta e devolve a arma ao seu dono

	
<p><i>Secundagem: 11:59 a 12:27</i></p> <p>_ Minha vida... tu chegou na hora certa! Aí rapaziada, aposto R\$ 100 que essa daqui acerta!</p> <p>_ Vamo embora!</p> <p>_ Bora nada, que eu só saio daqui com essa garrafa aberta! Tá, tome. <u>Defenda o povo do Recife</u> Maria, mostre que a gente é <u>bom de mira</u>.</p>	<p><i>Secundagem: 12:28 a 12:42</i></p> <p>_ Tome isso. Tome!</p> <p>_ Epa, calma. <u>Senhorinha brava!</u> Ih galego... <u>vai embora galego?</u></p>
<p>- Os elementos de cena 4 permanecem os mesmo e aqueles que se repetem na cena 3 foram suprimidos neste quadro:</p> <p>- Ponto de vista: tomada lateral e traseira;</p> <p>- Câmera fixa, em plano de conjunto,</p> <p>- Combinação audiovisual: a voz de Maria e Nonato aparecem no embate. Maria devolve para o anfitrião a arma e a garrafa de cerveja. Ao fundo está tocando a música <i>50 reais</i>, de Naiara Azevedo, as pessoas comentam e riem quando Maria é chamada de “Senhorinha brava”.</p>	

Fonte: Globoplay. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/6871422/programa/>. Acesso em: 10 ago.

2025.

No Quadro 4 a valentia de encarar a aposta e atirar aparece como uma questão de honra, de defesa do lugar de onde vem, da capital de Pernambuco. Com a chegada de Maria, Nonato se identifica com ela não apenas pelo parentesco, mas também por compartilharem a identidade local. Instaura-se uma disputa entre o “eu” e “outro” - “Defenda o povo do Recife Maria, mostre que a gente é bom de mira” -, entre quem é de Sertão e quem é de Recife, quem é o melhor, quem tem mais mira, quem é mais forte. Esta competitividade compartilha da mesma regra de formação discursiva do outro preconceito que aparece na fala do anfitrião de Sertão: “Epa, calma. Senhorinha brava!”. Podemos compreender que este enunciado é misógino e é formado, na descontinuidade, a partir das mesmas regras de formação, pois parte-se de um preconceito de como deve ser a mulher - meiga, delicada, submissa -, do forasteiro - menos valente, não tão bom de mira, nossa cidade é melhor. A ideia de que homem não pode ser submisso à mulher aparece no enunciado “Ih galego... vai embora galego?” Portanto, neste outro excerto há manutenção de símbolos culturalmente disponíveis para homens e mulheres, conceitos normativos, em uma concepção política, legitimando as relações de força e produzindo subjetividades.

Quadro 5: Maria consegue “salvar” Nonato, o apresenta a Hermano e sai acompanhada do irmão

	
<p><i>Secundagem: 12:42 a 13:08</i></p> <p>_ Mó corta onda!</p> <p>_ Brincadeira sem graça essa! Se o tiro pega em alguém, tu tá louco?</p> <p>_ Essa aqui tem dono, vice!</p> <p>_ Não sabia não...</p> <p>_ Mulher não tem dono não. Quem tem dono é cachorro. Meu irmão, esse insuportável! Nonato.</p> <p>_ Joia?</p> <p>_ Joia.</p> <p>_ Tá cuidando bem dela?</p>	<p><i>Secundagem: 11:36 a 11:55</i></p> <p>_ Tu não vai mais dirigir não! Me dê esta chave? Me dê está chave?</p> <p>_ Bicha mandona.</p> <p>_ Vai acabar ficando igual mainha... mandando até debaixo d'água.</p>
<p>- Os elementos de cena 5 permanecem os mesmo e aqueles que se repetem na cena 4 foram suprimidos neste quadro:</p> <p>- Câmera fixa, em plano de conjunto; Câmera em movimento, em plano de conjunto; - Profundidade de campo: profundo;</p> <p>- Combinação audiovisual: as vozes de Maria, Nonato e Hermano aparecem no diálogo. Ao fundo está tocando a música <i>50 reais</i>, de Naiara Azevedo, se mantém; crianças jogam uma “pelada” e suas vozes são parte do <i>background</i>.</p>	

Fonte: Globoplay. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/6871422/programa/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

No último recorte, Quadro 5, o discurso sobre o homem tradicional que quer deter a posse sobre o corpo da mulher aparece quando Nonato diz a Hermano sobre a sua irmã: “Essa aqui tem dono, vice!”. Depois desta tentativa de poder sobre a mulher, a conduta patriarcal do homem “protetor” e provedor, irmão que preserva a irmã aparece no enunciado - “Tá cuidando bem dela?”, questiona Nonato a Hermano. Em Nonato, ocorre a manutenção dos símbolos, conceitos normativos, instituições onde circula - nesta relação familiar - reforçando uma identidade generificada do que é ser homem, cujo gênero legitima o exercício do poder. Já Maria, ao se impor ao domínio do irmão “Mulher não tem dono não. Quem tem dono é cachorro, quebra com as relações binárias de gênero, com os símbolos da feminilidade na cultura, os conceitos normativos, o papel familiar de uma irmã dominada pelo irmão, assim como o processo de subjetivação da mulher tradicional. Maria é uma mulher livre e dona de si. Esta descontinuidade é revitalizada quando Maria informa de maneira assertiva que assumirá o volante, “Tu não vai mais dirigir não! Me dê esta chave?” e reforçada pelo irmão que a chama de “Bicha mandona”, que assim como “mainha”, vai acabar “mandando até debaixo d’água”.

Em resumo, este excerto nos encaminha a assertiva de que o dispositivo de gênero age de modo distinto na produção de corpos de Maria e de Nonato. Ela e a sua mãe, Cássia, que aparecerá nos capítulos seguintes, possuem pontos de permanência da feminilidade tipo de locação tipo de locação nas condutas do cuidado, da proteção e da maternagem ao passo que rompem com esta tradição ao

assumirem uma posição de liderança. Já Nonato demonstrou estar plenamente conformado com o processo de produção da virilidade, do macho valente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto estabelecido nesta pesquisa consistiu em aproximar o conceito de dispositivo, erigido por Foucault (2015) e didatizado por Deleuze (1990), com o gênero, estabelecido por Scott (1995) como uma categoria de análise histórica. Esta aproximação resultou na criação da noção dispositivo de gênero a fim de analisar as curvas de enunciação e de visibilidade bem como as linhas de força e de subjetivação. A análise consistiu em usar a análise fílmica de desmontagem e descrição (Vanoye; Goliot-Lété, 1994; Jullier; Marie, 2012), com a decupagem dos elementos de design presentes na composição da cena (Baptiste, 2008). Na fase de reconstrução, utilizou-se a noção do dispositivo de gênero para interpretar os fios da meada.

A análise do primeiro capítulo da supersérie “Onde Nascem Os Fortes” (TV Globo, 2018), foi feita a partir do recorte que mostra o modo como Maria e Nonato se comportam diante de um ritual típico da virilidade: aposta de tiro acompanhada de bebida alcoólica. O objetivo foi compreender de que modo o dispositivo de gênero produz curvas de visibilidade e de enunciabilidade, linhas de força e linhas de subjetivação em corpos generificados na série televisiva “Onde Nascem Os Fortes” (TV Globo, 2018).

Entre os resultados, pode-se identificar a permanência dos processos de subjetivação, de produção de verdades e de condutas entre os saberes tradicionais de gênero binário, sobretudo nas condutas valentes de Nonato. Já no caso de Maria, apesar de superproteger o irmão, e tratá-lo de forma infantilizada, exercendo uma conduta maternal, ela expressa comportamentos consoantes aos de uma mulher “liberada”. Esta diferença no processo de produção de subjetividades generificadas entre os irmãos tem a ver com os Feminismos, enquanto epistemologias e movimentos sociais, têm promovido transformações substanciais cultural e científica na produção de saberes, de poderes e de subjetividades.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Mauro. A pesquisa sobre design e cinema: o design de produção. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1498>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BARNWELL, Jane. **Fundamentos de produção cinematográfica**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. Tradução de Sandra Dall Onder. **Cadernos IHU ideias**, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, v. 12, n. 214, p. 3-18, 2014. ISSN 1679-0316. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/214cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

DELEUZE, Gilles. **¿Que és un dispositivo?**. In: _____. Michel Foucault, filósofo. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

_____. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna; rev. trad. Renato Janine. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JULLIE, Laurent; MARIE, Michel. **Lendo as imagens do cinema**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Senac, 2012.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche é a grande política da linguagem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ROCHA, Tacia. **Professor Por Vir: Práticas de Subjetivação e(m) Inovação**. 2017. 235 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: http://old.ple.uem.br/defesas/def_tacia_rocha.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 26 ago. 2025.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. Introdução. In: _____. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papirus, 1994, p. 9-20.

Parte II



**DISCURSOS E SENTIDOS:
DIVERSIDADE MEMORIAL**

MUSEUS, MEMORIAIS E LUGARES DE MEMÓRIA: O TESTEMUNHO COMO CORPO

Maria Cleci Venturini¹⁷

O historiador [...] precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória os sem nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua narrativa afirma que o inesquecível existe mesmo se nós não pudermos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição dos horrores [...] (Gagnebin, 2006, p. 47).

O analista de discurso, mesmo não se filiando à história, não prescinde dela em suas análises, considerando o trabalho com as coisas no mundo, não como verdades e nem como mentiras, mas como práticas sócio-históricas, memórias que ressoam da exterioridade. A língua na história, o discurso, a palavra em movimento, o sujeito inscrito em formações discursivas que é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Esse sujeito inscrito em práticas desde o tempo presente “olha” o passado e o analisa a partir de seus horizontes de expectativas, que “criam” futuros (Kosseleck, 2006)

Museus e memoriais – lugares de guarda pautam-se no presente, analisando-o pelas lentes do passado, tendo em conta que “manipular o passado é uma fantasia onipotente que habita permanentemente os grandes deste mundo[...]

¹⁷ Doutorado (UFSM), com pós-doutorado na Universidade de Coimbra. Docente na UNICENTRO e na UFPR, líder do grupo de estudos LABELL (UNICENTRO) e do grupo GPTD junto com a Prof^a Dra. Gesualda Rasia. Contato: mariacleciventurini@gmail.com

(Robin, 2016, p. 215), que na emergência de explicar os corpos, já que a terra “não aceita corpos sem documento” (Verissimo, 1985, p. 129) e estes retornam, “dotando o passado de futuros” (Venturini, 2023, p. 246)

Diante disso, propomos, nessa intervenção, problematizar o corpo em museus, memoriais e lugares de memória, sublinhando a passagem da memória a documento e, destacando, o testemunho como um dos mecanismos constituidores de efeitos de legitimidade e de objetividade nos discursos. Recortamos para dar conta dessa proposta dois nomes de exposições, quais sejam: “Entre aspas” (exposição itinerante e disponível no site no museu do Holocausto de Curitiba) e a exposição “Feitos e efeitos” como a ‘porta de entrada’ do Museu do Holocausto de Curitiba.

As duas exposições trazem dizeres entre aspas recortes dos dizeres de judeus nomeados nas exposições, conjugando memórias e instaurando ‘corpos’, que constroem narratividades, engendramentos de memória, pelas quais sujeitos, eventos, espaços ressoam e significam pelo simbólico por palavras, por ideias, por lugares, por espaços, por tons, simulando uma imersão naquele ambiente que reconhecemos como alusivo ao Holocausto, constituídos também pelos modos de dizer e de nomear. São documentos, são memórias, são rastros. O funcionamento discursivo indica o não-compromisso com objetividades, com a verdade e possibilita a passagem do corpo-memória a corpo documento, tendo em vista o que retorna e faz sentido a partir dele.

Na exposição ‘Feitos’ e efeitos’, assim como na Exposição “Entre Aspas”, os judeus, como corpos

constituídos pelo simbólico funcionam como “parte de testemunhos, ressaltando-se que o que está entre aspas são recortes do que disseram os judeus que fazem parte das exposições” (Venturini, 2023, p. 260).

Para analisar, nessas duas exposições, a noção testemunho é bastante relevante, porque instaura efeitos de legitimidade, dando visibilidade em “Feitos e efeitos” para os judeus que produziram conhecimentos naquele tempo; já na “Entre Aspas” nos deparamos com falas de sobreviventes que são pessoas comuns, as quais dizem da necessidade de explicitar o vivido.

O testemunho como discurso se estrutura a partir de mecanismos linguísticos e discursivos que instauram redes de memória, convocando e fazendo trabalhar distintos domínios de memória (Pêcheux, 2002) não-estanques e nem pré-determinados e que andam em distintas direções. Sobre o testemunho Agamben (2008) destaca que em latim, há dois termos para representar a testemunha: *testis* e *superstes*. O primeiro termo indica aquele que vê a cena, fica de fora como ocorre em um processo de litígio. O segundo termo indica quem viveu o evento no seu todo. Nesse sentido, para o autor, a verdadeira testemunha seria os que morreram, mas como eles não voltaram para testemunhar.

Já Mariani (2021) pensa o testemunho por dois funcionamentos: o de revolta e o de resistência. O testemunho de revolta funciona, de acordo com Mariani (2021, p. 154), como “brados e gestos de revolta que, em função de sua força performativa, podem ressoar com força e furar outras bolhas”. Em torno do testemunho e do funcionamento

discursivo dele, há alguns pontos a serem destacados, dentre eles que o gesto realizado pelo sujeito que testemunha se dá em um curto espaço de tempo, fazendo com que se rompa uma linearidade e se constitua um acontecimento. Outro ponto a destacar é a designação 'bolha' como a inscrição do sujeito em regiões do saber, sinalizando a saída de uma delas e entrando em outra. A realização da 'escuta discursiva' – modo como a autora nomeia o procedimento de 'entrada' no *corpus* que antecede a análise funciona como 'grãos de enunciação' – parte das práticas -, instaurando materialidades e possibilidades outras.

O testemunho de revolta rompe e confronta as estruturas hegemônicas, como uma possibilidade de abrir 'furos' e por/nesses furos espaço para o acontecimento. Seguindo o dispositivo da Análise de Discurso, a autora referenda que não há um sentido único e o sujeito pode sair de uma 'bolha' de identificação e entrar em outra ou permanecer em mais de uma 'bolha'. Desse modo, instaura-se a contradição e a contraidentificação, sinalizando que há as instâncias do poder, que podem/devem ser afrontadas. Para ilustrar esse funcionamento Mariani (2021) dá visibilidade à jogadora que, no meio de uma entrevista, interrompe o que vinha dizendo e grita "fora Bolsonaro", ressoando como o impossível de 'não dizer', que causa mal-estar social. O testemunho de revolta não é planejado, ele escapa e se constitui como um sopro de alívio, como a possibilidade mesma de respirar com liberdade.

No que tange ao discurso, esse testemunho indica que sempre haverá 'furos' e incompletudes e, "diante de mal-estar

social que produz efeitos de derrota, desânimo, perda, o sujeito vai fazendo borda simbólica e imaginária na tentativa de acolhê-los e interpretá-los. Pela revolta, constitui-se a resistência e com ela a formação de outros 'pontos' a serem 'combatidos', entendendo-se a revolta como o impensado enquanto prática de um tempo mais curto, ligado ao 'agora'. Já a resistência, no testemunho, funciona a partir de passados que retomam por memórias e pré-construídos. Para Mariani (2021, p. 110)

Testemunho de resistência. Resistência ao esquecimento. Testemunhar para que a singularidade do memorizável relativo à violência do acontecimento se inscreva na história, para que mais de um sentido possa fazer frente ao silenciamento imposto. E ao (re)dizer (com silêncios, lacunas. Pausas, pequenas frases entrecortadas, gestos e olhares), ao balbuciar da maneira que for possível o indizível, articula-se com o simbólico um pequeno movimento no processo de significação, movimento em que se enuncia e denuncia "o inenunciável de uma ideologia, o que se encontra foracluído". (Mariani, 2021, p. 110)

O corpo, em discursos totalitários e de extrema violência, apresenta o que 'resta', pela impossibilidade de serem analisados/narrativizados/significados. No entanto, mesmo sendo indizíveis ressoam em discurso e constituem efeitos, por rastros e pelas cicatrizes – metáforas da memória (Gagnebin, 2006) - que os corpos denunciam em suas escrituras e em discursos em circulação. Sustentamos nossa interpretação do que significa 'resto' em Agamben (2008), entendendo-o como o impossível de significar e de

testemunhar devido à extrema violência de acontecimentos como o Holocausto e como os regimes ditatoriais, dentre eles os da Argentina e do Brasil.

O espaço de circulação do que ‘resta’ são os museus, que além de se constituírem como lugares em que a memória e o documento ganham corpo quando em (dis)curso constituem-se como materialidades significantes interpretáveis pelo que dão a ver. De acordo com Agamben (2008) no que tange ao testemunho, a dificuldade não está em “comunicar as experiências mais íntimas”, mas a sua própria estrutura encaminha para a sua individuação, pois para os sobreviventes o acontecido nos campos de concentração parece ser a “única coisa verdadeira e, como tal, inesquecível”. Trata-se, também, de uma ilusão de verdade, inscrita na ordem do “inimaginável irreduzível aos elementos reais que a constituem.”

É preciso, então, pensar em como dizer sobre a memória que ressoa em discursos que comportam em sua fundação o totalitarismo e a violência, já que não há palavras para dimensionar a barbárie. Diante da dificuldade de discursivizar o acontecimento traumático, a metáfora parece ser um dos recursos possíveis. Dentre as razões para a utilização da metáfora destaca-se o fato de que as palavras não têm um sentido próprio, literal nem “sentidos deriváveis a partir dessa literalidade por meio de uma combinatória lógico linguística que domaria sua ambiguidade [...]” Pêcheux (1997, p. 262-263). O mesmo autor sinaliza que a metáfora “constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo

interdiscurso, isso é, por uma região do interdiscurso”. (Pêcheux, 1997, p. 263)

A metaforização se constitui, como nos diz Orlandi (2023), como um dos mecanismos discursivos que contribui para a significação no movimento entre o que faz sentido e o non-sense no espaço entre o legível e o ilegível, em que o ‘resto’ é a lacuna, impossível de ser preenchida/saturada. Nesse funcionamento, referendamos a não-transparência da linguagem e o discurso como processo, como movimento do sujeito, dentro de uma formação social, em que toma posição. Vamos tratar do ‘rastro’ na perspectiva discursiva, respeitando o percurso da tradição filosófica e psíquica, que “tenta manter juntas a presença do ausente e o ausente na presença. [...] o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (Gagnebin, 2006). Trazemos junto com o rastro, a cicatriz e a marca, como formas de ‘tentar’ dizer o indizível, deixando espaço para a interpretação, para que os sujeitos possam ao menos ‘tentar’ preencher os furos e as lacunas.

Mobilizamos o funcionamento da noção corpo-documento “que rememora/comemora o ausente-presente pela repetibilidade que constitui a memória, significando por e para sujeitos” (Venturini, 2017, p. 53) e a noção corpomemória pelas redes parafrásticas estruturadoras do corpo-documento como materialidade possível de ser lida pelo “fazer ver para crer” (Venturini, 2009, p. 73) em discursos autoritários.

A memória vive “a tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (Gagnebin, 2006, p. 44). Podemos dizer que os rastros da memória ressoam discursivamente em corpos, nos quais permanecem as cicatrizes e as marcas. Os corpos como documentos são sustentados por fragmentos do passado, que teimam em ser presença em museus e memoriais dando a ver acontecimentos. Vale destacar que, designamos de corpos as peças que estruturam espaços de memória, mas não os entendemos como corpos empíricos, físicos, palpáveis, mas como corpo simbólico, que passa de documento a monumento (Foucault, Arqueologia)

O corpo, nesse funcionamento, se constitui como aquilo que em museus e memoriais são lugares de memória que dão a ‘ver’ para fazer ‘crer’ o acontecimento que sustenta o espaço e justifica a sua existência, como uma organização que decorre de um planejamento, seguindo as diretrizes de gestão, pautadas na história. No entanto, os museus e memoriais apresentam uma versão da história, perpassada por um projeto, entendido como plano de funcionamento de espaços memoriais.

De acordo com Naquet (1987, p. 148), ancorado em Benjamin, o historiador articula o passado e não o descreve, pois não há como descrever um acontecimento do passado, tal como aconteceu. É salutar considerar, portanto, que a memória que ressoa no tempo presente ancora-se em rastros do passado. Desse modo, a história significa como o que está

sempre em construção, não como um tempo vazio, mas como “preenchido pelo tempo-agora” (Gagnebin, 2006, p. 41).

No que tange ao Holocausto, conforme o documentário produzido por Lanzmann (1985) os campos e os vales parecem iguais a todos os demais, mas há memórias sobre as cinzas derramadas sobre eles. Trata-se de corpos que existem por redes de memórias e que documentam e dotam de concretude o Holocausto. As malas, os sapatos e, também, o que não é possível interpretar, fazem parte de um corpo-documento, sustentados pelo corpo-memória, redes de memória.

Nesse funcionamento, o corpo-documento se constitui como a referência exigida pela história, com funcionamento junto à noção corpo-memória, que “rememora/comemora o ausente-presente pela repetibilidade que constitui a memória significando por e para sujeitos” (Venturini, 2017b, p. 53). Esse espaço faz circular o discurso que se constitui pelas materialidades linguístico-discursivas e fazem do museu um espaço de produção do conhecimento, sendo que as materialidades que o estruturam, também, ressignificam as memórias, as quais, segundo Robin (2016), podem estar ameaçadas pelo uso que se faz da história, tendo em conta os sentidos do passado.

Já o corpo-memória estrutura-se por redes parafrásticas, encaminhando para o corpo-documento como materialidade possível de ser lida pelo “fazer ver para crer” (Venturini, 2009, p. 73). Corpos, como documento e como memória, fazem com que o ‘indizível’ e o ‘invisível’ funcionem discursivamente em diferentes materialidades,

pela historicidade e, em nossa pesquisa, em práticas autoritárias.

Os Museus e Memoriais são espaços políticos, de disputa de sentidos, onde se estabelecem relações de força que coexistem com discursos e contradiscursos. É preciso considerar que há um projeto de gestão em cada espaço de memória e que esse é um espaço político, assim como o é toda tomada de posição em relação aos objetos simbólicos que constituem os Lugares de Memória, dando visibilidade ao modo como eles são discursivizados. Considera (2011, p. 8) destaca que “os museus (e os conhecimentos produzidos por estes) são lugares de poder, na medida em que guardam os ‘testemunhos’ de um passado.

Museus e memoriais – Lugares de Memória – particularmente, os do Holocausto, pautam-se no presente, analisando-o pelas lentes do passado, tendo em conta que “manipular o passado é uma fantasia onipotente que habita permanentemente os grandes deste mundo [...]” (Robin, 2016, p. 215), que na emergência de explicar os corpos, já que a terra “não aceita corpos sem documento” (Verissimo, 1985, p. 129) e estes retornam, “dotando o passado de futuros” (Venturini, 2023, p. 246) e é pela linguagem que se constroem e se tornam visíveis essas redes, pela linguagem de modo vivido por eles constituam ‘efeitos’, funcionando como parte de testemunhos.

Nesse movimento, os museus, os centros de documentação, os campos de concentração e os guetos constituem-se como materialidade que significam e presentificam o ausente (Venturini, 2017b) pela relação do

que significa pela história e, pelas questões que se colocam ao conhecimento histórico, do qual resulta o conhecimento científico, que pelo trabalho da língua na história torna-se acessível àqueles que buscam nos Lugares de Memória saberes que presentificam o ausente.

Por essas noções e por aquelas que elas demandam como (dis)curso), constituem-se narratividades com efeitos de isenção, significando-os como Lugares de Memória, aliando história, antropologia, além da psicanálise, do marxismo e das questões de língua. Reafirmamos que estes lugares significam a partir de discursos e se constituem para além da história (Venturini, 2022b) e da Museologia por serem versões de acontecimentos nos âmbitos do social, do histórico e do material.

Tendo em conta que a temática que nos move é o Holocausto, entendendo que os lugares de constituição, formulação e circulação desses discursos são museus, memoriais e lugares de memória. A questão de pesquisa que nos mobiliza é: como as noções corpo-documento e corpo-memória funcionam na discursivização de práticas autoritárias no Holocausto?

Essas práticas autoritárias - em nosso recorte o Holocausto - que fez milhões de vítimas, como acontecimento que lemos pela relação do corpo e da memória, em que os corpos não são empíricos, mas constituídos por redes metafóricas que instituem, pelo simbólico, os corpos como documentos, como lugares de memória que organizam, deslocam, controlam a memória coletiva, produzindo efeitos de sentidos que escapam ao gerenciamento do Estado.

Em nossa pesquisa, tratamos de distintos lugares de memória e de espaços que sinalizam para práticas de exceção, considerando a necessidade de 'lembrar' e de 'guardar', como tratamento pedagógico da memória e, também, como forma de resistência. Diante de lugares de memória, assumimos a dimensão do vivido e do experimentado, já que “toda história começa sempre antes” (ORLANDI, 2001, p. 18), pela discursivização, pelo dizer *sobre*, ancorado nesse 'antes', vindo de um funcionamento da memória como discurso *de* (Venturini, 2024b) em um tempo tridimensional – passado, presente, futuro (Catroga, 2001), que projeta futuros a partir do passado, fincado no real social (presente), contribuindo para as transformações possíveis no devir (futuro), conforme Kosselck (2006).

Observamos o que constitui os efeitos do real da história, do inconsciente e da língua (Pêcheux, 2016), tendo em conta que o sujeito acredita ser a fonte do dizer e esquece do repetível e dos discursos que atravessam seus dizeres. A partir dos nomes dos lugares de memória, analisamos o funcionamento do corpo-documento e do corpo-memória em museus e memoriais, interpretando a historicidade “presentes e latentes” nas e das práticas autoritárias.

A historicidade dessas práticas nos autoriza a “compreender como a matéria textual produz sentidos” Orlandi (2004, p. 55), centrando em documentos e em memórias de acontecimentos que estão nos corpos, pois os sujeitos que testemunham legitimam o dito e possibilitam visualizar o percurso dos acontecimentos traumáticos. Na exposição “Entre Aspas”, esses sujeitos têm um nome, data de

nascimento e de morte, parte do seu dizer e, também, parte da sua cultura, dando 'a ver' parte da cultura judaica, o modo como concebem a morte, por exemplo.

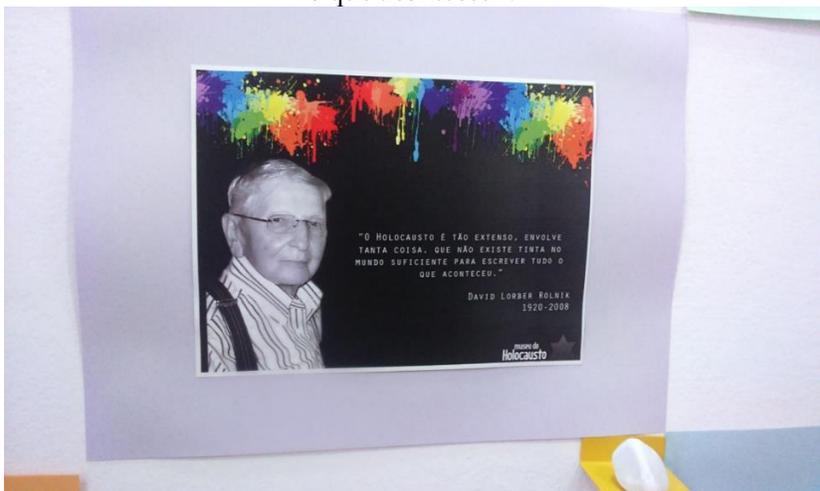
Figura 1: Entre aspas



Fonte: Museu do Holocausto – exposição Em Silveira Martins-UFSM

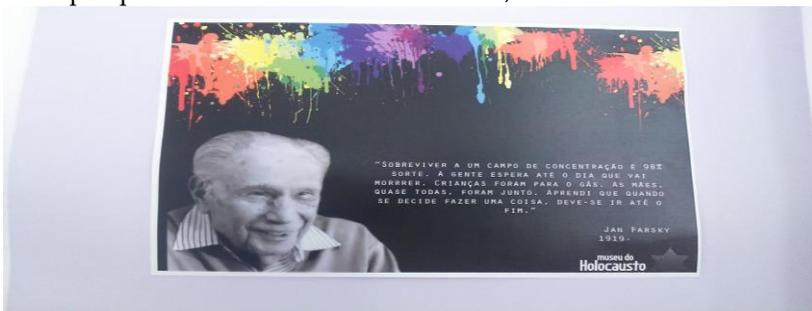
O *Museu do Holocausto* de Curitiba funciona como espaço físico, digital e bibliográfico, agregando exposições com testemunhos de sobreviventes, incluindo testemunhos e histórias individuais, dados biográficos dos sobreviventes que reconstruíram a vida no Brasil. Na exposição Itinerante, os sujeitos que testemunham são nomeados, aparece junto a foto a data de nascimento, e as cores que presentificam a dor do Holocausto. Segundo Venturini e Petri (2019, p. 3), “os textos-imagens fotografados da exposição são retratos de pessoas [...] e por eles podemos ver as cores que fazem ressoar as vidas reconstruídas para além da Alemanha nazista”.

Figura 2: O testemunho diz: “O Holocausto é tão extenso. Envolve tantas coisas, que não existe tintas no mundo suficientes para escreverem tudo o que aconteceu”.



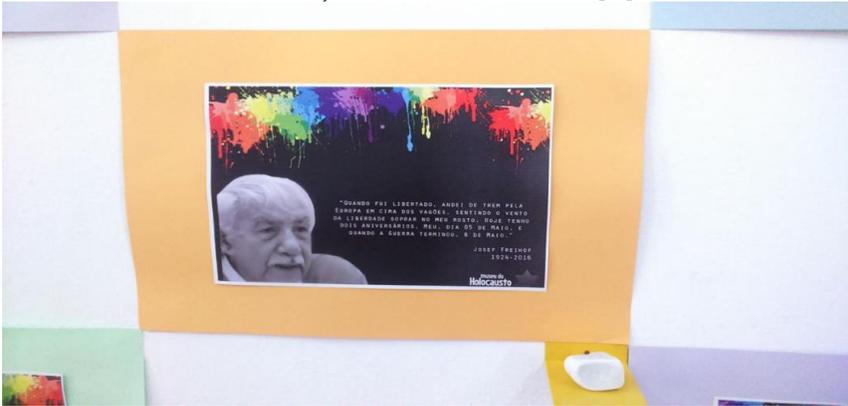
Fonte: Capturado em exposição realizada em exposição realizada, em 2018, em Silveira Martins, UFSM.

Figura 3: Segundo o testemunho “Sobreviver a um campo de concentração é 98% sorte. A gente espera até o dia que vai morrer, Crianças foram para o gás. As mães, quase todas, foram junto. Aprendi que quando se decide fazer uma coisa, deve-se ir até o fim”.



Fonte: Capturado em exposição realizada em exposição realizada, em 2018, em Silveira Martins, UFSM.

Figura 4: O testemunho diz: “Quando fui libertado andei de trem pela Europa em cima dos vagões, sentido o vento da liberdade soprar no meu rosto. Hoje tenho dores terríveis [...]”



Fonte: Capturado em exposição realizada em exposição realizada, em 2018, em Silveira Martins, UFSM.

Os três textos-imagens da exposição “Entre Aspas” para destacar como essa exposição produz conhecimento e como o simbólico funciona a partir dela, não só pelos testemunhos, que constituem efeitos de verdade, tendo em vista os nomes, as imagens, a data de nascimento e de morte. Mas, também, porque por esses textos-imagem ressoam memórias da sobrevivência, da vida e nos arriscamos a dizer: ressoa a vitória de quem venceu a morte e como nos diz Primo Levi, experimentou a experiência de tornar-se tão inumano a ponto de perguntar “Se isto é um homem”.

A repetibilidade se constitui nos três textos-imagens por meio de discursos e de memórias que retornam, legitimando e dando concretude à narratividade, ou seja, ao campo de concentração, à sobrevivência e ao enunciado do primeiro texto-imagem “a gente espera até o dia que vai morrer”. Trata-se de uma versão da história que se pauta no

testemunho dos que sobreviveram, sinalizando posições-sujeito e políticas de memória de valoração de quem sobrevive, apagando, de certa forma, o modo como sobreviveram. Levi (1990, p. 5) destaca, em suas obras, à falta de referência aos que “obtiveram o privilégio submetendo-se à autoridade dos campos, não testemunharam em absoluto”.

A exposição “Entre Aspas” faz reverberar o testemunho como a voz de quem viveu as experiências do campo de concentração, legitimando e dando visibilidade, de acordo com Robin (2016, p. 238), ao que é dito sobre massacres e práticas de violência. Trata-se de sobreviventes do Holocausto que pelo corpo (seus rostos, nomes, histórias) constituem-se como testemunhas e isso significa que são sujeitos legitimados e autorizados a prestar testemunho. A legitimidade se constitui porque eles não só conheceram e sofreram nos campos de concentração da Alemanha, mas sobreviveram e puderam enfim falar ou calar. Destacamos que se calam porque muitas vezes o peso de ser sobrevivente pode transformar-se em trauma pela dificuldade de compreender como alguns saíram desses lugares com vida, enquanto muitos não tiveram o mesmo destino. Ainda segundo a mesma autora, os sobreviventes são motivados “pela paixão do testemunho” (Robin, 2016, p. 239). Essa ‘necessidade’ de falar constitui o efeito de dívida com os que pereceram ou preferem o silêncio, talvez porque testemunhar se constitua num reviver.

Na exposição “Feitos e efeitos”, ressoam vivências e instauram dentro do Museu do Holocausto uma resistência que se faz pelo avesso, pelo modo como uma homenagem

aparente trabalha a denúncia e desdiz versões da história, constituindo-se como um grito no silêncio, como uma forma de resistir e dar ‘corporeidade’. Trata-se de mostrar as produções daqueles que por seus ‘feitos’ puderam destacar o potencial de um povo que vagou em busca de uma pátria.

Figura 5: Feitos e efeitos



Fonte: Apresentação da exposição “Feitos e Efeitos” no site do Museu.

A exposição “Feitos e Efeitos”¹⁸ faz parte de testemunhos, ressaltando-se que o que está “entre aspas” são recortes do que disseram os judeus que fazem parte dessa exposição. Ressoa pelo título que eles tiveram “feitos” e constituíram efeitos”. Trata-se de sujeitos, todos judeus, de diferentes nacionalidades, que se destacam em diferentes domínios do conhecimento: na Literatura (como Clarice

¹⁸ Disponível em:

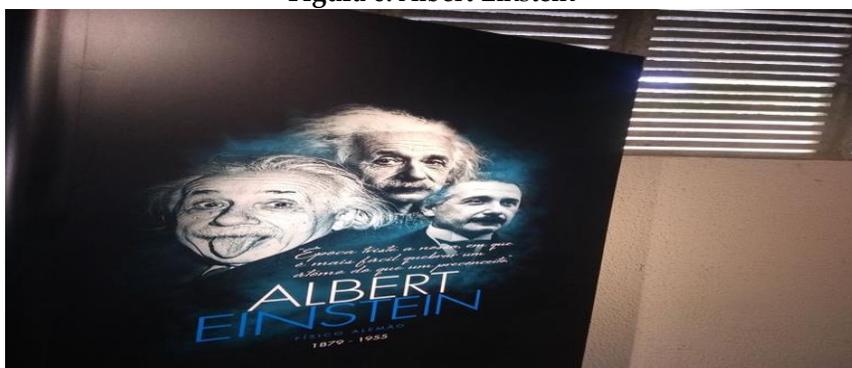
https://www.museudoholocausto.org.br/memoria/exposicoes/feitos-e-efeitos/?fbclid=IwAR2JpD0lvb2XXC83i2E8ypQ_11NBRgR_12790c3G66tZcJjePiUhJc9FtzA. Acesso em: 21 de ago. de 2025.

Lispector), na Física (como Einstein), na Psicanálise (como Freud), na Filosofia Política (como Hannah Arendt), entre outros, quando o visitante entra no museu, depois de passar por um portão e ser identificado e encaminhado para o espaço museológico, depara-se com a grandiosidade dos painéis e com os testemunhos desses judeus.

Conforme texto-imagem 5, Einstein diz: “Se minha teoria da relatividade estiver correta, a Alemanha dirá que sou alemão e a França declarará que sou cidadão do mundo. Mas se não estiver, a França dirá que sou alemão e os alemães dirão que sou judeu”. No mesmo texto-imagem 5, está dito que:

[...] esta disputa (positiva ou negativa) pela ‘real’ identidade de grandes agentes transformadores da humanidade é reducionista e egoísta. Suas importâncias não podem ser limitadas a origens ou a crenças. Suas biografias não podem ser pleiteadas por comunidades de pertença como únicas responsáveis por suas realizações. Somos indivíduos multiculturais e plurais.

Figura 6: Albert Einstein



Fonte: Capturado pela autora.

“Época triste a nossa, em que é mais fácil quebrar um

átomo do que um preconceito”, ressoa como um lamento diante da insensibilidade dos sujeitos diante do ‘outro’, indicando no final a impossibilidade de mudanças, pois o que fica patente é a intolerância.

O que se pode destacar em torno de Einstein é que o sujeito valia – no período nazista e, também, na contemporaneidade pelo que produz e que o sucesso apaga as diferenças ou pelo menos consegue camuflá-las.

Nesse movimento, os museus, os centros de documentação, os campos de concentração e os guetos constituem-se como materialidades que significam e presentificam o ausente (Venturini, 2017b) pela relação do que significa pela história e, pelas questões que se colocam ao conhecimento histórico, do qual resulta o conhecimento científico, que pelo trabalho da língua na história torna-se acessível àqueles que buscam nos Lugares de Memória saberes.

EFEITO DE FECHAMENTO

Presentificamos, a partir de Pêcheux (1997, p. 160) a ideologia, como norma identificadora, que instaura a possibilidade da transparência da linguagem, que ‘mascara’ os sentidos. Esse mascaramento decorre, segundo o mesmo autor, do ‘caráter material do sentido’ das palavras e dos enunciados, sublinhando, que não existe teoria que prescindam das práticas, pois é a partir delas que a intencionalidade falha/falta. Esse funcionamento está em consonância com os ‘esquecimentos’ inerentes ao sujeito, que se pensa a origem

do dizer e nega que os sentidos sempre podem ser outros, conforme Pêcheux (2019, 1997). Fechando a questão do político, sublinhamos que em sua tese de doutoramento, traduzida em 2019 por Orlandi, na qual o fundador da Análise de Discurso sinaliza que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...] ele está bem ou mal situado no interior da relação de força existente entre os elementos antagonistas de um campo político dado [...]” (Pêcheux, 2019, p. 33).

Nesse movimento, os museus, os centros de documentação, os campos de concentração e os guetos constituem-se como materialidade que significam e presentificam o ausente (Venturini, 2017b) pela relação do que significa pela história e, pelas questões que se colocam ao conhecimento histórico, do qual resulta o conhecimento científico, que pelo trabalho da língua na história torna-se acessível àqueles que buscam nos Lugares de Memória saberes.

As noções Lugar de Guarda, corpo-documento (Venturini, 2017a, 2017b), corpo-memória (Venturini, 2017a, 2017b), história/historicidade, entre outras são altamente produtivas na pesquisa em tela. A noção corpo-documento se constitui como a referência exigida pela história, com funcionamento junto à noção corpo-memória, que “rememora/comemora o ausente-presente pela repetibilidade que constitui a memória significando por e para sujeitos” (Venturini, 2017b, p. 53). Esse espaço faz circular o discurso que se constitui pelas materialidades linguístico-discursivas fazem do museu um espaço de produção do conhecimento,

sendo que as materialidades que estruturam o museu e, também, ressignificam as memórias, as quais, segundo Robin (2016), podem estar ameaçadas pelo uso que se faz da história, tendo em conta os sentidos do passado, o debruçar sobre o ausente-presente, ancorados no desenvolvimento veórico da poética da ausência desenvolvida por Fernando Catroga (2009), Vemos que o céu da memória está nos museus e lugares, memoriais e lugares de guarda e pode ser analisado pelas noções corpo-documento e corpo-memória que tem como sustentação os testemunhos e as testemunhas, a partir da Para Venturini (2017b, p. 52) da referência, tão exigida pela história e pela memória, relacionando-se ao imaginário (o 'a mais'), na construção de narratividades.

REFERÊNCIAS

KOSELLECK, R. (1979). Espaço de experiência e horizonte de expectativas. *In*: KOSELLECK, R. (org.). **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. p. 311-337.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi, 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

Pêcheux, Michel. Abertura do colóquio. *In*: CONEIN, Bernard et. al (org.) *Materialidades Discursivas*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016, p. 23-29.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e espaços públicos no encontro/desencontro da memória histórica e do corpo memória/corpo-documento. In: Venturini, Maria Cleci. **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 2017, p. 51-76.

VENTURINI, Maria Cleci; Teixeira, Maria Claudia; Tafuri, Leandro. Memória e história em (dis)curso: deslizamentos, rupturas e equívocos da palavra quarentena. In: Petri, Verli et al. **Ditos e não ditos: discursos da, na e sobre a pandemia**. Campinas, SP: Editora Pontes, 2021a, p. 191-217.

VENTURINI, M. C.; FERNANDES, R. Corpo e Museus em tempos de pandemia. Revista **Heterotópica**. Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 208-229, 15 jun. 2021b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59309/31831> . Acesso em: 21 de ago. de 2025.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e memoriais em (dis)curso para além da história e do patrimônio. Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras, v. 18, p. 8-21, 2023. Disp. em: https://www.academia.edu/98756011/Museus_e_Memoriais_Em_Dis_Curso_Para_Além_Da_História_e_Do_Patrimônio. Acesso em: 21 de ago. de 2025.

O EU PESQUISADOR E A MEMÓRIA DA PESQUISA

Leliane Regina Ortega¹⁹

“A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 1996, p. 64).

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Estudos de Bakhtin (2010[1979]) questionam o modo como a Ciência se relaciona com o objeto de estudo em áreas como educação e linguagem, pois a interação, nas pesquisas em Ciências humanas, ocorre entre sujeitos do discurso em situações reais, sem a neutralidade disseminada pelo paradigma positivista: “O objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante. Esse ser coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado” (Bakhtin, 2010[1979], p. 395). Logo, os sujeitos da pesquisa, seja o pesquisador ou os participantes, são seres únicos, ou seja, “O ser que se auto-revela não pode ser forçado e tolhido. Ele é livre e por essa razão não apresenta nenhuma garantia” (Bakhtin, 2010[1979], p. 395).

Nessa perspectiva, a pesquisa se (re)constrói a todo instante em função do sujeito expressivo que “[...] não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e

¹⁹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Estagiária do pós-doutorado em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Cleci Venturini. E-mail: leliortega@gmail.com.

permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico” (Bakhtin, 2010[1979], p. 400). Assim, todos os participantes da pesquisa são respondentes, buscam respostas e levam para a pesquisa diversas vozes sociais apropriadas em diferentes momentos históricos, em práticas sociais diversas.

Por essa razão, o presente capítulo desenvolve-se em um percurso metodológico coerente com os pressupostos bakhtinianos em diálogo com as discussões contemporâneas da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2013) ao discriminar o percurso autoformativo do pesquisador em interação com os participantes da pesquisa, uma vez que “[...] aqui eu existo para o outro com o auxílio do outro” (Bakhtin, 2010[1979], p. 394). Trata-se do recorte de uma pesquisa de doutorado²⁰ que empreendeu uma Formação Continuada Colaborativa (FCC) com 7 professoras do Ensino Fundamental – fase I de uma escola localizada em um pequeno município da região noroeste do Paraná, distante dos centros universitários, no ano de 2018 durante 10 meses e teve como foco principal de estudo o contexto extraverbal (Volochinov; Bakhtin, 1976[1926]) e o discurso verbal (Volochinov; Bakhtin, 1976[1926]) dos gêneros discursivos no ensino de língua materna.

²⁰ Pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, durante os anos de 2017 e 2020, com o título “Formação continuada colaborativa de professores: mediações e contrapalavras”, sob a orientação da Profa. Dra. Terezinha da Conceição Costa-Hübes.

Esse texto tem o objetivo de analisar a responsabilidade do pesquisador-formador em um processo de Formação Continuada Colaborativa (FCC), com o olhar exotópico (Bakhtin, 2010[1979]) sobre si mesmo, pois no movimento da investigação, “[...] volto sempre a mim, meu porto seguro, pois além da minha subordinação às leis do sistema ideológico, social, também único, possuidor de leis específicas, que é o sistema do meu psiquismo; e volto ao meu para me fechar na minha constituição” (Mouro; Miotello, 2014, p. 192).

Para isso, em um primeiro momento, refletimos sobre aspectos fundamentais da produção de conhecimentos em Ciências Humanas, fundamentada na Concepção Dialógica da Linguagem e na sequência, problematizamos a trajetória do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa no que se refere as suas expectativas e (re)adaptações aos deslocamentos da investigação.

Princípios teóricos

Os estudiosos do Círculo de Bakhtin, quando se propuseram a discutir o conceito de sujeito, defenderam seu caráter social e histórico e sua constituição na interação com o *outro*, entendendo que o *outro* se move em direção ao *eu* e com esse dialoga. Segundo Moura e Miotello (2014), Bakhtin inverte o eixo da constituição da identidade do *eu* que passa a ser reconhecido pelo *outro*. Para os autores, “Vou me constituindo nos limites entre o eu e o outro, vou existindo pelas ofertas do Outro. Nesse jogo, a minha identidade é uma

atividade *coletiva*, cujo ponto de partida é *sempre o outro*" (Moura; Miotello, 2014, p. 192, grifos dos autores).

Conforme Ponzio, para Bakhtin, "A alteridade se encontra no interior do sujeito, do eu, que é o mesmo diálogo, relação eu-outro" (Ponzio, 2012, p. 203). Logo, Bakhtin, une os conceitos de *alteridade* e *dialogismo*, eliminando uma possível superioridade do *eu* que só se constitui, mesmo em seu interior, no diálogo com o *outro* inserido nas relações sócio-historicamente situadas, pois "O diálogo é uma exigência do outro, uma imposição alheia, um acontecimento transgrediente" (Mouro; Miotello, 2014, p. 193). O outro é um respondente que se dirige ao eu para responder e assim rompe os limites de identidades do eu, pois estabelece o diálogo. E esse rompimento demonstra a incompletude do eu e o alarga numa relação de alteridade, na qual ocorre um apoderamento mútuo.

Nessa perspectiva, Volochínov (2017[1929]) destaca que não basta que dois sujeitos sejam colocados face a face para que os signos se constituam. É fundamental que ambos estejam socialmente situados, inseridos em determinado grupo. Esse é o princípio da alteridade para Bakhtin (2010[1979]) que se sustenta no dialogismo, uma vez que "[...] eu tomo consciência de mim e me torno eu mesmo unicamente me revelando para o outro, através do outro e com o auxílio do outro" (Bakhtin, 2010[1929], p. 322). Esse princípio posiciona um sujeito sempre em interação com outro sujeito no desenvolvimento das ações, por meio de um processo dialógico. É na relação com o outro – princípio da alteridade – que os sujeitos se constituem e, uma vez

constituídos, se alteram constantemente. Assim sendo, o sujeito não está pronto, acabado; ao contrário, está em constante processo de construção. Seus pensamentos, opiniões, valores, visões de mundo são (re)elaborados por meio das relações dialógicas com outros sujeitos que, por sua vez, emitem outras opiniões, valores, posicionamentos etc.

Com efeito, os discursos produzidos são sempre motivados e delineados pelos atos dos outros, por isso, para Bakhtin (2010[1979]), o diálogo e a alteridade promovem a constituição dos sujeitos, pois “[...] como o corpo se forma inicialmente no seio (corpo) materno, assim a consciência do homem desperta envolvida pela consciência do outro” (Bakhtin, 2010[1979], p. 374). A consciência vincula-se, então, ao uso da linguagem e constitui-se no processo interativo que se encontra no exterior, mas que se estende para o interior, tonalizando a noção de alteridade. Assim, o *outro* provoca o sujeito (eu) a pensar sobre si mesmo, a voltar-se para si: “Na relação com o outro, o eu se altera constantemente e forma sua consciência ao se humanizar por meio do uso da linguagem” (Costa-Hübes; Ortega, 2018, p. 56). E mesmo que o eu não permita essa apropriação, ela se realiza e o modifica revelando que o sujeito completo, pronto, acabado não existe, pois é o movimento dialógico exterior que o desestabiliza e garante sua constante humanização.

Portanto, ninguém sai imune de uma interação, em uma pesquisa em Ciências Humanas, pesquisador e participantes da pesquisa são alterados, humanizados e revelados em sua incompletude durante o processo de investigação.

Fundamentos metodológicos: Ciências Humanas

Bakhtin compreende que "[...] as ciências humanas são as ciências do homem em sua especificidade, e não de uma coisa muda ou um fenômeno natural. O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo, isto é, cria texto" (Bakhtin, 2010[1979], p. 312). Destarte, em uma pesquisa que tem como objeto de análise a prática docente, a investigação ocorre por meio do exame de interações discursivas constituídas no campo escolar e que se realizam entre sujeitos reais na produção de seus discursos.

Toda pesquisa pressupõe o encontro de dois sujeitos: aquele que pesquisa em diálogo com outros textos; e os sujeitos ou a situação pesquisada. Conforme Costa-Hübes, "pesquisador e pesquisado – na construção do conhecimento, exige que ambos estejam cientes de que a pesquisa em ciências humanas lida com respostas provisórias possíveis de serem captadas no contexto em estudo" (Costa-Hübes, 2017, p. 554-555). São encontros promovidos por meio da pesquisa, entre sujeitos, entre vozes, entre conhecimentos.

E nesse encontro entre o pesquisador e o pesquisado, ambos constroem conhecimentos, pois os métodos e os procedimentos de geração de dados contêm sempre estratégias de encontro que indicam como investigar o outro, como falar, como fazer falar e ouvir, como compreender o outro, como mediar conhecimentos (Amorin, 2014). Para Amorin, "Não há trabalho de campo que não vise ao encontro com um outro, que não busque um interlocutor. Também não há escrita de pesquisa que não se coloque o problema do lugar

da palavra do outro no texto” (Amorin, 2004, p. 16). Portanto, a pesquisa em ciências humanas olha para o sujeito situado em determinado momento sócio-histórico e considera seu projeto interlocutivo, tendo em vista o papel social que ocupa na sociedade. Não há como desvincular a investigação das condições enunciativas que cerceiam o sujeito.

Bakhtin (2010[1979]) considera que a realidade circundante do sujeito e de seu discurso se revela no texto-enunciado por ele produzido, pois, para o autor, “O texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. *Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento*” (Bakhtin, 2010[1979], p. 307, grifos nossos). É no texto-enunciado que a realidade do sujeito e da linguagem se apresenta em sua totalidade. Logo, “Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste, já não se trata de ciências humanas” (Bakhtin, 2010[1979], p.312). Os sujeitos – pesquisador e pesquisado – são responsáveis por suas ações, são interlocutores no processo, trazem para a pesquisa suas vivências, leituras e experiências e, para isso, constroem enunciados, além de contribuir com a humanização do “outro”.

Para que essa proximidade não ofusque o saber científico, Bakhtin (2010[1979]) discorre sobre a noção de exotopia, para explicar o “lugar exterior”. Segundo Tezza, “O conceito de exotopia fundamenta-se no que Bakhtin chamará de excedente de visão humana” (Tezza, 2007, p. 243). Pesquisador e pesquisado tem privilégios quando um olha o outro, pois enxerga-se mais do outro do que de si mesmo.

Para Bakhtin, “Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem” (Bakhtin, 2010[1979], p. 21). Esse distanciamento ocorre, “Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver” (Bakhtin, 2010[1979], p. 21).

Em uma investigação científica que contemple a formação continuada de professores da Educação Básica, pesquisadora e professores participantes vislumbram no outro mais do que cada uma pode perceber de si, mas precisam conscientizar-se e utilizar-se do privilégio de sua posição de fora para que a colaboração realmente se efetive. É preciso, “[...] colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele” (Bakhtin, 2010[1979], p. 23). Os sujeitos da pesquisa saem de seu lugar de professores para se colocarem no mundo acadêmico; e o pesquisador desloca-se da universidade para se colocar entre os professores do Ensino Fundamental, porém, cada uma precisa retornar ao seu próprio lugar para que a construção do conhecimento se consolide.

Então, para que a pesquisa tenha um caráter científico, o pesquisador precisa afastar-se de sua própria condição de autor, de investigador a fim de que o distanciamento lhe permita enxergar além de sua situacionalidade, já que, “[...] o sujeito pode e deve, naturalmente, afastar-se de sua própria

contingência o suficiente para ver a si mesmo nela” (Sobral, 2013, p. 118). Cada sujeito ocupa um lugar específico, insubstituível no mundo; as relações de interação não podem submeter o sujeito ao coletivo, despersonalizando-o; mas também não devem conduzi-lo a sobrepor-se ao coletivo. Cada sujeito é responsável por seus atos e possui obrigações éticas com os outros sujeitos.

Embora seja na relação com o outro que o eu se constrói, cada ato individual é de total responsabilidade do sujeito que o realiza, uma vez que, “[...] Bakhtin considera legítimo que o eu sai de si para aproximar-se do outro, e vice-versa, mas afirma enfaticamente que essa saída deve ser sempre seguida de uma ‘volta a si’” (Sobral, 2009, p. 30). Então, após “colocar-se no lugar do outro”, o pesquisador “retorna ao seu lugar” transformado, humanizado. E, nessa perspectiva, o pesquisador é um elemento fundamental na pesquisa em Ciências Humanas, então, é essencial refletir sobre sua atuação na interação com os demais participantes da pesquisa a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin sobre Ciências Humanas que considera que o pesquisador faz parte do conjunto que dá sentido ao enunciado produzido pela pesquisa.

O conceito de exotopia revela tensão entre o eu e o outro e consiste na garantia do distanciamento para que a pesquisa não perca seu rigor científico. E assim, para Sobral, “Não se nasce pesquisador; vêm-se a sê-lo, a merecê-lo, a receber-lhe o selo, na coerência teórico-metodológica, na consciência ética, na consciência estética, no espelho da esfera em que ser pesquisador faz, e cria, sentido” (Sobral, 2013, p.

118). E ainda, a esfera social acadêmica concede-lhe poder para ocupar essa autoria. O pesquisador é participante do diálogo desenvolvido pela pesquisa e também é um respondente aos questionamentos do outro. Embora com objetivos distintos dos demais participantes da pesquisa, o pesquisador é um interlocutor e estabelece os objetivos e trajetos e serem percorridos. Então, o pesquisador é um sujeito ativo que dialoga, um participante da cena enunciativa que é a pesquisa.

A seguir, discorreremos sobre como se constituíram as respostas do pesquisador no desenvolvimento de uma pesquisa em Ciências Humanas.

Análise do percurso

As relações sociais produzem diferentes vozes que se manifestaram no cenário da FCC de forma ambígua e contraditória, sob a tensão do desentendimento ou da comodidade da compreensão. Enfim, o grande diálogo da vida se presentifica nas complexas relações interpessoais e por essa razão “[...] o sujeito da compreensão não pode excluir a possibilidade de mudança e até de renúncia aos seus pontos de vista e posições já prontos. No ato de compreensão desenvolve-se uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento” (Bakhtin, 2010[1979], p. 378). Posto isso, a interação entre o pesquisador e seu outro na perspectiva dialógica, conforme propõem os estudiosos do Círculo de Bakhtin para a pesquisa em Ciências humanas, focaliza o contexto como um todo, que produz negociações sobre a

construção de sentidos, acordos e desacordos, e a compreensão recíproca.

A FCC desenvolveu-se durante 10 meses, durante o ano de 2018, e foi organizada em 17 encontros de 4 horas. A formação contemplou o estudo teórico, pesquisa sobre os gêneros do discurso e elaborações didáticas (Halté, 2008), desenvolvimento das atividades em sala de aula com gravação em vídeo e, por fim, reflexão sobre a aplicação das atividades por meio da apreciação dos vídeos.

Em consonância com o olhar exotópico, vamos refletir sobre nossa trajetória como pesquisador-formador no desenvolvimento da FCC:

Minha imagem de mim mesmo. Qual é a índole da concepção de mim mesmo, do meu *eu* em seu todo? Em que ele se distingue essencialmente da minha concepção do *outro*? A imagem do *eu* ou o conceito, ou o vivenciamento, a sensação, etc. A espécie de ser dessa imagem. Qual é a composição dessa imagem. O que compreendo por eu quando falo e vivencio: “eu vivo”, “eu morro”, etc. *Eu-para-mim* e *eu-para-o-outro*, o *outro-para-mim*. O que em mim é dado imediatamente o que é dado apenas através do outro (Bakhtin, 2010[1979], p. 382 – grifos do autor).

O desenvolvimento dessa formação foi almejado por mim²¹ durante anos como uma contribuição para a atuação docente de professores considerados como “colegas de

²¹Utilizamos 1^o pessoa para particularizar a subjetividade do pesquisador.

trabalho”²². Contudo, já no início percebi que as expectativas do eu-pesquisadora afastavam-se completamente das convicções do outro – professoras colaboradoras. O aprofundamento dos estudos teóricos, proporcionado pelo universo acadêmico no qual eu estava inserida, ampliou as diferenças entre nossas concepções.

Nesse contexto, o lugar ocupado por mim, pesquisadora, durante a FCC, não foi confortável nem estável, mas ajustável às diferentes situações que se instauraram, para que eu pudesse construir significados, ainda que provisórios, sobre os acontecimentos da formação, ou seja, da vida que se desenvolvia entre um grupo de professoras e eu, no papel social de pesquisadora, em diálogo.

Ao iniciar o contato direto com as professoras, por meio de uma entrevista inicial, o primeiro rompante se concretizou, frustrando minhas expectativas e abalando minhas certezas, em relação aos conhecimentos a serem trabalhados. Defrontei-me com uma realidade em relação aos conteúdos, a qual não tinha considerado: as professoras praticamente desconheciam os tópicos que, a princípio, eu havia projetado para o aprofundamento na formação continuada. Reconheço, então, que errei ao construir um planejamento unilateral e a primeira lição como aprendente estava efetivada.

O ato de pesquisar é único e singular, por isso pode ser marcado pela excepcionalidade e rompe com qualquer

²²Iniciei minha atuação docente na escola onde se desenvolveu a pesquisa e algumas das professoras colaboradoras eram minhas colegas de trabalho nesse período.

pretensão de naturalidade. O pesquisador, sujeito também pesquisado, é movido pelas expectativas e afetado pelas circunstâncias inesperadas. Em vista disso, o pesquisador indaga sua atuação, reflete sobre os conhecimentos produzidos, compartilhados e reformula os passos da pesquisa e suas ações como pesquisador. A tensão entre o eu e o outro o impulsiona a se reinventar. Em alguns momentos, o próprio pesquisador já não mais se encaixa na pesquisa.

Por essa razão, elaborei um novo planejamento, agora colaborativo, com a contribuição das professoras, contudo, elas ainda não valorizavam os estudos teóricos e insistiam que a formação deveria apenas contemplar a prática. Outra lição: a carga excessiva de trabalho distanciou os professores da rede pública de uma reflexão embasada na teoria. E assim, a nova realidade chega ao eu e “pela boca dos outros [...] eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo” (Bakhtin, 2010[1979], p.373-374). Mesmo como professora da rede pública, ainda não tinha identificado essa realidade. Nesse caso, a limitação do eu é evidenciada e só pode ser superada pela visão do outro e significada na palavra em interação. Logo, o eu precisa do outro para se completar, “[...] porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim” (Bakhtin, 2010[1979], p. 21). Precisei desses outros (professoras) para enxergar o que não constatei sozinha.

Com base nessa relação e nos diagnósticos (entrevista coletiva, análise de planejamento didático e de diário de aula),

tracerei o percurso que considere importante para a FCC, selecionei os textos e os apresentei às professoras para a análise ou substituição, caso quisessem sugerir outros textos ou outros assuntos, mas, como não obtive a atenção das professoras para nenhuma alteração, assim iniciou-se a FCC.

Como pesquisadora em uma pesquisa-ação crítico-colaborativa, cabe-me a responsabilidade de ser o outro que contribui para a visibilidade do eu em seu lugar espacial e temporal no mundo, por meio do discurso. As professoras participantes da pesquisa puderam enxergar em si, por meio de nossa mediação, o que antes não era visto, uma vez que “[...] a construção da consciência de si é fruto do modo como compartilhamos nosso olhar com o olhar do outro, criando, desta forma, uma linguagem que permite decifrar mutuamente a consciência de si e do outro no contexto das relações sociais, históricas e culturais” (Souza; Albuquerque, 2012, p. 110). Então, as interações sociais possibilitam que o outro seja um reflexo que revela o que está oculto no eu.

Nessa relação de cumplicidade que se efetiva por meio do diálogo, pesquisador e participantes da pesquisa são responsáveis uns pelos outros, conseqüentemente, “[...] o excedente de visão do outro em relação a mim e de mim em relação a ele cria uma cumplicidade responsável entre nós, uma vez que nem a minha existência nem a existência dele são soberanas, mas interdependentes” (Souza; Albuquerque, 2012, p. 110). Em nosso caso, foi o olhar das participantes que mais revelou sobre a pesquisadora, sobre meu desenvolvimento e sobre minhas limitações. Descobri que poderia ser mais criativa em minhas ações, mas que não

conseguia suportar o comodismo e a recusa a minhas propostas. E nesse confronto, ora silencioso ora verbalizado, o compromisso ético e a responsabilidade prevaleceram a ponto de extrair esforços extras para que cada encontro se desenvolvesse de uma forma diferente e atrativa.

Durante o desenvolvimento da FCC, inúmeras vezes tive que parar, observar, refletir e perceber o desejo e as expectativas das participantes. Foi preciso rever minha postura, alterar minha fala, modificar textos e reorganizar o conteúdo. Cada encontro careceu ser reinventado e as professoras tornaram-se minhas alunas – a postura docente não foi superada. Instalou-se um movimento de olhar e refletir sobre minha própria ação, em um processo contínuo, contraditório e dialético de pensar a realidade do outro. Consequentemente, oscilei o tempo todo entre mediadora e aprendiz e ressignifiquei meus próprios conhecimentos.

Nesse caso, o diálogo nem sempre transcorreu de forma harmônica e consensual, mas, em alguns momentos, entre tensões e desacordos, e esses conflitos evidenciaram “[...] diferenças cognitivo-afetivas que não podem ser separadas, e implicam em que os participantes assumam riscos intelectuais e emocionais para o desenvolvimento conjunto de significados negociados” (Magalhães, 2011, p. 18). E ao corrermos esses riscos, aprendemos mais do que ensinamos. Ao final da FCC, não mais nos reconhecíamos, pois pesquisadora e professoras colaboradoras se confundiram nesse processo de ensino e aprendizagem.

O quadro a seguir demonstra meu avanço, enquanto pesquisadora-formadora e aprendiz, no desenvolvimento a FCC.

Quadro 1: Avanços na posição enunciativa da pesquisadora

EXPECTATIVAS DA PESQUISADORA	REALIDADE ENCONTRADA	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Participação ativa de todas as professoras	Desistência de 8 participantes	Acolhimento das participantes que persistiram e reformulação das ações de mediação
O trabalho com conteúdos mais avançados sobre o ensino de LP	Distanciamento dos conhecimentos teóricos	Nova seleção de textos e adaptação às necessidades das professoras
Professoras entusiasmadas pela aquisição de novos conhecimentos	Professoras desmotivadas para a aprendizagem	Uso de dinâmicas e jogos para motivar as professoras
Atitudes de comprometimento com a leitura dos textos	Recusa para a realização das leituras	Técnicas diferenciadas para o trabalho com os textos
Progressos diários na aprendizagem	Poucos avanços e apenas verificados no final do processo	Valorização dos pequenos avanços
Adesão imediata às teorias para o ensino de LP	Resistência aos conteúdos e metodologias	Argumentação constante com exemplos concretos para a internalização dos conteúdos
Relatos de experiências de sala de aula	Reclamações sobre questões institucionais	Escuta atenta às reclamações e uso de métodos variados para a inserção dos assuntos em estudo
Concentração no conteúdo estudado	Discussão sobre assuntos diversos	Ações cautelosas para retomar os estudos
Desestabilização da prática cristalizada	Resistência à mudança	Desconstrução de certezas da pesquisadora

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O quadro sintetiza o movimento realizado por mim, pesquisadora-formadora, no desenvolvimento da investigação para me adaptar às circunstâncias inesperadas e cultivar a alteridade que nos estudos bakhtinianos não se refere apenas à consciência de que o outro existe ou a aceitação do diferente, mas desenvolve-se com a convicção de que “O *outro* é o lugar da busca de sentido, mas também, simultaneamente, da incompletude e da provisoriedade. Essa perspectiva apresenta a condição de inacabamento permanente do sujeito, o vir-a-ser da condição do homem no mundo” (Souza; Albuquerque, 2012, p. 111). Assim, vale destacar que nessa oscilação entre o estranhamento e o pertencimento, o eu – pesquisadora foi o sujeito que mais se movimentou e se sentiu desconfortável em colaboração, mas também o que mais apreendeu revelações a respeito de si próprio por meio da atuação do outro, pois não visualizei “objeto” de pesquisa, mas sujeitos com enunciados concretos que confrontaram e refrataram minhas enunciações, exigindo respostas e atitudes.

E assim, cada encontro transcorreu com suas características e desafios, mas o grande desestabilizador foi o encontro (4º encontro) no qual mais da metade das professoras desistiram de participar da formação, confirmando que o “[...] grande desafio diz respeito a sua disponibilidade de se deixar surpreender pelo encontro/confronto que acontece no campo com os sujeitos da pesquisa” (Souza; Albuquerque, 2012, p. 111). Nos discursos das professoras, uma posição axiológica incontestável: as dificuldades da profissão, a desvalorização, as limitações

personais e até a baixa autoestima. Um discurso inesperado, desconcertante e revelador de que a mudança só ocorre com a aquiescência do sujeito. O outro pode enxergar, pode revelar, mas não provoca refração sem o consentimento do eu. Esse foi o momento mais frustrante e emblemático da FCC.

Outro obstáculo foi o tempo. Para que o diálogo ocorresse na FCC, na alternância de perguntas e respostas, precisei me reinventar para cada encontro, mas o tempo era exíguo e o cansaço me tirava as forças. Conscientemente, minhas limitações, enquanto sujeito da pesquisa, incidiram diretamente sobre os resultados da FCC, pois a investigação é um processo vivo influenciado pelos modos de perceber e significar acontecimentos. Percebi que deixei de explorar momentos de espontaneidade para contribuir com o desenvolvimento psíquico das professoras. Além do mais, a adversidade impediu-me de assumir uma posição de autoridade e, conseqüentemente, não consegui convencê-las a realizarem a leitura dos textos com antecedência. Enfrentei dificuldades para alcançar a participação ativa nos diálogos propostos ou incitá-las a verbalizar suas dúvidas, o que culminou em períodos de incertezas e inquietações sobre as ações de mediação, comprovando que “Colaborar é, portanto, uma zona bastante desconfortável de ação” (Magalhães, 2011, p. 18).

Destarte, em uma pesquisa em ciências humanas, considerando as perspectivas bakhtinianas, torna-se inconcebível afastar-se da vida, cujo discurso é permeado por julgamentos de valor que se notabilizam nas interações

sociais e a FCC foi um encontro no qual se realizaram interações, consistindo-se como um acontecimento da vida com confrontos e consentimentos. Não foi possível ao eu se neutralizar para o desenvolvimento da pesquisa; a subjetividade foi evidente e, por isso, também se tornou dado da investigação a ser analisado e apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo, nesse texto, foi problematizar o papel do pesquisador nas pesquisas em Ciências Humanas com aporte teórico-metodológico nos estudos do Círculo de Bakhtin a partir de uma FCC, na qual o pesquisador atuou como formador. As análises desenvolveram-se por meio das interações discursivas constituídas nos encontros de formação.

A partir do referencial teórico-metodológico proveniente da Concepção Dialógica da linguagem, buscamos refletir sobre nossa inserção como pesquisadora no interior da pesquisa enquanto ser inacabado que se constituiu na interação com o outro, na inserção em um processo que não estava dado, mas construiu-se nas estratégias da investigação.

A pesquisadora, como sujeito da pesquisa, a fim de atribuir sentido ao complexo conjunto de processos de interação ocorridos na FCC e conceber o “ser expressivo” como objeto de pesquisa, sofreu as ações da interação em sua própria humanização.

Em uma FCC, a colaboração deve ser mútua e dialógica, as professoras participantes colaboram com o pesquisador ao refletirem sobre sua prática e analisarem situações conflituosas inerentes a prática docente, tornam-se, assim, também pesquisadoras para compreender e modificar sua prática e, conseqüentemente, provocam quebras de paradigmas e desestabilizações ideológicas. São vozes que falam e influenciam diretamente o pesquisador-formador. Nesse sentido, a pesquisadora e as professoras colaborativas trabalharam conjuntamente na investigação da realidade, refletindo coletivamente e compartilhando responsabilidades, portanto contribuíram com a formação e transformação do outro.

O processo dialógico colaborativo mostrou o processo de tomadas de decisão, de escolhas, mais ou menos acertadas, (re)construção e dos momentos de paradas desenvolvidos durante a atuação como pesquisador-formador. Como experiência pode suscitar reflexões que podem ajudar outros pesquisadores a construir seu próprio caminho dialógico fundado na alteridade e na compreensão do ato de investigação.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AMORIN, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos chaves**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 95-114.

BAKHTIN, Mikhail. (1979). **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. A pesquisa em ciências humanas sob um viés bakhtiniano. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n.9, p. 552-568, dez. 2017a.

COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição; ORTEGA, Leliane Regina. A constituição da identidade do sujeito na relação professor-aluno. In: SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição (Orgs.). **O lugar da subjetividade no ensino da língua(gem)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018. P. 47-74.

HALTÉ, Jean-François. O espaço didático e a transposição. **Fórum Linguístico**, 5 (2): 117-139, Florianópolis, Jul. dez., 2008.

MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. Pesquisa crítica de colaboração: escolhas epistemo-metodológicas na organização e condução de pesquisas de intervenção no contexto escolar. In: MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo; FIDALGO, Sueli Salles. **Questões de método e de linguagem na formação docente**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 13-40

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Fotografias da Linguística Aplicada brasileira na modernidade recente. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 15-38.

MOURA, Maria Isabel; MIOTELLO, Valdemir. Deslocando a identidade. Um novo jeito de pensar a respeito de mim mesmo. In: MIOTELLO, Valdemir; MOURA, Maria Isabel. **A alteridade como lugar da incompletude**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p.191-208.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia do contemporânea. Coordenação de tradução: Valdemir Miotello. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos chaves. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 11-36.

SOUZA, Solange Jobim e ALBUQUERQUE, Elaine Deccache Porto e. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. **Bakhtiniana**, São Paulo, 7 (2): 109-122, Jul./Dez. 2012.

TEZZA, Cristovão. Sobre o autor e o herói – um roteiro de leitura. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 231-255.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich; BAKHTIN, Mikhail (1926). **Discurso na Vida e Discurso na Arte** (sobre a poética sociológica). Trad. De Carlos Alberto Faraco & Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo, 1976.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS DO TIPO TEXTUAL INJUNTIVO EM REVISTAS DO SÉCULO XX

Claudineia Valim-Schiavon²³

Luana Vitoriano-Gonçalves²⁴

Tacia Rocha²⁵

INTRODUÇÃO

As tradições discursivas como campo teórico emergem na década 1980, fazendo um paralelo aos estudos dos gêneros discursivos já solidificados no interior dos estudos linguísticos. Fundadas nos pressupostos teóricos de Coseriu (1979) que, em suma, compreende a tripartição da língua nos níveis: o universal, o histórico e o individual. Eles respondem pelas atividades comunicativas que os indivíduos desenvolvem nas mais variadas situações de interação verbal.

A partir dos estudos dos gêneros como Tradições Discursivas, torna-se possível integrar aos processos de análise linguístico-discursiva: a historicidade dos gêneros em circulação na sociedade; analisar as mudanças e

²³ Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Unicesumar. Contato: claudineiaavalim@gmail.com.

²⁴ Doutora pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), pós-doutorado em andamento. Universidade Federal do Paraná/Universidade de Coimbra, bolsista PDJ - CNPq. Labell (UNICENTRO/UFPR). Contato: ls.vitoriano@gmail.com.

²⁵ Doutora e Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (PLE/UEM). Doutoranda em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp). Contato: tacia.rocha.f@gmail.com.

permanências na composição dos gêneros seja a respeito: do conteúdo, da organização retórica, dos suportes, dentre outros.

Diante disso, neste estudo, delimitamos como objetivo geral: analisar a tipologia injuntiva, no gênero receita culinária nas revistas “Jornal das Moças”, de 1915 e de 1945 e “O Cruzeiro”, de 1955 e de 1985, e a possibilidade de seu funcionamento enquanto Tradições Discursivas. Dessa forma, estabelecemos como objetivos específicos: a) descrever e comparar a estrutura do gênero e seus aspectos linguísticos; b) identificar, a partir da perspectiva teórica da reelaboração Zavam (2009), as tradições discursivas que se mantiveram ou sofreram alterações no gênero receita.

As tradições discursivas no empreendimento de análises linguísticas de natureza histórico-diacrônica

Os estudos das tradições discursivas como paradigma teórico, situado no âmbito da Filologia Pragmática Alemã, a partir dos anos de 1980 passaram a estabelecer modos distintos de se empreender análises linguísticas de natureza histórico-diacrônica. As Tradições Discursivas (doravante TD) funcionam como ponto inicial para a análise dos aspectos diacrônicos da língua e/ou dos gêneros e fornecem destaque aos aspectos históricos relacionados à mudança ou à permanência de tais elementos.

As TD apresentam diversidade de conceitos, o que motiva críticas a respeito desse campo teórico, tendo em vista que não possuem categorias teórico-metodológicas que

fundamentem as análises. Conforme o linguista suíço Kabatek (2008, apud Zavam, 2018, p. 42), “é uma das tarefas da investigação atual relacionar os estudos das TD às diferentes heranças das distintas escolas”.

O campo teórico das TD é sustentado pelos postulados de autores como Eugênio Coseriu que influenciou sobremaneira a linguística românica alemã, especialmente, os estudos de Peter Koch, Wulf Oesterreicher, Brigitte Schlieben-Lange e Johannes *Kabatek*. O desenvolvimento das propostas teóricas dos referidos autores tem como horizonte “a tradição da escola de Eugênio Coseriu” (Andrade e Gomes, 2018, p.27), a proposta teórica dele está relacionada à distinção dos três níveis de fala. Para o autor, a linguagem se realiza e deve ser compreendida em três níveis: o universal, o histórico e o individual, a saber:

i) o nível universal, que diz respeito à técnica, ou seja, ao saber falar; ii) o nível histórico, que concerne à língua concreta que se manifesta na fala a partir de uma determinação histórica, isto é, o saber tradicional de uma comunidade; e iii) o nível individual, que diz respeito ao discurso, ou seja, ao texto encarado como um ato linguístico expresso (Carvalho; Zavam, 2018, p. 51).

Nesse sentido, para Coseriu (1979) a linguagem é compreendida como uma atividade coletiva que ocorre no âmbito da história em direção ao outro e a esse processo não escapa a movência dos gêneros discursivos. A proposta de compreensão da estrutura da linguagem de Coseriu são

independentes, pois em cada um dos níveis existem tradições que regulam a atividade discursiva.

As tradições discursivas podem dialogar com várias correntes teóricas, dentre elas estão os estudos dos gêneros do discurso. Diante disso, de modo a compreender essa relação entre essas correntes teóricas discutimos as noções de gêneros, texto instrucional e a proposta teórico-metodológica delineada por Zavam (2009) para análise diacrônica de gêneros. Para isso, retomamos alguns aspectos teóricos relativos aos estudos dos gêneros.

Os gêneros discursivos, a partir das concepções erigidas por Mikhail Bakhtin (2011), são compreendidos como formas de organização dos discursos que circulam nas esferas discursivas, os discursos são determinados por essas esferas e se fazem presentes nos mais diversos atos de comunicação humanos. O filósofo russo sistematizou a organização dos gêneros discursivos em dois grandes grupos: os primários e os secundários.

Os gêneros primários estão relacionados à oralidade e são produzidos em situações habituais/espontâneas de comunicação. Já os gêneros classificados como secundários são mais complexos, pois estão relacionados às práticas de linguagem formais, em que se requer ações discursivas mais específicas de produção, tais como: memorandos, seminários, cartas, entre outros.

Os gêneros não são estanques em suas expressões da língua, Bakhtin (2011) define que os gêneros produzidos na oralidade e na escrita apresentam características que são relativamente estáveis de enunciados determinados socio-

historicamente, que são constituídos pelo conteúdo temático, construção composicional e estilo de linguagem. Portanto, os gêneros não estão presos às formas fixas de manifestação, ou seja, não existe um modelo imutável que estabeleça suas formas.

As TD, por sua vez, constituem-se, conforme Coseriu (1979) como tradições do falar. Diante disso, os conceitos de gênero e de tradições discursivas apresentam semelhança, mas as TD possuem um escopo teórico mais abrangente do que a noção de gêneros discursivos.

Dessa maneira, TD diz respeito a todo o tipo de convenção textual e social, isto é, de tradições estabelecidas por meio das regras discursivas historicamente motivadas. Desse modo, as expressões idiomáticas, os gêneros e as suas características podem ser consideradas tradições discursivas. Por essa razão, entende-se que todo gênero é uma tradição discursiva, embora nem toda tradição discursiva seja gênero (Carvalho; Zavam, 2018, p.46).

De tal modo, as tradições discursivas podem se manifestar de variadas formas na composição textual de um único gênero.

Análise diacrônica do texto instrucional receita culinária a partir das tradições discursivas

O trabalho com os gêneros discursivos correlacionado às tradições discursivas em análises diacrônicas pode ser orientado a partir da categoria teórico-metodológica proposta

por Zavam (2009). A proposta da autora está voltada “para os subsídios textuais, mas também considerando aspectos contextuais e sociais que engendram os gêneros” (Carvalho; Zavam, 2018, p.42). Zavam parte do conceito de transmutação (reelaboração) cunhado por Bakhtin (2011) e o relaciona com as tradições discursivas partindo do plano teórico de Kabatek (2003) para definir seu conjunto teórico-analítico para o empreendimento de análises diacrônicas dos gêneros discursivos.

Segundo Andrade e Gomes (2018, p.40), para a análise diacrônica dos gêneros como tradições discursivas a autora estabelece categoriais operacionais para os diferentes tipos de reelaboração, em primeiro plano propõe dois tipos: criadora e inovadora. A reelaboração criadora está relacionada ao surgimento de um gênero a partir de características incorporadas de outro já estabelecido como tal. A reelaboração inovadora por sua vez está relacionada “ao processo de transformação pelo qual os gêneros passam sem que se transformem em novos objetos” (Carvalho; Zavam, 2009, p.48).

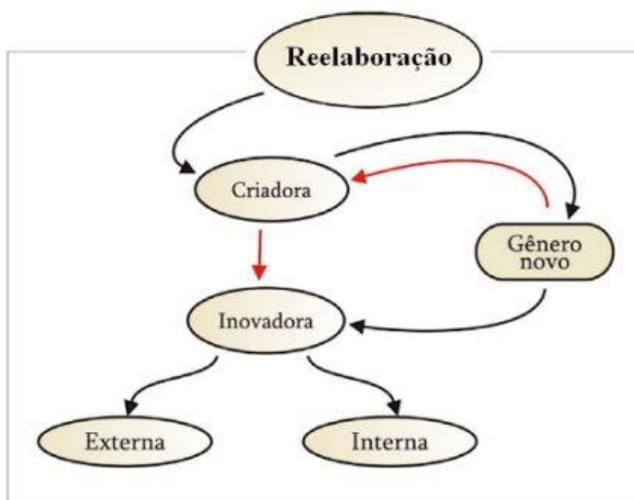
Em um segundo plano, Zavam (2009) apresenta o desdobramento da reelaboração inovadora e distinção dele em dois tipos de reelaboração externa e interna. A reelaboração externa (ou intergenérica) ocorre “quando há inserção de um gênero em outro” (Carvalho; Zavam, 2009, p.48).

Já na reelaboração interna (ou intragenérica) “as transformações que se manifestam no gênero não estão presas à incorporação de outros, mas, sim às contingências de seu

percurso histórico” (Carvalho; Zavam, 2009, p.48). Nesse tipo de reelaboração, o gênero apresenta a flexibilidade de atender novas demandas sociais, históricas e discursivas, ou seja, passa a incorporar essas necessidades sem se descaracterizar enquanto tal e incorporar as características de outro gênero.

O quadro a seguir sintetiza o esquema da proposta metodológica elaborada por Zavam (2009; 2018).

Figura 1: Esquema de reelaboração



Fonte: Carvalho e Zavan (2018).

Para além da reelaboração e dos aspectos co(n)textuais, Zavam (2009; 2018) propõe que “após a observação dos processos de reelaboração em um dado gênero, a análise deve proceder com uma ‘investigação’ das seguintes categorias: ambiência, interlocutores, finalidade, conteúdo, norma e forma”. A categoria conteúdo definida por Zavam (2018) é fundamentada na noção de tópico discursivo.

De acordo com Cavalcante (2013, p. 80), esse conceito diz respeito ao tema central de um evento comunicativo que “não é necessariamente identificável na superfície do texto, pois depende de aspectos discursivos, e não somente estruturais, organizacionais”. Jubran (2006) revela que o tópico é detentor de duas propriedades principais: a contração e a organicidade. O primeiro deles diz respeito ao assunto, isto é, a focalização de um referente sobre o qual se discute, enquanto o segundo diz respeito ao desdobramento do tópico central em subtópicos. Ademais, acreditamos que o conteúdo de um gênero engloba não apenas o que está materializado na tessitura textual, mas também algumas das finalidades comunicativas dos enunciadores que, embora nem sempre estejam expressas verbalmente, podem ser interpretadas pelo analista (ZAVAM, 2018, p.50-51).

Neste artigo, elencamos para análise as categorias de análise reelaboração, do co(n)texto e do conteúdo, para a investigação do *corpus* de análise selecionamos exemplares do texto instrucional (receita culinária), presentes nas revistas “Jornal das moças” e “O Cruzeiro”. Diante do exposto, passamos a tratar sobre algumas características da tipologia injuntiva e apresentamos algumas características que compõem o gênero receita culinária.

O tipo textual elencado para análise, neste estudo, é o injuntivo, especificamente, a partir do gênero textual receita culinária. A definição de injunção está associada a uma ação que expressa ordem/orientação para a execução de algo. Os textos injuntivos são aqueles que têm por propósito orientar as ações do interlocutor para que ele obtenha um resultado

específico, por exemplo, a cocção de um alimento, a montagem de um móvel, entre outros. A receita culinária é um gênero do tipo instrucional que tem por finalidade instruir o interlocutor quanto ao preparo de um alimento de modo que ele consiga prepará-lo.

A estrutura composicional é formada por título, ingredientes, modo de preparo, mas pode apresentar outros itens como porções, ilustração, tempo de preparo. Para Travaglia (2018), essa tipologia injuntiva é “dado pela perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer (aquilo de que fala) quanto ao fazer/acontecer ou quanto ao conhecer/saber e sua inserção no tempo e/ou no espaço ou não” (Travaglia, 2018, p.1341).

Ainda de acordo com o autor, o tipo textual injuntivo cumpre sua função socio-discursiva, pois requer o trabalho e o desenvolvimento de habilidades linguísticas e discursivas basilares, que são fundamentais aos enunciadores, para que construam textos.

Tabela 1: Propriedades básicas da injunção

Propriedades	Injunção
Perspectiva do enunciador - produtor do texto	Enunciador na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação
Objetivo do enunciador	Ressalta a ação requerida, desejada, o que e/ou como fazer; incita-se à realização de uma situação.
Forma como se instaura o interlocutor	Como aquele que realiza aquilo que se requer, ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça.
Tempo referencial (o tempo da ocorrência no mundo real em sua sucessão cronológica)	Indiferença à simultaneidade ou não das situações.
Tempo da enunciação (o momento da produção/recepção do texto que pode ou não coincidir com o referencial)	O tempo referencial é sempre posterior ao da enunciação.

Fonte: adaptado de Travaglia (2018).

Essas propriedades básicas (cf. Tabela 1) se caracterizam por suas possibilidades de estabelecerem a interação, conforme Travaglia (2018, p.1341) trata-se de “uma maneira de interlocução segundo perspectivas que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes”. Nesse sentido, é importante destacar que a variedade de gêneros discursivos, que exemplificam tais textos, também inviabiliza a definição de uma estrutura

fixa. No entanto, é possível identificar certos elementos estruturais que são comuns à maioria deles.

Para Marcuschi (2010), a respeito dos gêneros textuais, a receita culinária compõe os textos cujas funções vão além de aspectos formais, uma vez que

Os gêneros textuais não se caracterizam nem se definem por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sociocomunicacionais e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma. Pois é evidente [...] que em muitos são as formas que determinam o gênero presente (Marcuschi, 2010, p. 22).

De tal modo, a forma da receita culinária é universal e ela define o gênero sobre o qual está tratando. Um exemplo sobre o modo como tal manifestação ocorre é o momento no qual um leitor está diante de um texto não instrucional, ou seja, que não apresenta orientações e instruções para a realização de algo, mas que há a possibilidade de semelhança na estrutura, de modo que o leitor passa a tratar esse texto como se fosse uma receita culinária. Podemos dizer que é como se uma memória da estrutura fosse acionada no leitor para o reconhecimento do gênero.

Partindo de tais considerações acerca dos gêneros e tomando as TD como horizonte teórico passamos a descrição do material e na sequência iniciamos o gesto de análise das receitas culinárias em revistas brasileiras do século XX. No acervo digital da Biblioteca Nacional Digital, que o material de análise foi coletado, optou-se por escolher duas revistas em que a receita culinária estava presente. Os exemplares do

tipo textual injuntivo foram coletados das revistas semanais ilustradas “Jornal da Moças” e “O Cruzeiro”, ambas foram lançadas no Rio de Janeiro.

A revista “Jornal das moças” começou seus trabalhos em 1914 e encerrou em 1965, apesar de ser lançada no Rio de Janeiro os exemplares chegavam às capitais e, posteriormente, nas principais cidades do interior. Circulava uma vez por semana, especificamente, às quartas-feiras e era composta em média por 75 páginas com conteúdo variado como: dicas de beleza, comportamentos, culinária, entre outros, que eram apresentados em textos verbais e visuais. O público-alvo eram mulheres com poder aquisitivo e letradas, o que excluía do rol de leitoras muitas mulheres de esferas sociais e educacionais diferentes do ideal retratado na revista. A revista cumpria com sua função comunicativa tanto em aspectos sociais quanto discursivos, ainda que, para os parâmetros sociais da atualidade se configure como controverso e inadequado. Sobre as questões sociais Soares e Silva (2013) destacam que o “Jornal das moças”

era um ditador de comportamento social, familiar e religioso, reforçando o papel idealizado ou esperado da sociedade com relação ao papel da mulher, o qual mudava conforme a passagem das décadas, repaginando-a ou mantendo-a em um padrão desejado pelo estado, sociedade e meios de comunicação (Soares; Silva, 2013, p.2).

No “Jornal das moças” era possível localizar o gênero receita culinária na seção “De tudo um pouco”, ao final da

década de 1930 ele passar a compor uma nova seção intitulada de “Vamos preparar os quitutes”.

Figura 2: Seções revista “Jornal das moças”.



Fonte: Jornal das moças (2024).

A seção “De tudo um pouco” era composta predominantemente por receitas e por outros textos com orientações para a conservação, aproveitamento de alimentos e cuidados com o lar. A seção “Vamos preparar os quitutes” era composta apenas por receitas culinárias. Ambas eram direcionadas ao público feminino.

Já a revista “O cruzeiro” iniciou sua circulação em 1928 e sua última edição circulou em 1975. A revista foi um importante marco para a imprensa brasileira, pois instaurou uma nova linguagem em virtude de inovações nos formatos das reportagens, nos elementos gráficos, entre outros, foi sem dúvida uma revista inovadora. A respeito da função comunicativa e do conteúdo na revista “O Cruzeiro”

o cunho nacionalista domina o discurso. “A evolução da moeda no Brasil”, “A grafia de Brasil” ao lado de charges encabeçadas pelo título “Progresso” ou copiadas de revistas estrangeiras. O tema feminino também está por toda a parte, indicando um público potencial que pretende conquistar (Barbosa, 2011, p. 6).

Nessa revista, o gênero em 1955 ficava disposto na seção “Lar, doce lar” e em 1985 passa a integrar a seção “Culinária”. Na primeira, o formato de seção era apresentado alguns exemplares do gênero receita culinária acompanhado de um anúncio de produto alimentício. Já na segunda, apenas um exemplar era do gênero era apresentado e aparecia acompanhado de um texto histórico e cultural que tratava sobre a origem do prato mencionado na receita.

Figura 3: Seções revista “O Cruzeiro”.



Fonte: Revista O Cruzeiro (2024).

Diante do exposto até o momento podemos verificar uma regularidade nos conteúdos que constituem os discursos veiculados pelas revistas “O jornal das moças” e “O Cruzeiro”, que, salvo as diferenças entre elas, em determinados aspectos, reforçam ideais conservadoras e nacionalistas, e, sobretudo, os discursos que reforçam e delegam o papel social de servidão da mulher ao lar, ao casamento e à família. O cuidado com o preparo dos

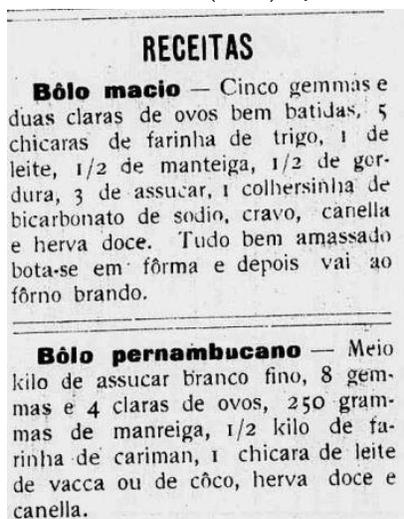
alimentos delegados a elas é tratado como uma função natural das mulheres em revistas como essas. Fosse por meio de receitas e/ou de outros textos os enunciados buscavam atender aos padrões sociais da época, que eram sustentados pelo machismo, patriarcalismo, misoginia, dentre outros.

O material selecionado para análise conta com um recorte temporal do “Jornal da Moças”. Escolhemos o gênero receita que circulou em 1915 e depois em 1945. Da revista “O Cruzeiro”, foram selecionados exemplares do gênero em questão, veiculados em 1955 e em 1985. Consideramos o período de intervalo de 30 anos, tempo que deve ser considerado para verificar a ocorrência de mudanças ou permanências de tradições discursivas nos gêneros. Conforme dito anteriormente, para a análise do material em questão partimos da tipologia operacional proposta por Zavam (2009) para identificar a ocorrência de reelaboração no gênero receita culinária presentes nas revistas “Jornal das moças” e “O cruzeiro”.

Iniciamos nosso gesto analítico por dois exemplares do tipo textual injuntivo do tipo receita culinária presente na em uma edição da revista “Jornal das Moças”, de 1915, localizados na seção “De tudo um pouco”. No que se refere ao aspecto estrutural, foi possível constatar que o gênero nos exemplos selecionados apresenta apenas uma etapa, a descrição dos ingredientes, diferentemente do que reconhecemos como marca do gênero na atualidade, que conta com a descrição dos ingredientes em porções e a etapa do preparo.

No exemplar de 1915, os ingredientes foram descritos e porcionados, no formato de texto corrido e em um único parágrafo. Na receita de “Bôlo macio”, existe uma tentativa de orientar a produção do prato em “Tudo bem amassado bota-se em fôrma e depois vai ao forno brando”, mas que não se caracteriza como imperativa, pois as formas verbais “bota-se” e “vai” pertencem à conjugação do presente do modo indicativo.

Figura 4: Receita culinária (1915), “Jornal das moças”.



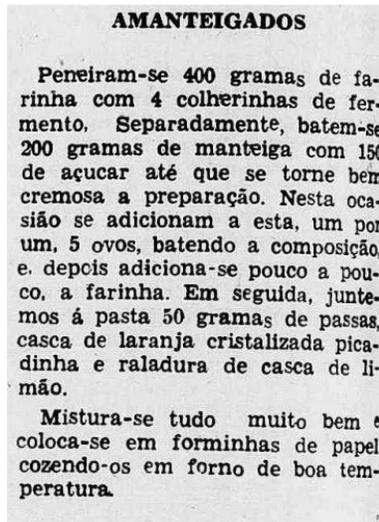
Fonte: Jornal das moças (2024).

Em “Bôlo pernambucano”, a indicação de preparo não compõe a receita. Neste segundo exemplo, apenas o formato de apresentação do texto e há o registro da grafia de palavras como “gemma”, “assucar”, “chicara”, “vacca”, “colhersinha”, dentre outras que são compatíveis com o sistema linguístico da época, diferindo-se dos usos ortográficos atuais. A partir do exposto nas duas receitas, no que se refere aos aspectos

discursivos, foi possível compreender que se pressupõe que a leitora, dona de casa, já saiba exatamente o que fazer a respeito, a técnica culinária é atribuída e naturalizada como uma função destinada ao universo feminino.

Já, no gênero que circulava em 1945, é visível que algumas mudanças ocorreram nos aspectos estruturais, na receita “Amanteigados” a ampliação de um parágrafo para dois. A descrição dos ingredientes aparece mesclada as indicações de processos a serem executados no preparo do prato.

Figura 5: Receita culinária (1945), revista “Jornal das moças”.



Fonte: Jornal das moças (2024).

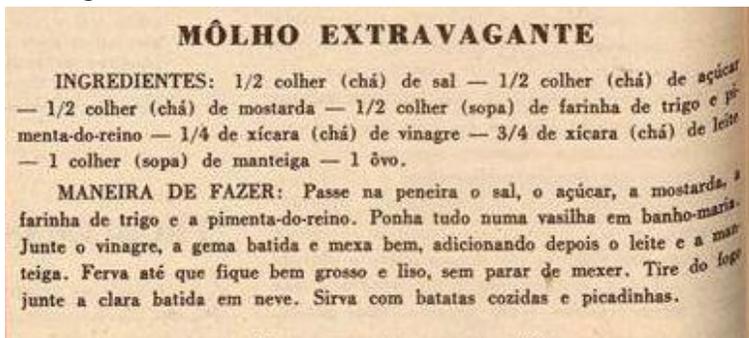
As instruções são mais objetivas em relação ao tipo de ingrediente e ordem que deve ser incorporado a receita. No que tange aos aspectos linguísticos, são mantidos os verbos conjugados no presente do indicativo. É notável também a evolução no registro escrito dos termos “açúcar” e

“colherinha”, que em 1915 eram grafados como “assucar” e “colhersinha”.

Nos dois casos descritos até o momento, na comparação entre as edições de 1915 e de 1945, foi possível identificar a ocorrência de reelaboração inovadora interna, pois as transformações estruturais e de conteúdo no tipo textual injuntivo não foram o bastante para transformá-lo em outro objeto, mas somente para atender as necessidades comunicativas da época.

Passamos agora à descrição e interpretação da tipologia injuntiva, manifesto no periódico “O Cruzeiro” por meio da tipologia receita culinária. A amostra é referente ao ano de 1955, presente na seção “Lar, doce lar”. A respeito da estrutura é possível verificar que o título se mantém presente e a divisão se dá em dois parágrafos. O primeiro destinado à descrição dos ingredientes e de suas porções. Nesse exemplar, ocorre a especificação do tipo de utensílio a ser utilizado para fracionar a quantidade do ingrediente, por exemplo, “ $\frac{1}{4}$ de xícara de (chá) de vinagre” e isso não era discriminado nas estruturas anteriores.

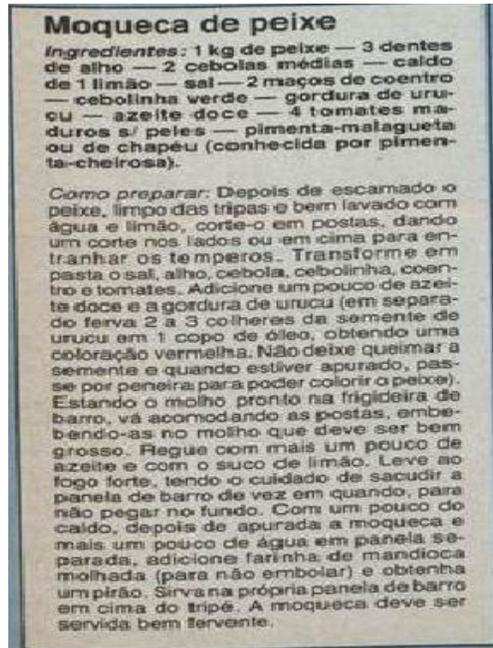
Figura 6: Receita culinária (1955), revista “O Cruzeiro”.



Fonte: Revista O Cruzeiro (2024).

No tocante às questões da língua é possível perceber a existência de mudança no emprego dos verbos, o modo utilizado é o imperativo que é mantido até hoje em textos dessa natureza. Tal uso demonstra a precisão que a execução deve contemplar, o atendimento ao ordenamento pode contribuir para atingir o objetivo que é reprodução do prato da forma mais fiel possível. Na sequência, apresentamos a segunda amostra da revista “O Cruzeiro”.

Figura 7: Receita culinária (1985), revista “O Cruzeiro”.



Fonte: Revista O Cruzeiro (2024).

O exemplar de 1985 já demonstra permanência da estrutura de título e dois parágrafos para descrever os ingredientes e instruir sobre o preparo, respectivamente. Nesta amostra, nota-se que a especificação de processos com ingredientes é mais robusta, ao menos dez ações devem ser realizadas para a execução do prato. Podemos constatar isso com a quantidade de verbos no imperativo empregados na etapa “Como preparar”, tais como: transforme, adicione, regue, leve, sirva, entre outros. A objetividade da linguagem empregada contribui sobremaneira para a economia de tempo de preparo e cocção dos alimentos.

No comparativo entre as edições de 1955 e de 1985, foi possível identificar a ocorrência de reelaboração inovadora

interna, pois as transformações estruturais e de conteúdo no gênero injuntivo, assim como, nos dois exemplares do “Jornal da moças” não foram o bastante para transformá-lo em outro objeto, mas atendeu as demandas comunicativas. Nesse caso, as transformações intragenéricas mantiveram a sobrevivência do gênero nas revistas “O jornal das moças” e “O Cruzeiro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da língua deve considerar a historicidade que a constitui e a permeia, principalmente, quando voltado para os estudos dos gêneros. As mudanças ou as permanências de aspectos linguísticos, textuais e discursivos podem ser evidenciados em estudos em que se contemplam a história. O conceito das tradições discursivas associado aos estudos dos gêneros possibilitam verificar o desenvolvimento também de questões que engendram o social.

Nos materiais analisados, pudemos verificar a relação que se estabelece a nível discursivo-textual, histórico e social e que podem ser identificadas pelo estudo das tradições discursivas. Essa noção traz luz à compreensão de aspectos próprios dos gêneros presentes em gerações anteriores que nem sempre irão corresponder a sua composição atual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. e GOMES, Valéria Severina. **Tradições discursivas**: Reflexões conceituais. In: ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. e GOMES, Valéria

Severina. (Coord.) *Tradições discursivas do Português Brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018. pp. 23 – 43.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARBOSA, Marialva. **O Cruzeiro**: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. *Ciber Legenda*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 1-15, 02 fev. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36801>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

BRAIT, Beth. 2012. Estilo. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: Conceitos-chave. São Paulo, Contexto, p.79-102.

CARVALHO, Jorge Luis Queiroz; ZAVAM, Aurea. **Tradições Discursivas**: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros. *Laborhistórico*, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 41-54, 30 abr. 2018. LaborHistorico. <http://dx.doi.org/10.24206/lh.v4i1.17489>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/issue/view/889/showToc>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

JORNAL DAS MOÇAS. **Jornal das Moças**: Revista Quinzenal Ilustrada (RJ) - 1914 a 1919. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

JORNAL DAS MOÇAS. **Jornal das Moças**. Anno 2, nº 25, Rio 15 de maio de 1915. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1915_00025.pdf>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

JORNAL DAS MOÇAS. **Jornal das Moças**. 10 de maio de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1945_01560.pdf>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

MATIAS, Tiago Trindade. **História da carta de leitor**: sobre aspectos composicionais, conservação e dinamismo. In: ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. e GOMES, Valéria Severina (Coord.). **Tradições discursivas do Português Brasileiro**: constituição e mudança dos gêneros discursivos. São Paulo: Contexto, 2018. pp. 196 – 233.

O CRUZEIRO. **O Cruzeiro**: Revista (RJ) – 1928 a 1985. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=94682>>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

O CRUZEIRO. **O Cruzeiro**: Revista (RJ) – 1928 a 1985. Ano 1985, Edição 2521. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=207526>>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Tipologia textual e ensino de língua**. Domínios de Lingu@Gem, Uberlândia, v. 12, n. 3, p.

1336-1400, 21 set. 2018. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/dl35-v12n3a2018-1>. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/travaglia/sistema/uploads/arquivos/Tipologia%20textual%20e%20ensino%20-%20Dom%C3%ADnios%20da%20Linguagem%2041612-185711-1-PB.pdf>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

SOARES, Diego dos Santos; SILVA, Ursula Rosa da. **O jornal das moças: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 & sua passagem por pelotas nas décadas.** Seminário de História da Arte-Centro de Artes-UFPel, n. 3, 2013. Disponível em: Acesso em: 09 de jan. de 2025.

ZAVAM, Aurea Suely. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornais.** Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

PERFORMATIVIDADE VIRIL COMO ARQUIVO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A MEMÓRIA DO DIZER “IMBROCHÁVEL”

Rafael de Souza Bento Fernandes²⁶

Daniela Zimmermann Machado²⁷

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tratar sobre diversidade cultural, histórica e memorial perpassa uma discussão profícua sobre a constituição dos sentidos na materialidade da linguagem. A arqueologia foucaultiana propõe que examinemos objetos, conceitos e noções como pontos de uma rede associativa, atravessados por processos maiores, em cuja evidência se podem entrever os nós de sua constituição: os óbvios que precisam ser ditos e reafirmados em uma dada ordem, que sustenta o jogo da normalidade.

Tais “materialidades” discursivas, que se podem ver, ler, tatear, perceber, enfim, estão, sob a envergadura teórica que aqui se desenha, atravessadas por processos

²⁶Doutor em Letras/Linguística (UEM), com período sanduíche na FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Edital CAPES/PSDE-2016) e pós-doutor em Letras pela UFPR. Professor adjunto do Colegiado de Letras Português da Unespar, campus de Paranguá-PR. Contato: rafael.fernandes@unespar.edu.br.

²⁷ Doutora em Letras – Estudos Linguísticos pela UFPR e pós-doutora em Linguística pela Université d’Orléans/França. Professora associada do Colegiado de Letras Português da Unespar, campus de Paranaguá. Contato: daniela.machado@unespar.edu.br

históricos, sociais, culturais que instauram, na ordem do discurso, uma lógica de funcionamento: uma trama bem-construída, a qual desponta como *verdade*. O exercício de análise, assim, consiste em examinar alguns desses atravessamentos para compreender regimes de possibilidade de sua irrupção – como destaca Foucault: como foi possível o que é?

O estudo, de natureza bibliográfica e qualitativa, tomando por base alguns princípios basilares da análise do discurso foucaultiana, tem por objetivo perscrutar o enunciado “Imbrochável!”, do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, a seus apoiadores no dia 7 de setembro de 2022 por ocasião das comemorações da Independência do Brasil.

Em um primeiro momento, tratamos de questões teóricas sobre o conceito de enunciado e de arquivo na arqueologia foucaultiana. Em um segundo momento, há a análise, considerando alguns elementos históricos acerca da construção da *performance* com vistas ao corpo masculino infalível, brutal e violento no âmago do discurso político-partidário. Por fim, nas considerações finais, retomamos o percurso, destacando que se trata de uma reflexão inicial, mas que demonstra como a teoria discursiva oferece elementos para compreensão de redes de sentido que operam processos de constituição de subjetividades.

Do enunciado e do arquivo

A arqueologia foucaultiana tem como objetivo produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação

do ser humano na nossa cultura, levando em consideração o fato de que o sujeito é uma fabricação histórica das/pelas práticas discursivas – as quais são, no edifício dessa teoria, um conjunto de regras anônimas e sempre determinadas no tempo e num espaço que *definem* e *controlam*, numa determinada época e cultura, a *profusão enunciativa*.²⁸

Esse parágrafo resume, em linhas muito gerais, uma ampla discussão sobre como a linguagem opera sentidos. E sobre tal questão vale a pena retomar alguns pontos – em especial os conceitos de *enunciado* e de *arquivo* (Foucault, 2008). A noção de enunciado, no campo institucional da linguística, tem um sem-número de definições: desde elementos mais relacionados à forma das expressões linguísticas até aquelas pautadas no uso (com abertura para outros códigos e sistemas simbólicos, além da língua). Em termos de arqueologia, o enunciado adota outra diretriz: devemos pensar nele como uma função de existência.

Função de existência, porque é esse elemento, irreduzível em si, que cruza domínios de estruturas e unidades possíveis, que faz aparecer “conteúdos” concretos no tempo e no espaço e, portanto, não tem uma só forma de natureza – afinal, as pessoas expressam os valores, as verdades, as inverdades, a norma e a anormalidade de muitas e variadas maneiras. É o enunciado linguístico, a disposição arquitetônica, a cor da vestimenta e até mesmo o silêncio que significa, comunica, expressa e diz algo do/no/sobre (o) mundo.

²⁸ Ver Fernandes (2022) sobre questão teórico-metodológicas da assim chamada “teoria das sistematicidades descontínuas”.

Enunciado, assim, não é uma frase, uma proposição ou um corpo aleatório de texto. É o elemento perceptível que o(a) pesquisador(a) reúne para análise em determinadas condições – haja vista que, repetimos, o objetivo maior é uma histórica da constituição dos modos a partir dos quais os sujeitos são fabricados em uma cultura.

Esse processo é fortemente arraigado por relações de força em que pesa o poder da voz autorizada: da instituição, dos contratos sociais, do valor econômico, de critérios tão fugazes como os de beleza e de adequação. Estabelecer uma norma – uma ordem discursiva – é um trabalho insistente de profusão de enunciados: repetidos, marcados, ditos e bem-aceitos – e, não raramente, excludentes. A profusão enunciativa é, nesse sentido, um recorte de um arquivo de dizeres. Uma ferramenta teórica para observação das práticas discursivas: as regras anônimas que regem as relações sociais (Foucault, 2005).

O arquivo de dizeres, assim, é uma fotografia de um processo social em curso. Uma constelação de relações associativas em cujas margens se inscreve a historicidade, em que se definem os sujeitos. “Arquivo”, nesse sentido, é tanto um compilado de sequências enunciativas quanto também um modo de compreender processos de linguagem. A totalidade é tanto inapreensível quanto também pouco útil: nos interessa não *tudo o que foi*, mas *como foi possível o que é* – aquilo que, a rigor, define o que somos. Em termos filosóficos, como estabeleceu Castro (2014), comentador da obra foucaultiana: “quem sou eu hoje?”.

Esse corpo em análise, fragmento de um arquivo, tem aqui um valor memorial. Na dispersão – e profusão – dos dizeres, é que poderemos vislumbrar as regularidades. As regularidades são, assim, formas similares de inscrição que despontam para redes associativas em comum. Formas de existência que tem, em seu âmago, uma lógica de funcionamento inscrita na ordem discursiva. Talvez uma forma de verdade que simula, por suposta evidência, sê-la por completo.

Ao estabelecer essas relações enunciativas em pequenos limites, corremos o risco de homogeneizar os processos sociais no interior de uma teoria que surge para romper continuidades. É um risco que assumimos nesse trabalho arqueológico, que trata da dimensão político-partidária, um campo de batalha que determina – talvez literalmente – quem vive e quem morre em termos de políticas públicas.

Tratemos de um enunciado que compõe um fragmento de arquivo, um corpo de memória. Um passeio numa rede simbólica que performa a virilidade com um valor de autoridade, sustentáculo da verdade. E sobre esse enunciado proporemos uma reconstituição arqueológica por alguns de seus caminhos. É importante pontuar que essa discussão é escrita de forma tópica para fins didáticos haja vista os limites desse recorte. Marcamos que a contradição, a incerteza e a descontinuidade são premissas da arqueologia.

Do enunciado “imbrochável!”²⁹

No dia 7 de setembro de 2022, dia da Independência do Brasil, o então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PSL, PL; gestão 2019-2023), após beijar a esposa, grita à multidão de apoiadores: “Imbrochável, imbrochável, imbrochável!”. O acontecimento repercutiu nacional e internacionalmente haja vista a quebra de protocolo. Uma voz autorizada, representante máximo do poder Executivo, apela ao tabu do objeto: uma referência sexual que metaforiza, segundo uma leitura possível, a grande força que este possuiria.

Figura 1: Proliferação enunciativa



The image shows a screenshot of a UOL news article and a photograph of a coin. The article is titled "Imbrochável ou imbroxável? Entenda o significado da fala de Bolsonaro" and is written by Andréia Sadi. The main headline of the article is "Em NY, Bolsonaro insiste ser 'imbrochável', visto por QG como tiro no pé entre mulheres". The coin is circular and features a portrait of Jair Bolsonaro, with the text "CLUBE BOLSONARO" at the top and "IMBROCHÁVEL" at the bottom.

Fontes³⁰: 1) Uol Notícia, 07/09/2022; 2) Metrópolis, 31/08/2021; 3) Portal G1, 21/09/2022.

²⁹ Em Fernandes (2022), discute-se com maior profundidade sobre questões relacionadas à produção da subjetividade do homem viril, em três práticas discursivo-midiáticas: treinamento físico, sustento e cortejo. A historicização, aqui muito resumida, consta do capítulo 4.

³⁰ 1) <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/09/07/imbrochavel-ou-imbroxavel-o-que-significa-fala-de-bolsonaro.htm>. Acesso em 14 ago.

O acontecimento foi o mote para uma proliferação enunciativa em diferentes campos, como o digital e o jornalístico. O enunciado (considerando a capacidade de simbolizar um posicionamento perante um cenário político-partidário) é também um prêmio do ex-presidente a apoiadores muito próximos, a medalha de “imbrochável, imorrível e incomível”. Interessa à análise o aspecto somático posto em causa. A performance sexual do corpo do homem é, nessa conjuntura, o elemento fundamental que ancora a suposta força de caráter, a capacidade de gestão, e demonstração de grandeza. A esse enunciado podemos atribuir uma larga e profícua camada de processos históricos em cujas associações residem o valor de verdade.

Em um percurso histórico, Sant’Anna (2013) destaca as mutações das virilidades rurais e urbanas no Brasil durante o final do século XIX, na instauração da Primeira República [1889-1930]. Para a autora, a formação do “verdadeiro macho”, segundo imaginário, se constrói ao lado de inúmeras precauções. Afinal, desde cedo os rapazes precisam estar preparados para todo tipo de enfrentamento: “caçadores, pescadores, marinheiros, barqueiros, tropeiros, vaqueiros, garimpeiros e foragidos de toda espécie perambulam por matas e sertões brasileiros mesclando suas diversas

2025; 2) <https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaro-apresenta-medalha-de-imorrivel-imbroxavel-e-incomivel>. Acesso em 14 ago. 2025.; 3) <https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2022/09/21/em-ny-bolsonaro-insiste-ser-imbroxavel-visto-por-qg-como-tiro-no-pe-entre-mulheres.ghtml>. Acesso em 14 ago. 2025.

‘armações’ à coragem cotidiana de vencer o desconhecido” (Sant’anna, 2013, p. 246)³¹.

O desenvolvimento urbano, no entanto, modificou o perfil da coragem e dos cuidados contra o mal. A masculinidade construída nas primeiras décadas do século XX incluiu certa dificuldade para separar da modernidade o atraso, bem como a prova viril do medo de falhar. A experiência brasileira atesta diferentes perfis: homens letrados e iletrados, “talhados à pena ou à navalha”. Para a historiadora, no longo e tumultuado itinerário de heroísmos, a identidade masculina foi forjada em meio a farras e freges, mas também pelo exército e suas numerosas paradas militares, pelos meios de comunicação em massa e pelos progressos científicos.

Nesse contexto, a defesa da honra era uma forte experiência para os homens:

O defloramento de moças, incluindo menores de idade, podia ser vingado por seus pais e irmãos para punir aqueles que desonravam um nome, uma família e uma tradição. Já a honra do homem casado tendia a estender-se para o corpo de sua prole e o de sua esposa. Tradição colonial, para a mulher solteira, conforme Algranti, “honra era sinônimo de castidade; para a casada, ela se apresentava investida da

³¹ Sant’Anna (2013) ilustra a fé e coragem do “macho” com oração em louvor a São Marcos para proteção contra emboscada, facada ou tiro – publicada em matéria do *Jornal Correio Paulistano* (14/01/1886): “Senhor, eu vim guerrear com os teus inimigos. Se eles puxarem armas longas, que são as facas, estas dobrarão da ponta até ao cabo; se eles puxarem as armas estreitas, que são as espadas, estas virarão batedeiras de algodão; se eles puxarem armas de fogo, cairão os peixes e correrá água pelo cano; se eles puxarem as armas do mato, que são os porretes, virarão hóstias”.

fidelidade ao marido, presa às normas sexuais impostas à esposa pelo matrimônio”. Já para o homem, além de não temer os deságios impostos pelas asperezas da vida, era preciso mostrar-se ativo sexualmente com as mulheres (Sant’anna, 2013, p. 249).

A prova de coragem tinha vários lugares ao longo da vida. Ela era reivindicada quando os meninos contraíam varicela, malária, entre outras doenças comuns. Alguns morriam ainda “anjos”³², mas muitos sobreviviam, às vezes, com cicatrizes que provavam o sofrimento vencido. Conforme Sant’anna (2013), como se não bastassem as doenças semelhantes a rituais de passagem, a maior parte dos remédios disponíveis até a década de 1920 exigia “verdadeira postura heroica dos consumidores”. Era costume aviar doses de óleo de rícino aos filhos uma vez ao mês para “azeitar a máquina”. A doença e o sofrimento físico eram necessários para criação de “homens verdadeiros”. A dor física, nesse sentido, podia “endireitar a alma e erigir firmeza no pensamento”. As surras levadas dos pais eram entendidas como necessárias para a formação do caráter reto. Chicotes de couro e varas de marmelo eram instrumentos para transformar o jovem franzino (Sant’anna, 2013, p. 250)³³.

³² Credo popular brasileiro que significa morrer ainda criança (até os sete anos). Diz-se que “não se deve chorar a morte de um anjinho, pois as lágrimas molharão as suas asas e ele não alcançará o céu”. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/3708881>>. Acesso em 01 jul. 2018.

³³ “Sob o frágil invólucro do menino reluz o homem. [...] A esse pré-adulto, que é o *Puer*, deve-se, portanto, ensinar os códigos da virilidade, é preciso dar-lhes as chaves da confraria à qual logo ele irá pertencer. Para evitar que seja confinado para sempre nos limbos da infância ou nas suavidades

“Homens de mentira”, conclui Sant’Anna (2013), eram, portanto, os choramingões, sujeitos acometidos por tremedeiras visíveis diante da menor ameaça.

Não é sem um lastro histórico que a performance toma corpo no discurso político. Ademais, a questão fisiológica do adjetivo neológico “imbrochável” desloca saberes do campo da medicina. Saberes que, em sentido foucaultiano, são campos enunciativos que figuram como possibilidades do dizer, como uma grade de hierarquias em uma ordem discursiva – assim, institucional. Até o século XIX, acreditava-se que era no sangue que estava a supremacia do homem. O nascimento da endocrinologia e, conseqüentemente, do paradigma hormonal, deslocou a definição de masculinidade para a testosterona (em substituição ao esperma) como agente de virilização (Carol, 2013).

Parafrazeando Carol (2013, p. 45), a ciência foi tentada a atribuir à testosterona efeitos sobre o comportamento, em particular sobre a agressividade, considerada até então qualidade especificamente masculina no cenário evolucionista. A medicina, nesse ínterim, comprometeu-se em restaurar a virilidade perdida ou acentuá-la com transplantes de glândulas endócrinas de animais (como cachorros e bois) com o objetivo de combater a feminização, homossexualidade e a disfunção erétil. Entre 1916 e 1921, o médico austríaco Eugen Steinach, pioneiro da opoterapia,

do gineceu, é preciso conformar o garoto aos principais estereótipos masculinos: a bravura, a honra, a lealdade, a vontade de dominação e o complexo de superioridade em relação às mulheres. A idade viril deve ser preparada desde a infância” (Jablonka, 2013, p. 37-38).

pautando-se na premissa de que o déficit de hormônio masculino é causa dos problemas de identidade sexual, realizou transplantes cruzados entre cobaias macho e fêmea para descrever que, após a operação, os dois animais adotaram comportamentos sexuais próprios ao outro sexo. Outros médicos avançaram com tratamento em humanos e relataram “resultados promissores” (Carol, 2013, p. 72).

Mais do que isso, na construção desse arquivo de virilidade, o adjetivo em análise apela também à força na guerra. “Morrer pela pátria é construção medieval, sacralização extrema do serviço à nação, cuja sedimentação permanece incompleta até os dias de hoje” (Izecksohn, 2013, p. 267). A condição masculina, para Izecksohn (2013), parece ser particularmente sensível a imagens bélicas que se encontram nas raízes do patriotismo e do nacionalismo, muitas vezes decantadas em hinos e monumentos em referência à virilidade nacional³⁴.

Há uma estreita relação entre utilidade, docilidade dos corpos disciplinados às normas que regem princípios nocionais de virilidade. De outra forma: proteção e belicosidade são atributos que historicamente se confundem com a noção de homem viril. No que se refere à experiência nazifascista de guerra e virilidade, para citar outro exemplo, Chapoutot (2013) constata que “os combatentes fracos são os duros, e o anonimato performativo das mulheres da sua vida contribui para purificar a sua identidade de qualquer

³⁴ Thomasset (2013) trata dos rigorosos modelos da Idade Média que estabeleceram ideais de cavalaria, cristandade e mito do herói fundador presente, em especial, nas lendas e cantos saxônicos.

ambiguidade: o feminino não participa do seu mundo e a exclusão assume aqui a forma do recalque ou da recusa” (Chapoutot, 2013, p. 337).

No âmbito da arqueologia, a positividade de um discurso, que caracteriza sua “unidade” e permite aproximações históricas, define, em um dado campo (como o médico, ou militar, pautados aqui), identidade das formas, continuidade temática e translação de conceitos. Um dado estado de constituição discursiva, na plenitude das práticas e dos sistemas relativos ao que pode e deve ser dito, num tempo e num lugar, constitui o arquivo. O arquivo dessas práticas viris, assim, não é um grande livro fechado sobre o que um homem pode e deve ser, mas um jogo de relações que caracteriza o nível discursivo como possibilidade e impossibilidade enunciativa. O fator que agrega tais discussões sobre o homem que jamais falha (sexualmente, moralmente) apela à brutalidade e truculência. Esse é um efeito memorial.

Muchembled (2014, p. 26), em estudo sobre a brutalidade na Europa do fim da Idade Média à contemporaneidade, afirma que a agressividade destruidora é “coisa de homens”. Atualmente, na Europa, as mulheres representam, conforme dados do pesquisador, apenas 10% dos culpados de homicídio, o que era igualmente o caso da Inglaterra no século XIII, e são poucas as variações constatadas desde há setecentos anos. Na França, elas constituem 14% das estatísticas do conjunto de crimes e delitos cometidos em 2002 e 5% da população prisional. Na China, de 1736 a 1903 eram pouco mais de 2% dos 22.553

autores de homicídios conhecidos, mas 11% das vítimas (Muchembled, 2014). Nolasco (2011) corrobora a esse ponto de vista para quem a violência não é um ente, ela é “macho”.

O psicanalista (2011), apoiando-se em dados empíricos levantados por instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto de Estudos da Religião - ISER e as Organizações das Nações Unidas - ONU, constata que, à época, 90% do contingente carcerário brasileiro era masculino. São os homens também que ingerem maior quantidade de álcool e outras de drogas, além de cometerem mais suicídios. Segundo o discurso em análise, a doçura feminina (a mulher bonita) contrapõe-se à brutalidade viril (o homem forte), ao corpo treinado do soldado. Esse ideal de potência do corpo foi examinado, no decorrer do século XX, sob o crivo da medicina no que tange a critérios anatômicos (presença do aparelho genital adequado) e fisiológicos com vistas à definição do ato sexual (o que torna uma ereção possível para a penetração³⁵).

Sob essa perspectiva, o adjetivo “imbrochável”, simbolicamente, regula e opera a memória da performance do corpo viril, do corpo capaz. Esse corpo guerreiro, forte, inabalável – com histórico de atleta ³⁶– é reatualizado nos

³⁵ Tópico do qual trata Sant’Anna (2013) quando das propagandas de fármacos do começo do século XX, que possibilitavam ao homem “dar no couro”.

³⁶ Referência ao enunciado proferido por Bolsonaro em pronunciamento oficial na televisão, dia 24 de março de 2020, “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma

debates contemporâneos sobre eleições presidenciais com uma força avassaladora. Novamente: como foi possível o que é? Quais são as condições que fazem irromper, com valor de força moral, um aspecto somático, erótico, com nuances de brutalidade, que fere sensibilidades ao calão e ao tabu do sexo, no debate presidencial contemporâneo?

O valor da performance viril, da presteza do combate, da pretensa força do sangue, do esperma, irrompe em uma ordem discursiva saturada de dizeres sobre pesquisa científica transvestida como verdade – ao menos, como uma piada leve de um grito de guerra, de um broche, de uma fraquejada³⁷. Tal aspecto desvela a descontinuidade dos processos históricos e sociais: como memórias pululam de diferentes lugares para sustentar uma escolha político-partidária.

Esse arquivo, inscrito na memória do começo do século XXI, estabelece uma rede associativa tal que, conforme hipótese que aqui se desenvolve, põe a virilidade no âmago de um forte senso de virilidade poroso: é sobre a família (mas o vocabulário é torpe, indecoroso e infame), é sobre liberdade (mas censura livre expressão de tudo que foge à caixa hermética dita “tradicional”), é sobre patriotismo (mas está embebido em um culto aos EUA nada sutil).

gripezinha ou resfriadinho”. Nessa ocasião, o então Presidente da República minimizou os efeitos da pandemia de Covid-19.

³⁷ Referência ao enunciado proferido por Bolsonaro, dia 4 de abril de 2017, em palestra no clube A Hebraica, no Rio de Janeiro: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”.

Válido ressaltar que a “porosidade” é marca dos processos discursivos: descontínuos entre si, dispersos. Apreensíveis por regionalizações, recortes de arquivo de uma estranha história que avança a passos largos rumo à exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Seja homem” é um enunciado recorrente da cultura. De tempos em tempos, ele se reatualiza, adquire diferentes contornos, adota formas e características particulares. Há uma grande diversidade nos modos de virilidade centrados na prerrogativa de ser um homem “de verdade”: em campos tão dispares quanto os do Brasil rural quanto o modelo de coach – atravessado pelo discurso religioso e empresarial, para citar dois exemplos.

O ponto de convergência é a prerrogativa do sucesso, domínio e conquista. A noção de virilidade deriva da certeza de um espaço de liderança, de distinção, de grandeza. Esse modelo, amplamente enraizado nas malhas da constituição das formas de subjetivação, funciona, discursivamente, pela violência e pela exclusão.

No estudo, investigamos o enunciado do então Presidente da República em vista das comemorações do Dia da Independência: “imbrochável!”. Não um sujeito em particular, mas uma grade associativa que prolifera em distintos campos e que possui um valor histórico, memorial. Um enunciado no cerne das discussões sobre a construção de gênero: da potência, da força, do valor e da proteção.

A luta pelo domínio, segundo esse modelo de masculinidade, esvazia o ideal de construção conjunta de melhores condições de vida e a possibilidade de coexistência com diferentes perfis de gênero, de orientação sexual, de constituição de família, de tudo que possa escapar de um binômio rígido, silencioso e beligerante, o qual imobiliza, por fim, todas as formas de existência, agora restritas a uma só: um homem viril, infalível, que demonstra força, em torno do qual tudo gravita.

Conforme o percurso reflexivo, o enunciado, elemento central da arqueologia foucaultiana, não é corpo de texto, mas lei de possibilidade, regra de existência, conjunto de domínios que permite que objetos apareçam e sejam nomeados. Há formas históricas que sustentam seu valor de verdade. O “imbrochável” suporta todo um edifício simbólico que caracteriza uma masculinidade violenta no debate político do Brasil no início do século XXI.

Assim, esse breve estudo percorre, de forma cartográfica e incipiente, um arquivo de dizeres que materialmente atestam o fato de que essa figura de força da carne, do órgão sexual, das potencialidades do corpo está no bojo de uma discussão partidário. “Imbrochável!” atesta, enfim, um esvaziamento das pautas sociais e econômicas do Brasil. Pela repugnância da situação, fomos tentados, no estudo, a percorrer a profusão enunciativa que compõe um arquivo de dizeres de um processo ainda em curso. Um liame simbólico de enorme enlevo histórico que recobre a associação entre força e vigor a valores morais – dignos de boa governança.

REFERÊNCIAS

CAROL, Anne. A virilidade diante da medicina. In: CORBAIN, Alain [et al]. **História da Virilidade** – 3. A virilidade em crise? Trad. Noeli Correria [et al]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p. 35-81).

CASTRO, Eduardo. **Introdução a Foucault**. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Filô/Margens).

CHAPOUTOT, Johann. Virilidade fascista. In: **História da Virilidade** – 3. A virilidade em crise? Trad. Noeli Correria [et al]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p. 335-363).

FERNANDES, Rafael de Souza Bento. Linguagem: notas de pesquisa descontínuas à luz da arqueologia foucaultiana. **Interfaces**: Vol. 13 n. 4 (2023) ISSN 2179-0027.

FERNANDES, Rafael de Souza Bento. Práticas discursivo-midiáticas sobre a corporalidade na construção do “homem Homem”: regimes de normalização e de exclusão. **Tese** (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 25ª. Ed. São Paulo: Layola, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

JABLONKA, Ivan. Infância ou a “viagem rumo à virilidade”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Trad. João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. **História da Virilidade II** – O triunfo da virilidade: o século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 (p. 37-73).

MUCHEMBLED, Robert. **Uma história da violência** – do final da Idade Média aos nossos dias. Trad. Luís Filipe Sarmiento. Lisboa: Edições 70, 2014.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. (Gênero Plural).

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. Masculinidade e virilidade entre a *Belle Époque* e a República. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

THOMASSET, Claude. O medieval, a força e o sangue. In: CORBAIN, Alain [et al]. **História da Virilidade** – 1. A invenção: da Antiguidade às Luzes. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p.153-201).

SOBRE AS ORGANIZADORAS

LUANA VITORIANO-GONÇALVES



Pós-doutorado em andamento, na linha de pesquisa de Linguagens e Práticas sociais, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob supervisão da Prof^a Dra. Maria Cleci Venturini, bolsista PDJ – CNPq, período de pesquisa na Universidade de Coimbra (UC), Portugal, sob supervisão do Prof^o Dr. Joaquim Braga. Doutora em Letras, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), tem Estudos do Texto e do Discurso como área de concentração. Mestra em Linguística (2016) e graduada em Letras (2013), ambos pela UEM.

É integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários - LABELL (UNICENTRO). Atuou como docente na Faculdade de Engenharia e Inovação Técnico Profissional (UNIFEITEP), nas disciplinas de

Metodologia de Pesquisa e Leitura e Produção de textos científicos, e também nas disciplinas de Produção de textos e Estudos literários, no ensino básico. Experiência de docência em: cursos de extensão; cursos de preparação para vestibulares e concursos militares; cursos de pós-graduação na Educação a Distância; ensino superior e ensino básico.

Elaborou material didático para cursos de graduação, como também cadernos de questões de Língua Portuguesa e Produção de textos para níveis de ensinos fundamental, médio e superior. Revisou textos de diversas áreas científicas. Atua como avaliadora em bancas de redação e no desenvolvimento de provas para processos seletivos, também contribui para a preparação de alunos para o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná. Possui diversos artigos científicos e capítulos de livros publicados.

Assume por eixos temáticos de pesquisa: o discurso, a língua, a produção de textos, a proficiência em línguas, os procedimentos biopolíticos de inclusão e exclusão, as políticas linguísticas e afirmativas, as tecnologias e a inovação.

Autora dos livros: “Manual de Redação para o vestibular dos povos indígenas no Paraná”, “Práticas de ensino sobre redação para o contexto escolar indígena”, ambos da Coleção Indígenas nas Universidades e “Dias comuns: Reencontros e cenas”.

Contato: ls.vitoriano@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5143420409516220>

MARIA CLECI VENTURINI



Possui doutorado em Estudos Linguísticos (UFSM, 2008), mestrado em Linguística Aplicada (PUCRS, 2001), licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Literaturas (1980) e Letras Língua Espanhola e Literaturas (1998) pela Universidade de Passo Fundo (UPF), além de especializações em Literatura Brasileira (1987 - UPF) e Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa (PUC Minas).

É Professora Associada no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), onde integra o corpo permanente dos Programas de Pós-Graduação em Letras (UNICENTRO e UFPR). Foi coordenadora do APCN de mestrado (2010) e doutorado (2019) da UNICENTRO, chefou o Departamento de Letras (2011-2013) e coordenou o Programa de Pós-Graduação em Letras em diferentes períodos (2013-2023).

Lidera o Grupo de Pesquisa Interinstitucional UNICENTRO/UFPR “Estudos do Texto e do Discurso” (desde 2015) e o Grupo “Interfaces entre Língua e Literatura” (desde 2010).

Realizou estágio sênior na Universidade de Coimbra (2017-2018), com bolsa CAPES/Fundação Araucária. Atua principalmente em Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, narratividade da cidade, memória, história e ficção.

É membro de associações como ANPOLL, ALED, ALFAL, Abralin, Rede Sul Letras e CELSUL. Foi presidente do CELSUL (2017-2018) e coordenadora da área de Linguística, Letras e Artes da Fundação Araucária (2020-2024). Atualmente, é vice-coordenadora do PPGL (2023-) e editora da Revista Interfaces (UNICENTRO).

Contato: mariacleventurini@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904278999384343>

RECADO E AGRADECIMENTOS DAS ORGANIZADORAS

Este livro, *Perspectivas teórico-práticas: diversidade cultural, histórica e memorial*, constitui-se como espaço de encontro de vozes, saberes e discursos que se entrelaçam em torno de uma temática de grande relevância acadêmica e social. Reunimos autoras e autores com pesquisas consolidadas, que contribuem para o fortalecimento da produção científica e para o aprofundamento dos debates que atravessam nossas práticas e reflexões.

Agradecemos à Professora Dra. Verli Petri pela generosa contribuição no prefácio, bem como a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização desta obra. Nosso reconhecimento se estende também aos leitores e leitoras que se aproximam destas páginas, pois é na circulação, na apropriação e na partilha dos sentidos que a ciência se difunde, se renova e se mantém viva.

Desejamos que esta obra inspire novas pesquisas, suscite questionamentos e provoque deslocamentos, contribuindo para que as diferentes perspectivas aqui reunidas sigam reverberando em outros espaços de produção e de escuta.

Luana Vitoriano-Gonçalves

Maria Cleci Venturini

SOBRE OS AUTORES

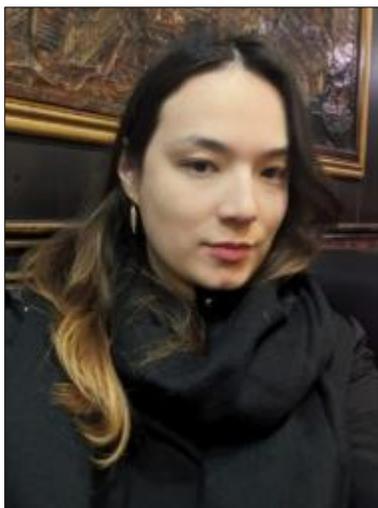


Alencar Guth

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e atua como docente da educação básica, técnica e tecnológica no Instituto Federal do Paraná – Campus Colombo (IFPR). É coordenador do projeto de pesquisa Educação Linguística no Instituto Federal do Paraná. Seus interesses de pesquisas relacionam-se com as áreas de políticas linguísticas e análise do

discurso.

E-mail: alencarguth@gmail.com



Aline Yuri Kiminami

Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), Aline Yuri Kiminami é especialista em Ensino de Línguas Estrangeiras pela Universidade Estadual de Londrina e mestra em Estudos Linguísticos com foco em Análise do Discurso pela UEM. Obteve seu doutorado em Estudos Literários com foco em Tradução pela UEM e

período sanduíche na Universidade da Califórnia, Santa Cruz (UCSC-CA), financiado pelo Programa PDSE/Capes. Leciona no ensino superior público desde 2016 e é atualmente professora

adjunta na Universidade Estadual de Maringá, sendo parte dos grupos de estudos Línguas Estrangeiras, tradução e ensino aprendizagem para fins específicos na contemporaneidade: tecnologia, linguística de corpus e seus estudos interdisciplinares e outros contextos; e Tradução & Multidisciplinaridade: da Torre de Babel à sociedade tecnológica.

E-mail: aykiminami@uem.br



Claudinéia Valim-Schiavon

Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, área de concentração Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso (2017). Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Unicesumar - Centro Universitário Cesumar - atual Universidade

Cesumar (2013), licenciada em Letras Português - Inglês (2011) em Pedagogia (2018) pela mesma instituição. Atua como professora mediadora no curso de Letras Português/Inglês, do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), da Unicesumar - Centro Universitário Cesumar.

E-mail: claudineia.valim@gmail.com



Daniela Zimmermann Machado

Professora associada do Colegiado de Letras Português da Unespar, campus de Paranaguá. É doutora em Letras – Estudos Linguísticos pela UFPR e pós-doutora em Linguística pela Université d’Orléans/ França. Sua pesquisa está concentrada no estudo da referenciação textual, especificamente no tratamento das anáforas associativas e no estudo de processos semântico-

cognitivos, vinculados às estratégias de referenciação. Tem como principais áreas de interesse a Semântica e a Linguística Textual.

E-mail: daniela.machado@unespar.edu.br



Débora Massmann

Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atuando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) e no curso de Letras (Francês). Doutora em Letras pela USP (2009), é Mestre e Graduada em Letras pela UFSM e realizou estágio Pós-doutoral em Semântica na UNICAMP (2014). Foi professora convidada na Universidade de Turim (2018) e Professora Visitante

Nacional Sênior na UFPA (2019). Entre 2020 e 2022, coordenou a Comissão de Análise de Discurso da ABRALIN e, de 2019 a 2023, foi pesquisadora associada do LABEURB/UNICAMP. Atualmente, é Coordenadora Adjunta do GT Semântica e Estudos Enunciativos da ANPOLL (2023-2025). Suas pesquisas concentram-se em semântica, análise de discurso, retórica e argumentação, com

interesse em questões étnico-raciais, de gênero e nos discursos jurídico, político, artístico e pedagógico, em português e francês.

E-mail: massmandebora@gmail.com



Gesualda dos Santos Rasia

Doutora em letras pela UFRGS e atua na graduação e na pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. É líder do GrPesq CNPQ Rastros em Discurso e bolsista produtividade do CNPQ. Seus interesses de pesquisa voltam-se para as relações entre materialidade linguística e materialidade histórica;

racialização e constituição identitária dos sujeitos e História das Ideias Linguísticas.

E-mail: gesa.rasia@gmail.com



Leliane Regina Ortega

Estagiária do pós-doutorado no programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (PPGL/UFPR). Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado Profissional em Letras pela mesma instituição, com área de

concentração em Linguagens e Letramentos. Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa - pela Universidade Paranaense e especializações em Produção Textual, Educação Especial e Educação do Campo. Sua trajetória profissional está vinculada à Linguística Aplicada, à formação de professores e ao

ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Atualmente, atua como Assessora Pedagógica de Língua Portuguesa no Departamento de Desenvolvimento Curricular da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR). Integrante do grupo de estudos LABELL (UNICENTRO) e docente voluntária no projeto de extensão Pré-vestibular Comunitário – PREVEC – da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: leliortega@gmail.com



Rafael de Souza Bento Fernandes é professor adjunto do Colegiado de Letras Português da Unespar, campus de Parangá-PR. É doutor em Letras/Linguística pela UEM, com período sanduíche na FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Edital CAPES/PSDE-2016) e pós-doutor em Letras pela UFPR. Em suas pesquisas trata sobre: o enunciado em Foucault; a Arqueologia do Saber; o corpo como materialidade

de sentidos, e práticas discursivo-midiáticas contemporâneas.

E-mail: rafael.fernandes@unespar.edu.br.



Tacia Rocha

Doutora e Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Possui MBA em Gestão de Marketing, Vendas e Mídias Sociais pela Faculdade Cidade Verde, atual Centro

Universitário Cidade Verde (UNICV). Bacharela em Publicidade e Propaganda e em Jornalismo, ambos pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Leciona em cursos de Pós-graduação e de Graduação no UNICV, nas áreas de comunicação e tecnologia.
E-mail: tacia.rocha.f@gmail.com

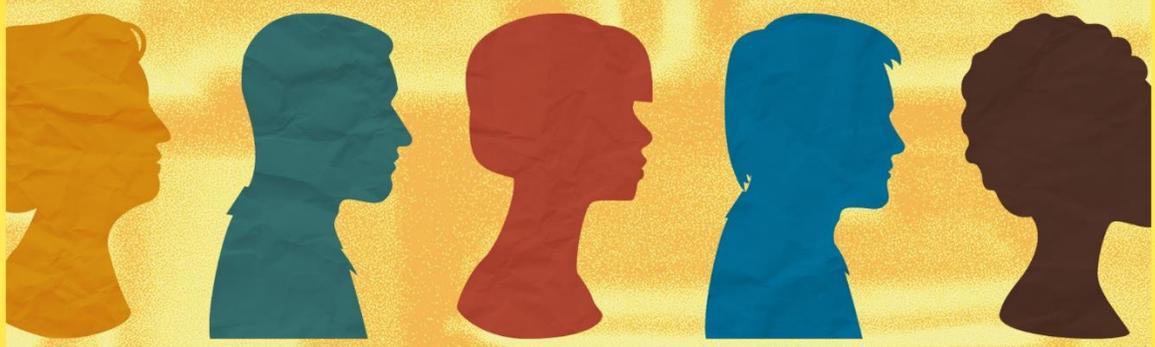


Yanina Vidal (Montevideo)

es docente de Literatura (Instituto de Profesores Artigas), magíster en Teoría e Historia del Teatro (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Udelar) y Doctoranda en Literatura (Universidad de Buenos Aires).

Actualmente se encuentra becada por el programa Move La América en la Universidad Federal de Alagoas (Brasil), donde realiza su investigación doctoral sobre el dramaturgo Florencio Sánchez.

E-mail: yaninavidalm@gmail.com



Pedro & João Editores
20 ANOS
pedrojoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-2271-4
9 786526 522714